



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

JÚLIA SCHETTINO JACOB DOS SANTOS

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS, DESINFORMAÇÃO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE
VOLTADA AOS DOCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL**

**VITÓRIA (ES)
2024**

JÚLIA SCHETTINO JACOB DOS SANTOS

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS, DESINFORMAÇÃO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE
VOLTADA AOS DOCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Leandro da Mata

Linha de Pesquisa: Cultura, Mediação e Uso da Informação

**VITÓRIA (ES)
2024**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S237p Santos, Júlia Schettino Jacob dos, 1997-
Práticas informacionais, desinformação e política : uma
análise voltada aos docentes de pós-graduação stricto sensu em
Ciência da Informação do Brasil / Júlia Schettino Jacob dos
Santos. - 2024.
172 f. : il.

Orientadora: Marta Leandro da Mata.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Desinformação. 2. Competência em informação. 3. Práticas
informacionais. I. Mata, Marta Leandro da. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas. III. Título.

CDU: 02

JÚLIA SCHETTINO JACOB DOS SANTOS

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS, DESINFORMAÇÃO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE
VOLTADA AOS DOCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Cultura, Mediação e Uso da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Leandro da Mata.

Comissão Examinadora:

Titulares:

Prof^a. Dr^a. Marta Leandro da Mata (Orientadora)
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof^a. Dr^a. Margarete Farias de Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof^a. Dr^a. Helen de Castro Silva Casarin
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Suplentes:

Prof^a. Dr^a. Lucileide Andrade de Lima do
Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof^a. Dr^a. Adriana Rosecler Alcará
Universidade Estadual de Londrina – UEL

**VITÓRIA (ES)
2024**

JÚLIA SCHETTINO JACOB DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES) como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa 1: Cultura, Mediação e Uso da Informação.

Aprovada em 05 de agosto de 2024.

Comissão examinadora:

[assinatura digital]

Profa. Dra. Marta Leandro da Mata
Orientadora (PPGCI/UFES)

[assinatura digital]

Profa. Dra. Margarete Farias de Moraes
PPGCI/UFES

[assinatura digital]

Profa. Dra. Helen de Castro Silva Casarin
UNESP





Folha de aprovação - Júlia Schettino.docx

Data e Hora de Criação: 16/08/2024 às 17:17:05

Documentos que originaram esse envelope:

- Folha de aprovação - Julia.docx.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 64183c29d3e761e9adcf32d326d6b515df17a1a82489f5885625c65922938be0

[SHA512]: d291a7b3e06fae25b651729832397da50b1596568dd498e4b006309d8dd5add969c6257c6cc98e14dd9bba74f4dc0736f07cacffde9a777efb521790f1c94cb9a

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Marta Leandro da Mata (martaleandromata@gmail.com)

Data/Hora: 21/08/2024 - 13:49:06, IP: 179.234.234.188

[SHA256]: 4341c2de7e1b0db858705f6600c50454437d31fc9a21b6487d071f809a9b69ef



ASSINADO - Margarete Farias de Moraes (margarete.moraes@ufes.br)

Data/Hora: 21/08/2024 - 13:54:42, IP: 200.137.65.107

[SHA256]: 4b71d4004712033e22b7a1cf6917c1a7d7aa2e0badba0e35910a7998b2afc103



ASSINADO - Helen de Castro Silva Casarin (helen.castro@unesp.br)

Data/Hora: 21/08/2024 - 14:45:09, IP: 177.105.140.169

[SHA256]: 2371c9aae1a31b8a79eda63b10df73163629de19a9c4a806ecc70d52360874ad

Histórico de eventos registrados neste envelope

21/08/2024 14:45:09 - Envelope finalizado por helen.castro@unesp.br, IP 177.105.140.169

21/08/2024 14:45:09 - Assinatura realizada por helen.castro@unesp.br, IP 177.105.140.169

21/08/2024 14:45:02 - Envelope visualizado por helen.castro@unesp.br, IP 177.105.140.169

21/08/2024 13:54:42 - Assinatura realizada por margarete.moraes@ufes.br, IP 200.137.65.107

21/08/2024 13:54:40 - Envelope visualizado por margarete.moraes@ufes.br, IP 200.137.65.107

21/08/2024 13:49:06 - Assinatura realizada por martaleandromata@gmail.com, IP 179.234.234.188

21/08/2024 13:49:05 - Envelope visualizado por martaleandromata@gmail.com, IP 179.234.234.188

16/08/2024 17:19:24 - Envelope registrado na Blockchain por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.106

16/08/2024 17:19:24 - Envelope encaminhado para assinaturas por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.106

16/08/2024 17:17:05 - Envelope criado por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.106

Aos que virão.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Espírito Santo e ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo pelo fomento à pesquisa, ao longo de nove meses, que foi fundamental para a continuidade do curso.

À professora Marta Leandro da Mata que me acompanhou durante todo o processo formativo no ensino superior, desde a graduação em Biblioteconomia, contribuindo exponencialmente para o meu desenvolvimento acadêmico e científico.

Aos docentes e técnicos-administrativos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo pela empatia, competência e atenção dispensadas ao longo do percurso.

Aos professores do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo que sempre me incentivaram a dar continuidade aos estudos.

Aos colegas da graduação e do mestrado pela parceria estabelecida e pela ajuda mútua em diversos momentos.

À comissão examinadora deste trabalho que tanto contribuiu, desde a etapa de qualificação do projeto, fornecendo *insights* preciosos para a continuidade da pesquisa.

Aos docentes das diversas universidades brasileiras que, mesmo com tantos afazeres e responsabilidades, se dispuseram a participar da pesquisa com enorme presteza.

SANTOS, Júlia Schettino Jacob dos. **Práticas informacionais, desinformação e política:** uma análise voltada aos docentes de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil. 2024. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

RESUMO

A desinformação tem repercutido de forma negativa em várias esferas da vida dos sujeitos, podendo influenciar na tomada de decisão quanto às questões sociais, políticas, ideológicas, sanitárias, entre outras. A competência em informação tem sido frequentemente abordada como forma de contribuir para a reflexividade dos sujeitos, propondo uma análise crítica acerca da produção, da apropriação e do compartilhamento da informação em variados meios e formatos. Neste contexto, acredita-se que estudos de práticas informacionais podem propiciar a compreensão de aspectos da desinformação a partir da perspectiva dos próprios sujeitos, levando-se em consideração seus contextos e cotidiano. O objetivo geral deste estudo consiste em investigar as práticas informacionais de docentes de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Ciência da Informação do Brasil, especialmente no que se refere à forma como lidam com a desinformação sobre política. Os objetivos específicos constituem-se em: a) identificar como os docentes utilizam e compartilham informações sobre política no cotidiano; b) analisar como o contexto acadêmico, profissional e social dos docentes interfere em suas percepções acerca do cenário político brasileiro; c) verificar de que forma a desinformação impacta nas práticas informacionais dos docentes no que se refere às questões políticas. Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório com abordagem quali-quantitativa em que foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com sete docentes que ministram disciplinas sobre desinformação e/ou competência em informação. A análise dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin. Verificou-se que os docentes utilizam e disseminam informação sobre política como forma de problematização da realidade, levando informação verdadeira e desinformação sobre política para a sala de aula a fim de fomentar a reflexividade dos discentes. Notou-se que a percepção (positiva ou negativa) dos docentes acerca dos governos está diretamente relacionada às ações governamentais no campo educacional. Além disso, identificou-se que a desinformação com a temática “política” tem sido abordada e discutida pelos docentes e discentes inseridos nos programas. Acredita-se que a pesquisa contribuiu para os estudos de práticas informacionais, correlacionando aspectos da desinformação, da política e da competência em informação.

Palavras-chave: Práticas informacionais. Desinformação. Competência em informação. Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação.

ABSTRACT

Disinformation has had a negative impact on various spheres of people's lives, potentially influencing decision-making regarding social, political, ideological, health issues, among others. Information literacy has often been approached as a way of contributing to subjects' reflexivity, proposing a critical analysis of the production, appropriation and sharing of information in various media and formats. In this context, it is believed that studies of information practices can provide an understanding of aspects of disinformation from the perspective of the subjects themselves, taking into account their contexts and daily lives. The general objective of this study is to investigate the information practices of postgraduate professors in Information Science in Brazil at the master's and doctoral level, especially with regard to the way they deal with disinformation about politics. The specific objectives are to: a) identify how teachers use and share information about politics in their daily lives; b) analyze how the academic, professional and social context of teachers interferes with their perceptions of the Brazilian political scenario; c) verify how misinformation impacts the information practices of teachers with regard to political issues. This is an exploratory research with a qualitative-quantitative approach in which semi-structured interviews were carried out with seven teachers who teach courses on disinformation and/or information literacy. Data analysis occurred through content analysis proposed by Laurence Bardin. It was found that teachers use and disseminate information about politics as a way of problematizing reality, bringing true information and misinformation about politics to the classroom in order to encourage students' reflexivity. It was noted that the perception (positive or negative) of teachers about governments is directly related to government actions in the educational field. Furthermore, it was identified that misinformation with a "political" theme has been increasingly addressed and discussed by teachers and students included in PPGCIs. It is believed that the research contributed to the studies of information practices, correlating aspects of disinformation, politics and information literacy.

Keywords: Information practices. Disinformation. Information literacy. Postgraduate Programs in Information Science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Everyday Life Information Seeking</i>	70
Figura 2 – Instituições de ensino brasileiras que oferecem cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área de Ciência da Informação	84
Figura 3 – Termos recorrentes relacionados às áreas de concentração dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil	85
Figura 4 – Grupos sociais que influenciaram os docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação na construção das ideias sobre política	127
Figura 5 – Níveis de influência da desinformação na decisão política dos sujeitos	136
Figura 6 – Uso da informação sobre política pelos docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação	140
Figura 7 – Disseminação da informação sobre política por meio de publicações e/ou comentários nas redes sociais dos docentes	141
Figura 8 – Atitude dos docentes frente à desinformação na internet	143
Figura 9 – Processos informacionais abordados nas disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação	149
Figura 10 – Dimensões da competência em informação em consonância com os conteúdos das disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Agentes propagadores de desinformação	42
Quadro 2: Distinção entre política emancipatória e política-vida de Anthony Giddens	66
Quadro 3: Correlação entre as propostas de Bourdieu, Giddens e os estudos de práticas informacionais em Savolainen	73
Quadro 4: Contexto em que os estudos de práticas informacionais foram aplicados	75
Quadro 5: Disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação ofertadas pelos PPGCIs	93
Quadro 6: Caracterização dos docentes inseridos nos PPGCIs que ministram disciplinas relacionadas à competência em informação e/ou desinformação	97
Quadro 7: Correlações entre as categorias previamente criadas e as práticas informacionais	102
Quadro 8: Categorização final dos dados coletados por meio das entrevistas com os docentes	106
Quadro 9: Aplicação da análise de conteúdo na pesquisa	107
Quadro 10: Trajetória acadêmica e profissional dos docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação	111
Quadro 11: Motivações dos docentes para estudos e pesquisas acerca da competência em informação e/ou desinformação	114
Quadro 12: Tipos de movimentos e organizações sociais e/ou políticas dos quais os docentes participaram/participam	112
Quadro 13: Síntese dos resultados obtidos na macro categoria de contextualização inicial em consonância com a literatura	120
Quadro 14: Lembranças acerca dos governos passados e percepções atuais dos docentes a respeito do governo federal	122
Quadro 15: Contextualização para a compreensão da desinformação como elemento de interferência na decisão política dos sujeitos	131
Quadro 16: Indicações sobre como controlar a desinformação	137

Quadro 17: Elementos didáticos utilizados pelos docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação nos PPGCIs 147

Quadro 18: Síntese dos resultados obtidos na macro categoria de percepção e atuação docente no contexto da desinformação em consonância com a literatura 153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ACRL	Association of College and Research Libraries
ASK	Anomalous State of Knowledge
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BENANCIB	Base de Dados do Enancib
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CI	Ciência da Informação
CIA	Central Intelligence Agency
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COINFO	Competência em informação
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
ELIS	Everyday Life Information Seeking
FBI	Federal Bureau of Investigation
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e Instituições
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IBBD	Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
ISP	Information Search Process
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
NSA	National Security Agency
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Partido Liberal
PP	Partido Progressista
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
PR	Partido Republicano
PRPPG	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC/CAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
STF	Superior Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIÃO	União Brasil

URL Uniform Resource Locator

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO: DOIS BRASIS?	26
2.1 DILMA ROUSSEFF: DUAS ELEIÇÕES E UM IMPEACHMENT	26
2.2 O GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO	32
2.3 ELEIÇÕES DE 2022	36
3 O PROBLEMA DA DESINFORMAÇÃO EM UM CENÁRIO DE PÓS-VERDADE	38
3.1 DESINFORMAÇÃO: DISTINÇÕES E CORRELAÇÕES COM A POLÍTICA	39
3.2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO	47
4 BASES TEÓRICAS PARA OS ESTUDOS DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS	51
4.1 AS DICOTOMIAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E AS PROPOSTAS DE PIERRE BOURDIEU	53
4.2 POLÍTICA EMANCIPATÓRIA E POLÍTICA-VIDA	59
4.3 PRÁTICAS INFORMACIONAIS	68
4.4 CORRELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E PRÁTICAS INFORMACIONAIS	73
5 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	81
6 PERCURSO METODOLÓGICO	87
6.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS INSTITUCIONAIS	88
6.1.1 Identificação das instituições e dos PPGCIs	88
6.1.2 Identificação das disciplinas e dos docentes	91
6.2 UNIVERSO DA PESQUISA	93
6.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS DOS DOCENTES	95
6.3.1 Análise de conteúdo	95
6.3.2 Elaboração das categorias e da entrevista	98
6.3.3 Aplicação das entrevistas	100
6.3.4 Análise das entrevistas	101
6.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	105
7 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES	106
7.1 CONTEXTUALIZAÇÃO INICIAL: TRAJETÓRIAS E PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS DOCENTES	106
7.1.1 Trajetória acadêmica e profissional	106
7.1.2 Participação sociopolítica	112
7.2 PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DE DESINFORMAÇÃO	117
7.2.1 O contexto político brasileiro na percepção dos docentes	117
7.2.2 Influências na construção da ideia sobre política	122
7.2.3 Desinformação e política: relações e impactos	127
7.2.4 Uso e disseminação da informação sobre política	136
7.2.5 Atuação dos docentes contra a desinformação em ambiente virtual	139

7.2.6 Política, desinformação e competência em informação em sala de aula	142
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE A	167
APÊNDICE B	169
APÊNDICE C	170
APÊNDICE D	172

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem experienciado momentos conturbados no cenário político. As últimas eleições presidenciais, no país, especialmente as de 2018 e 2022, foram marcadas por discursos de ódio, ameaças de golpe, desconfiança quanto à legitimidade do processo eleitoral e disseminação de informações falsas em largas escalas. A desinformação tem repercutido nas mais variadas esferas da vida cotidiana dos sujeitos, fragilizando os princípios democráticos brasileiros.

Diversos casos de utilização de informações falsas como instrumento de influência política, ideológica e de vantagem econômica vêm sendo observados não somente em contexto nacional, mas de forma global. Alcott e Gentzkow (2017) afirmam que, nas eleições americanas de 2016, por exemplo, a desinformação a respeito de determinados candidatos interferiu no resultado das urnas. Observa-se que agentes propagadores de desinformação têm obtido lucros a partir da disseminação de *fake news* com conteúdos parcial ou totalmente falsos sobre diversos assuntos, incluindo aspectos políticos (Alcott; Gentzkow, 2017). Os impactos deste problema têm se mostrado destrutivos tanto em âmbito pessoal quanto coletivo.

O desafio de conter a propagação de desinformação tem mobilizado instituições públicas e privadas de caráter governamental e tecnológico na tentativa de regulamentar a criação e a disseminação de informações falsas, principalmente na internet, e desenvolver *softwares* capazes de detectar conteúdos enganosos, respectivamente. Do ponto de vista educacional, as instituições de ensino têm a responsabilidade de atuar no enfrentamento a este fenômeno, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de agir em prol do bem-estar individual e social diante das demandas complexas relacionadas às informações falsas.

Pesquisas realizadas com jovens estudantes alemães (Nagel *et al.* 2019) e espanhóis (Pérez-Escoda *et al.*, 2021) identificaram que estes sujeitos recorrem, majoritariamente, a *sítes* de opinião, redes sociais e plataformas colaborativas para a obtenção de informação, principalmente quando submetidos à limitação de tempo. Nesse tipo de plataformas, podem estar contidos conteúdos com pouca ou nenhuma credibilidade, sendo que o acesso excessivo a esses conteúdos pode repercutir de forma negativa na vida dos sujeitos, influenciando suas escolhas e tomada de decisão sobre diversos assuntos. Por outro lado, o acesso a *sítes* que trazem

informações verificáveis pode favorecer a detecção de vieses e informações tendenciosas (Nagel, *et al.* 2019).

No que se refere especificamente à Ciência da Informação (CI), nota-se que a área tem produzido esforços para a análise de questões problemáticas relacionadas ao universo informacional, propondo o enfrentamento à desinformação, bem como aos notórios desafios que vêm se instalando nas esferas informacional e social, sobretudo a partir do século XXI. Uma das saídas frequentemente abordadas para a prevenção da criação e disseminação de informações falsas tem sido a competência em informação que está atrelada à construção de habilidades de natureza crítica e reflexiva diante das informações disponíveis em diferentes meios e formatos, propondo discussões sobre a ética na produção, no uso e no compartilhamento de informações.

Já numa perspectiva diagnóstica acerca da interação entre sujeito, informação e mundo social, têm-se os estudos de práticas informacionais que incluem, entre outras perspectivas, o encontro casual e a busca intencional de informação, considerando-se o contexto social e a vida cotidiana do sujeito informacional. Este sujeito, por sua vez, tem papel ativo neste movimento, constituindo e sendo constituído pelo meio em que convive, a partir de uma relação dialógica (Berti, 2018; Araújo, 2012). Conforme Nascimento (2021, p. 13), as práticas informacionais se correlacionam às práticas sociais e ao “[...] processo de inter-relação dos sujeitos, os quais reiteram a concepção de que toda prática informacional é uma prática social”.

Levando-se em conta que a desinformação possui caráter social, acredita-se que os estudos relacionados às práticas informacionais são uma forma de evidenciar os fenômenos relativos ao binômio informação-desinformação (Acquolini; Sousa, 2021), contribuindo para a compreensão das ações dos sujeitos, bem como perspectivas sociais e informacionais em contextos distintos. É neste sentido que a presente investigação tem como proposição a análise das práticas informacionais (com enfoque em aspectos da desinformação sobre política) de docentes de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil que ministram disciplinas relacionadas à desinformação e/ou competência em informação.

Compreende-se que os referidos docentes têm impacto direto na formação de pesquisadores em CI que podem vir a se tornar professores em diversas áreas do conhecimento, especialmente na Biblioteconomia, na Arquivologia e na Museologia, ou profissionais nas referidas áreas, assumindo cargos técnicos. Além disso, os

sujeitos aos quais esta pesquisa pretende alcançar vivenciaram diversos momentos políticos do Brasil, perpassando pelos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff (que sofreu processo de *impeachment*, sendo substituída por Michel Temer) e Jair Messias Bolsonaro. Além disso, também estão vivenciando o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda, subentende-se que os mesmos sujeitos passaram por extenso processo de formação acadêmica que envolveu a realização de graduação, mestrado e doutorado para que pudessem atuar como docentes de pós-graduação *stricto sensu* nas universidades brasileiras. Parte-se da ideia de que essas vivências influenciaram na construção dos valores e crenças que se desdobram em determinadas ações que repercutem no mundo social e informacional.

Cabe mencionar que este grupo faz parte de uma camada social privilegiada em termos de educação formal. Conforme os dados do Censo da Educação Superior de 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil avançou nos últimos anos com relação à formação de doutores, mas a quantidade de sujeitos com doutorado no país ainda é escassa. Dessa forma, evidencia-se a responsabilidade social e educacional destes sujeitos visto que utilizam seus conhecimentos para contribuir com a formação de outros sujeitos.

Compreende-se, ainda, que somente os professores de Pós-Graduação em Ciência da Informação não são suficientes para sanar o problema da desinformação, mas podem contribuir para a criação de estratégias para a prevenção deste tipo de fenômeno, visto que participam do processo formativo de diversos sujeitos, sobretudo os profissionais da informação. Acredita-se que o estudo de práticas informacionais com o grupo escolhido pode: a) fornecer um panorama sobre diversos aspectos da desinformação, bem como sobre formas de controlá-la; e b) explicitar boas práticas com relação ao uso e compartilhamento da informação sobre política, sobretudo na internet.

No que se refere aos profissionais que lidam com informação, Ripoll e Matos (2020) expõem a necessidade de reposicionamento na atuação frente às dinâmicas políticas e sociais que se impõem na atualidade. Têm-se o pressuposto de que esses profissionais devem agir de forma ética e responsável não somente em seu ambiente de trabalho, mas nos variados âmbitos da vida social. Em uma sociedade cada vez mais conectada, em que as pessoas têm acesso a um alto volume de

informações que podem ser fidedignas ou não, disseminadas de forma praticamente instantânea, o desenvolvimento de aspectos éticos na interação entre sujeito informacional, informação e mundo social podem contribuir para a promoção do bem-estar na sociedade. A compreensão das práticas informacionais destes docentes e o modo como lidam com a desinformação sobre política no cotidiano pode fornecer subsídios para discussões mais aprofundadas sobre o caráter social da desinformação.

Tendo em vista a conjuntura política e informacional caóticas, o papel de destaque do público escolhido no contexto educacional da CI e as potencialidades de visualizar boas práticas informacionais por meio da explanação de especialistas sobre temáticas socialmente relevantes (competência em informação e desinformação), esta pesquisa dedica-se a responder à seguinte questão: quais são e em que contextos se dão as práticas informacionais dos docentes de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil que ministram disciplinas relativas à desinformação e/ou à competência em informação?

Para responder a tal indagação, o objetivo geral deste estudo consiste em investigar as práticas informacionais de docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação nos Pós-Graduação na área de Ciência da Informação, especialmente, no que concerne à forma como lidam com a desinformação sobre política. Os objetivos específicos constituem-se em: a) identificar como os docentes utilizam e compartilham informações sobre política no cotidiano; b) analisar como o contexto acadêmico, profissional e social dos docentes interfere em suas percepções acerca do cenário político brasileiro; c) verificar de que forma a desinformação impacta nas práticas informacionais dos docentes no que se refere às questões políticas.

Reitera-se que os sujeitos escolhidos para compor o universo da presente pesquisa possuem familiaridade com a desinformação (fenômeno/problema) e/ou a competência em informação (aqui entendida como forma de prevenção), visto que ministram disciplinas relacionadas a alguma das temáticas. Neste sentido, ressalta-se a participação, bem como a responsabilidade social, educacional e política desses sujeitos, considerando que se inserem em importantes instituições de ensino brasileiras e exercem atividades ligadas ao desenvolvimento crítico dos discentes.

Do ponto de vista científico, este estudo pretende contribuir por meio uma perspectiva teórico-metodológica para a Ciência da Informação e para outras áreas do conhecimento, ao aprofundar-se na investigação sobre práticas informacionais (que também são práticas sociais), auxiliando na compreensão da dimensão social da desinformação sobre política. Analisar os aspectos sociais e políticos que perpassam as práticas informacionais pode favorecer a ampliação de ideias sobre como evitar que os sujeitos prejudiquem a si próprios e a comunidade em que estão inseridos por meio da informação falsa, subsidiando: a criação de políticas públicas de prevenção da desinformação e a promoção da educação voltada para o desenvolvimento de competências técnicas e críticas; o desenvolvimento de atividades educacionais no ensino formal e não formal; e a construção de princípios éticos envolvendo toda a sociedade.

Quanto à escolha das disciplinas, cabe apontar a relevância de abordagens voltadas à: **competência em informação** que traz reflexões sobre formas de lidar com a informação em variados ambientes e formatos, compreendendo conteúdos como a avaliação, o uso e o compartilhamento ético e responsável da informação, levando-se em consideração o desenvolvimento da reflexividade e da criticidade dos sujeitos; e à **desinformação** que pode ser caracterizada como ferramenta de manipulação e distorção dos fatos, influenciando escolhas e posicionamentos dos sujeitos.

Compreende-se que seja necessário apontar as motivações pessoais que levaram ao interesse pelos estudos sobre desinformação, competência em informação e práticas informacionais. Ainda no início da graduação em Biblioteconomia realizada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) entre os anos de 2017 e 2021, a partir das eleições presidenciais brasileiras ocorridas no ano de 2018, a autora deste estudo passou a observar, ainda que de forma não científica, os fenômenos informacionais que se potencializavam naquele momento, como a ampla disseminação de informações falsas em ambiente virtual. Estes fenômenos suscitaram as seguintes reflexões: como os bibliotecários e os demais profissionais da informação podem contribuir para a prevenção da desinformação na sociedade? Quais as responsabilidades do governo, das famílias, das escolas, das bibliotecas e dos demais grupos sociais no que se refere ao modo como os sujeitos interagem em contexto virtual?

Tais elucubrações mantiveram-se ao longo da graduação quando foram realizados dois projetos de iniciação científica (2019-2020 e 2020-2021) com enfoque em ações educacionais relacionadas à competência em informação no contexto espanhol e brasileiro. Ressalta-se que ambas as pesquisas estavam inseridas em um projeto de âmbito maior intitulado “Aspectos teóricos e metodológicos da Competência em Informação voltado às universidades brasileiras”, registrado na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG) da UFES sob o número 7536/2016, tendo sido coordenado pela professora doutora Marta Leandro da Mata, orientadora da presente pesquisa.

Neste íterim, o mundo enfrentou a pandemia de Covid-19. Em meio ao cenário caótico, foi possível visualizar o alto volume de informações sobre o vírus, as formas de tratamento da doença, a vacinação, a situação econômica da população, entre outros conteúdos sensíveis à sociedade. No entanto, várias destas informações mostraram-se inverídicas, manipuladas e/ou tendenciosas, prejudicando os sujeitos em seus vários contextos.

Considerando a indignação da autora desta pesquisa com a desinformação amplamente disseminada sobre política e saúde naquela ocasião, seu trabalho de conclusão de curso realizado em parceria com o bacharel em Biblioteconomia Flávio Silva Teixeira, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Marta Leandro da Mata, promoveu discussões acerca da presença das temáticas “competência em informação” e “desinformação” no currículo dos cursos de graduação em Biblioteconomia das universidades federais do Brasil, pesquisa a qual culminou no recebimento de um prêmio concedido pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) em reconhecimento pela primeira colocação como melhor trabalho de conclusão de curso da região sudeste do Brasil, em 2021.

Já no âmbito do mestrado, iniciado em 2022, a pesquisadora tem como proposição colaborar com o aprofundamento teórico acerca das práticas informacionais e sua correlação com a desinformação no contexto político, partindo do ponto de vista e das vivências sociais dos próprios sujeitos a serem pesquisados. Entende-se que seja fundamental compreender como o cotidiano social em que estes sujeitos estão inseridos se relaciona com seus posicionamentos políticos, subsidiando escolhas que afetam a coletividade social.

A fim de contribuir com o alcance dos objetivos propostos, este estudo foi dividido em oito seções. A primeira seção se refere à **Introdução** onde constam os

aspectos iniciais da pesquisa, o problema, os objetivos geral e específicos e a justificativa. A segunda seção intitulada **O contexto sociopolítico brasileiro: dois Brasis?** aborda alguns dos principais acontecimentos políticos no contexto da presidência do Brasil desde o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) até o de Jair Bolsonaro (2019-2022), relacionando-os com a desinformação e analisando-os sob a perspectiva da polarização político-partidária. Tanto a introdução quanto a segunda seção visam à contextualização da pesquisa e do cenário sociopolítico brasileiro.

A terceira seção, **O problema da desinformação no cenário de pós-verdade**, apresenta as distinções teórico-conceituais acerca da desinformação, das *fake news*, das *deepfakes* e dos fatos alternativos, correlacionando-os com a pós-verdade e aborda a competência em informação como estratégia de prevenção a estes problemas. A quarta seção denominada **Bases teóricas para os estudos de práticas informacionais** se debruça sobre as estruturas sociais, o *habitus* e o campo na visão de Pierre Bourdieu, a dimensão política na ação do sujeito informacional a partir de Anthony Giddens e os estudos das práticas informacionais na Ciência da Informação.

A quinta seção intitulada **A Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil** apresenta um panorama dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) no contexto brasileiro. Na sexta seção, **Percursos Metodológico**, explicita-se a natureza da pesquisa, descrevendo-se detalhadamente os procedimentos de coleta e análise dos dados. A sétima seção, **Resultados e discussões**, apresenta os resultados e propõe uma discussão com a literatura científica. Por fim, as **Considerações finais** trazem a relação entre os objetivos do trabalho e os resultados alcançados.

2 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO: DOIS BRASIS?

Esta seção dedicou-se a caracterizar o atual contexto sociopolítico brasileiro marcado por polarização político-partidária e afastamento de princípios éticos e morais que culminam em discursos de ódio e outras formas de ação antidemocrática no meio social. Buscou-se estabelecer uma linha de análise que se estende desde o período em que Dilma Vana Rousseff ocupou o cargo de Presidenta da República, entre 2011 e 2014, seguido por sua reeleição em 2015 e seu *impeachment* em 2016 o qual possibilitou a assunção de Michel Temer ao cargo até o ano de 2018.

Abordou-se o contexto do mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro de 2019 a 2022 e a disputa presidencial de 2022, cujos protagonistas foram Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, sendo este último o candidato democraticamente eleito. Por tratar-se de questões recentes no cenário brasileiro, utilizou-se, majoritariamente, como fontes de informação artigos de periódicos e trabalhos apresentados em eventos. Acredita-se que as investigações mais aprofundadas (dissertações e teses) a respeito dos últimos acontecimentos políticos (como as ameaças de golpe em 2022 e 2023) estão em desenvolvimento pelos pesquisadores brasileiros.

2.1 DILMA ROUSSEFF: DUAS ELEIÇÕES E UM *IMPEACHMENT*

Após dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva¹, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff (também filiada ao PT) foi eleita Presidenta da República, sendo a primeira mulher na história do Brasil a ocupar o cargo. Entre os anos de 2011 e 2014, período que corresponde ao primeiro mandato de Dilma, o governo experienciou momentos positivos para o Brasil em contexto interno e externo, mas enfrentou diversas crises, sobretudo de ordem ética e econômica.

No primeiro ano de seu mandato, Dilma obteve o maior índice de aprovação desde a redemocratização, sendo que o governo foi considerado ótimo ou bom para 59% das pessoas com 16 anos ou mais² (Datafolha, 2012). Dilma também foi a primeira mulher a discursar na abertura da Assembleia Geral da Organização das

¹ O primeiro mandato foi cumprido entre 2003 e 2006 e o segundo entre 2007 e 2010.

² Este levantamento ocorreu nos dias 18 e 19 de janeiro de 2012, com a realização de 2.575 entrevistas em 159 municípios, com margem de erro máxima de dois pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95% (DATAFOLHA, 2012).

Nações Unidas (ONU), direcionando sua fala à igualdade de gênero, à crise econômica que afetava o contexto global, à participação do Brasil no Conselho de Segurança, entre outras questões sensíveis à sociedade.

O primeiro mandato de Dilma foi marcado pela denominada “faxina ética”, termo midiaticamente popularizado, em que ocorreu o afastamento de uma parcela significativa de ministros envolvidos em escândalos de corrupção como Antônio Palocci que era filiado ao PT e ministro-chefe da Casa Civil, Mário Negromonte, ministro das Cidades filiado ao Partido Progressista (PP) e Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes filiado ao então Partido Republicano (PR) (Araújo; Costa; Fittipaldi, 2016) que teve seu nome alterado para Partido Liberal (PL) em 2019.

Somaram-se, ao todo, dez ministros acusados de corrupção no primeiro governo de Dilma. Entretanto, três continuaram nos cargos, são eles: Ideli Salvatti (PT), ministra da Pesca e posteriormente à frente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Fernando Bezerra Coelho que era filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e ministro da Integração Nacional; e Fernando Pimentel (PT), então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Araújo; Costa; Fittipaldi, 2016).

Em 2013, a taxa de aprovação do governo Dilma cresceu para 65% entre pessoas com mais de 16 anos (Datafolha, 2014). Observou-se a criação e/ou aprimoramento de programas sociais e comissões como: Brasil Carinhoso, com foco na saúde e educação para crianças de até seis anos de idade; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), visando destinar recursos a pequenos proprietários rurais; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com o oferecimento de cursos de educação profissional e tecnológica; e a Comissão Nacional da Verdade (CNV) com vistas a apurar violações de direitos humanos que ocorreram no Brasil entre 1946 e 1988 recomendando punições para mais de 300 militares, agentes de Estado e ex-presidentes da República por crimes cometidos durante a ditadura militar (1964-1985), reconheceram-se 434 vítimas (Agência Senado, 2014).

Entretanto, em junho de 2013, uma série de manifestações invadiram as ruas de diversas cidades brasileiras. Conforme Scherer-Warren (2014), manifestações de grandes proporções não são um fenômeno recente no Brasil. Em meados do século XX, por exemplo, o país vivenciou diversas mobilizações como as que se colocavam contra a ditadura, as Diretas Já, os Caras Pintadas e o Movimento pela Ética na

Política, além de manifestações regulares como o Grito dos Excluídos, as Marchas das Margaridas, os movimentos pela Reforma Agrária, entre outros. No século XXI, evidencia-se a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), sobretudo as redes sociais, que potencializam a convocatória para mobilizações sociais, recrutando um maior número de pessoas de forma presencial e virtual.

As manifestações de 2013, que foram convocadas majoritariamente de forma virtual, caracterizaram-se pelo agrupamento de milhares de pessoas que se reuniram em vários municípios do território brasileiro a fim de reivindicar, entre outras questões, a melhoria dos serviços públicos, sendo que o aumento no valor das passagens de ônibus em algumas capitais brasileiras foi a principal motivação para os atos. Em meio aos discursos vinculados às manifestações, constatou-se que o Brasil sofre influências tanto de tradições políticas conservadoras quanto das progressistas. Na ocasião dos protestos de 2013, ressaltaram-se as divergências políticas e o antagonismo de interesses dos manifestantes (Scherer-Warren, 2014; Costa, 2019).

Scherer-Warren (2014) descreve a existência do que denomina como “polos antagônicos” nas manifestações de 2013 em que, de um lado posicionavam-se os sujeitos que defendiam políticas de cunho emancipatório reivindicando mudanças sistêmicas e político-culturais e, do outro lado, estavam grupos que se opunham a políticas públicas para populações vulneráveis, em troca da defesa de suas posições sociais e de interesses corporativistas das classes a que pertenciam.

Já em 2014, em uma das eleições mais acirradas do país, Dilma é reeleita, no segundo turno, e seu mandato estava previsto para os anos de 2015 a 2018. Com uma margem de três pontos percentuais em comparação ao seu opositor, Aécio Neves, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a divisão da opinião política dos eleitores brasileiros foi evidenciada (Costa, 2019). Em São Paulo, especificamente em frente ao Museu de Arte de São Paulo (MASP), apoiadores de Aécio Neves gritavam palavras de desprezo à reeleição de Dilma e alguns reivindicavam uma intervenção militar. Aécio Neves, contudo, reconheceu a vitória de Dilma e a parabenizou pela dedicação à candidatura (Rambourg Júnior, 2021).

Todavia, no segundo mandato da presidenta, os membros do Congresso Nacional, composto pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, estavam mais dispostos ao embate por causa da diferença mínima entre Dilma e Aécio nas

eleições, além da crise que assolava a economia. Destaca-se a paralisação de votações no âmbito do Congresso acerca de projetos importantes, inviabilizando a retomada da recuperação econômica (Costa, 2019). Em meio à crise econômica, aos rumores e processos judiciais envolvendo crimes de corrupção entre representantes do governo, além das pressões tanto do Congresso Nacional quanto de parte da população, Dilma sofreu um processo de *impeachment* que culminou em seu afastamento do cargo de Presidenta da República em 2016.

Rambourg Júnior (2019) se debruçou sobre as razões pelas quais Dilma foi destituída do cargo de Presidenta da República a partir de uma análise crítica da dinâmica política naquela ocasião, sem adentrar ao mérito de questões processuais. Destacam-se três pontos: as dificuldades de formação de uma coalizão entre o poder Executivo e o poder Legislativo, culminando na desproporcionalização da distribuição de recursos e ministérios aos partidos e, conseqüentemente, interferindo na aprovação de medidas favoráveis ao governo e na criação de um escudo legislativo que visasse à proteção da presidenta em momentos de crise; problemas econômicos, favorecendo a impopularidade de Dilma; e escândalos de corrupção envolvendo pessoas vinculadas ao PT (Rambourg Júnior, 2021).

Desde a aceitação do pedido de *impeachment* pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha que era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), até a formalização do afastamento, intensificaram-se os debates públicos que permearam os espaços políticos, os veículos de comunicação, as mídias sociais, as instituições de ensino, entre vários outros ambientes públicos e privados (Magri, 2018). Tais debates suscitaram novas manifestações que não se restringiram a diálogos e/ou protestos pacíficos, mas evidenciaram o lado da intolerância política e da violência. Ribeiro e Borba (2019) relembra o episódio em que a Secretaria de Segurança do Distrito Federal optou pela construção de um muro de ferro de um quilômetro de extensão ao longo da Esplanada dos Ministérios por causa de tensões e violência física em decorrência das manifestações desencadeadas pelo processo de *impeachment*, separando fisicamente os que protestavam a favor e contra o afastamento.

Neste contexto, surgiram narrativas em torno da legitimidade do processo de destituição do cargo em que alguns sujeitos defendiam a legalidade do *impeachment* e outros diziam se tratar de um possível golpe dos opositores da presidenta. Os sujeitos que se posicionavam favoravelmente ao afastamento justificavam a

necessidade de impedimento de Dilma em função de desvios de leis causados pela gestão do PT e de supostos crimes de responsabilidade fiscal cometidos durante o referido governo (Passos; Baptista, 2018).

Por outro lado, os grupos que discursavam em prol da narrativa do golpe frisavam a questão do cerceamento dos direitos democráticos, visto que Dilma foi eleita democraticamente por meio de eleições diretas. Passos e Batista (2018), que analisaram os discursos em torno do *impeachment*, afirmam que “os grupos legitimadores da narrativa do golpe recorreram a outros acontecimentos políticos históricos com o objetivo de induzir o entendimento do *impeachment* como um acontecimento negativo para a política brasileira” (Passos; Baptista, 2018, p. 120). Se faz importante compreender que:

No caso brasileiro, vigora o presidencialismo em que a interrupção do mandato do presidente da República ocorre em circunstâncias excepcionais de incorrer nas hipóteses de crime de responsabilidade, tratadas na Constituição Federal e na Lei 1.079 de 1950. Através do art. 85 da Constituição de 1988, são feitas as qualificações dos crimes de responsabilidade do presidente da República como sendo atos que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a probidade na administração e na lei orçamentária. Em seu art. 9º da Lei 1.079, é definido como crime de responsabilidade o inciso VII: “proceder de modo incompatível com a dignidade, honra e do decoro do cargo” e inciso IV do art. 10º define como relevantes as ações de “infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária”. Através de uma apreciação completa da lei, fica evidente o caráter vago e a possibilidade de múltiplas interpretações (Oliveira; Silva, 2019, p. 5).

Contudo, a legislação brasileira não permite que “[...] insuficiência ou perda de apoio parlamentar, crise econômica ou impopularidade da gestão sejam motivos para interromper o mandato executivo” (Oliveira; Silva, 2019, p. 5). Neste sentido, torna-se claro que o afastamento de Dilma Rousseff faz parte de uma orquestração motivada por interesses políticos.

Após a destituição do cargo da presidenta em 2016, o vice-presidente Michel Temer filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) assumiu a presidência até 2018 e propôs e/ou implementou projetos que impunham o limite de gastos sociais como a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/55 a qual estabelece o teto de gastos públicos. Tais medidas foram providenciadas como tentativa de contornar a crise econômica no país, mas reiteraram o caráter neoliberal da estrutura governamental de Temer (Souza; Hoff, 2019).

Conforme Dias, Moraes e Rodrigues (2022), a instabilidade democrática do governo Michel Temer representou o cenário propício para a reabilitação da agenda neoliberal no Brasil que, a partir do uso da retórica da “liberdade”, levou às reformas as quais culminaram na diminuição dos direitos sociais e trabalhistas, sendo justificadas por um discurso que confere caráter negativo ao Estado e positivo à lógica do mercado. Acredita-se que o discurso neoliberal retomado no governo de Michel Temer, aliado à indignação de parte da população com a crise econômica e com os escândalos de corrupção evidenciados pela mídia nos governos do PT contribuíram para o crescimento do que se pode denominar como “antipetismo”.

Costa (2019) desenvolveu uma tese que analisa a polarização política sob a ótica da divisão entre petismo e antipetismo, levando-se em consideração a dispersão dos sentimentos positivos e negativos acerca do PT. O trabalho identificou que enquanto o petismo apresenta uma trajetória estável ao longo do tempo, o antipetismo tem demonstrado crescimento nos últimos anos, sobretudo a partir de 2015, período anterior ao *impeachment*. Nas eleições presidenciais de 2018, observou-se o fortalecimento do antipetismo por meio da vitória de Jair Messias Bolsonaro, filiado até então ao Partido Social Liberal (PSL), cujas pautas se diferenciavam dos governos anteriores.

Salienta-se que a ideia de Costa (2019) acerca do petismo e do antipetismo é fundamentada no conceito de partidarismo. Desde a década de 1960, o partidarismo, também chamado de identificação partidária, ganhou importância na análise sobre a conduta e o desempenho dos eleitores. Costa (2019) apresenta algumas abordagens que explicam o partidarismo, destacando-se duas. Na primeira abordagem, promovida inicialmente, em 1960, pela Escola de Michigan, por meio do estudo intitulado *American Voter*, a identificação partidária é vista como estável, de longo prazo e baseada em afinidades afetivas, visto que a identificação com um partido político acontece inicialmente no meio familiar, sendo transferida de geração a geração.

Neste sentido, a natureza da identificação partidária inclui o processo de socialização que se institui na infância e é reforçada pelas identidades sociais fazendo com que as pessoas se identifiquem com os partidos políticos que estejam em sintonia com suas próprias perspectivas acerca de questões como gênero, religião, entre outros aspectos, de modo a promover sentimentos em relação aos partidos (Silva, 2021; Borges; Vidigal, 2018; Costa, 2019).

Entretanto, existem críticas a essa perspectiva que derivam, principalmente, da teoria da escolha racional, dando origem à segunda abordagem com um viés cognitivista. Nesta perspectiva, os partidos políticos funcionam como “[...] atalhos cognitivos para diminuir os custos na obtenção de informação e maximizar a escolha eleitoral. Assim, a natureza da identificação partidária aproxima-se mais de uma decisão racional [...]” que se baseia na história recente do partido, para além da socialização afetiva (Costa, 2019, p. 32). Neste viés, pode-se dizer que o sujeito acumula informações políticas e experiências no meio social que ocorrem ao longo do tempo de forma que as avaliações acerca do partido são diretamente afetadas por eventos políticos como crises econômicas, guerras, escândalos de corrupção etc. Essas avaliações podem produzir mudanças na identificação partidária de curto prazo (Costa, 2019).

Compreende-se que a identificação partidária pode ter um viés positivo (quando o sujeito desenvolve sentimentos positivos com relação ao partido político cuja sensação é de pertencimento a este grupo) ou negativo (quando existem sentimentos negativos em relação aos grupos concorrentes). Conforme Costa (2019), estes padrões tendem a produzir polarização com base nas identidades de cada sujeito e os sentimentos partidários influenciam a decisão do voto. No mesmo sentido, a polarização entre as pessoas que compõem o eleitorado se associa “[...] a identidades partidárias intensas, do tipo “nós contra eles”, e também a grandes diferenças de opinião e ideologia entre os eleitores identificados com cada um dos partidos” (Borges; Vidigal, 2018, sem paginação).

A partir da eleição e reeleição de Dilma Rousseff, além da posterior ascensão de Michel Temer e das agendas neoliberais, “[...] um conjunto de novos atores políticos, sintonizados com o pensamento de direita, emergiu no centro desse cenário compartilhando a rejeição ao petismo” (Oliveira Filho; Feitosa; Silva, 2019 p. 3). Destacam-se a candidatura e eleição de Jair Messias Bolsonaro descritas na subseção seguinte.

2.2 O GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO

“Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”. A partir desta e de outras narrativas conservadoras, Jair Messias Bolsonaro foi eleito para o cargo de Presidente da República do Brasil com mandato que durou de 2019 a 2022. Durante

o período eleitoral, ocorrido em 2018, observou-se a ampla produção e disseminação de informações falsas como estratégia de obtenção de vantagem política, sobretudo por parte da campanha do candidato eleito. Diversas denúncias culminaram na criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a “CPMI das Fake News”, no Congresso Nacional, motivando a formulação de propostas de enfrentamento às notícias falsas (Rodrigues; Bonone; Mielli, 2020).

O antagonismo político hegemônico entre PSDB e PT – que pôde ser observado, por exemplo, por meio das disputas no segundo turno das eleições presidenciais em 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014 – deu espaço a uma candidatura que ocupou o lugar do PSDB: a de Bolsonaro. Conforme Rodrigues, Bonone e Mielli (2020), alguns fatores foram responsáveis pela posição de destaque ocupada por Bolsonaro nas eleições de 2018. São eles: a crise política e institucional aliada ao discurso de criminalização da “política tradicional”; a fragilidade da candidatura do PSDB protagonizada por Geraldo Alckmin; o uso massivo de informações falsas como estratégia de influência política.

A partir de discursos “antissistema” e “anti-esquerdista” (Azevedo Jr., 2021), direcionados principalmente aos grupos descontentes com os governos do PT, aos conservadores e aos evangélicos (Rodrigues; Bonone; Mielli, 2020), Bolsonaro reteve parte expressiva do eleitorado brasileiro, sendo eleito, no segundo turno, com 55,13% dos votos. O candidato concorrente, Fernando Haddad, filiado ao PT, obteve 44,87% dos votos naquela ocasião (TSE, 2018).

O primeiro ano do governo Bolsonaro caracterizou-se pela não implementação de medidas significativas em áreas prioritárias como saúde, educação, economia e segurança pública. Destacam-se as escolhas do ex-presidente com relação à chefia dos ministérios, sobretudo o Ministério da Educação (MEC). O ex-ministro Abraham Weintraub, por exemplo, tornou-se uma figura polêmica ao bloquear verbas orçamentárias destinadas ao ensino superior, criticar alunos e professores das universidades públicas e descrever estes espaços como locais destinados à “balbúrdia”, “cracolândia” e “politicagem” (Almeida, 2021).

No contexto da pandemia de Covid-19 que se iniciou no Brasil em 2020, segundo ano de mandato do ex-presidente, o país enfrentou crises sem precedentes e ainda sofre as consequências de medidas tomadas pelo governo negacionista. Fernandes *et al.* (2002) realizaram uma investigação acerca das publicações de Bolsonaro na rede social *Instagram* no contexto da pandemia de Covid-19,

identificando que o ex-presidente indicou o uso de medicamentos sem eficácia comprovada para o tratamento da doença como Hidroxicloroquina, se opôs ao isolamento social e não utilizou seu perfil na rede social para informar sobre índices de contágio e número de mortos pela doença no Brasil.

A partir de uma análise em outra rede social, o *Twitter* (atual “X”), Monari *et al.* (2021) discorrem sobre os argumentos utilizados pelo ex-presidente a respeito da vacinação contra Covid-19. Os autores verificaram a utilização de diversas estratégias que objetivavam persuadir e respaldar suas postagens sobre as vacinas. Entre os recursos discursivos de Bolsonaro foram identificados a **autoridade** (dele próprio como presidente, além da utilização de trechos da fala de médicos, especialistas, cientistas, entre outros) e a **racionalidade com ênfase na narrativa de liberdade** (como no caso de o sujeito poder escolher se quer se vacinar ou não, desconsiderando o bem coletivo).

A crise instaurada pela pandemia de Covid-19 tomou proporções maiores do que a causa sanitária e passou a ser uma questão com viés político, uma guerra cultural. Por meio dos discursos do governo à época, reforçou-se o conflito entre “[...] autonomia e controle, soberania individual e submissão coletiva [...] estabelecendo sempre em sua narrativa um inimigo a ser combatido” (MONARI *et al.* 2021, p. 16). Por meio dos discursos populistas e neoliberais, evidenciou-se o cenário de pós-verdade³ e a ampla disseminação de informações falsas a partir da replicação e/ou da criação de rumores, teorias conspiratórias e afirmações sem comprovação científica acerca do coronavírus pelo presidente e alguns de seus aliados.

Campos (2020) afirma que as consequências não foram piores para o país porque uma parte significativa da sociedade, incluindo as instituições públicas e privadas de cunho científico ou não, se opuseram às ideias de Bolsonaro e de seus ministros. De acordo com o autor, uma parcela dos governos estaduais e municipais, das mídias, dos partidos políticos e do poder judiciário “[...] pautaram-se em medidas cientificamente baseadas, em encontro aos esforços de organizações científicas que se mobilizam pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)” (Campos, 2020, p. 2).

No que tange ao desenvolvimento e implementação de melhorias em outras áreas como educação e dirimção das desigualdades sociais, observou-se certa insensibilidade do chefe do poder executivo. A dissertação de Almeida (2021)

³ O conceito de pós-verdade e suas implicações sociais serão retomados posteriormente.

analisa alguns elementos do cenário político brasileiro desde o *impeachment* de Dilma Rousseff até meados do mandato de Bolsonaro. Apesar deste último governo ter implementado algumas ações positivas para o Brasil, como o Projeto Future-se (com vistas à ampliação de investimentos na educação) e o incentivo à criação de escolas em tempo integral, a comparação entre ações positivas e negativas apresenta desequilíbrio visto que as benfeitorias “[...] são pontos ínfimos perto do que poderia ser feito com a grandeza de recursos do país [...]” (Almeida, 2021, p. 62).

Diversos setores da sociedade brasileira foram afetados pela postura neoliberal do governo. Observou-se, por exemplo, a fragilização da regulação ambiental brasileira promovendo a economia com base na exploração de recursos naturais de forma mais acelerada. O posicionamento de Bolsonaro em relação às mudanças climáticas e ao aquecimento global era de ceticismo, negando as constatações realizadas por diversos pesquisadores que estudam esses fenômenos (Scantimburgo, 2018).

No que concerne aos movimentos sociais, estes também foram significativamente afetados por ações de cunho autoritário pautados pela ausência de diálogo com as comunidades que se mobilizam no intuito de reivindicar direitos. Medeiros (2020) explana que:

Se, ao longo dos anos, os movimentos [sociais] desenvolveram um conjunto de ações voltadas para dialogar com o Estado (não excluindo a oposição e o enfrentamento em alguns momentos), surge um grande impasse no momento em que o Estado se fecha à interlocução, nega-se a receber as representações dos grupos em luta, desqualifica-os como interlocutores e os ameaça. Num contexto como esse, os movimentos perdem seu mais forte instrumento para expressão de suas demandas: as manifestações públicas, na medida em que a mobilização se torna difícil, arriscada ou, na melhor das hipóteses, é ignorada (Medeiros, 2020, p. 510).

Acredita-se que estes acontecimentos aliados à forma com que o governo Bolsonaro lidou com a pandemia de Covid-19 contribuíram para o declínio do presidente. Ainda assim, nas eleições presidenciais realizadas em 2022, Bolsonaro e Lula obtiveram a maior porcentagem dos votos, fazendo com que a decisão fosse encaminhada para o segundo turno. Durante o período eleitoral, observou-se a ampla disseminação de informações falsas a respeito de determinados candidatos, contribuindo para o acirramento dos ânimos entre o eleitorado. A seção subsequente

trata dos aspectos relativos ao período eleitoral e suas implicações no contexto sociopolítico brasileiro.

2.3 ELEIÇÕES DE 2022

As eleições presidenciais brasileiras de 2022 apresentaram diversos desafios de ordem política e social como o não cumprimento de preceitos democráticos, o uso sistemático das *fake news*, as narrativas controversas em torno de aspectos da vida pessoal e pública dos principais candidatos, entre outras questões potencialmente destrutivas à democracia (Santos, 2023).

Entre os candidatos que concorreram ao cargo, destaca-se a participação feminina protagonizada por Simone Tebet, filiada ao MDB, que obteve quase cinco milhões de votos, sendo a primeira a alcançar essa marca no partido (Medeiros; Correia, 2022). Entretanto, a quantidade de votos não foi suficiente para encaminhar Tebet ao segundo turno.

Os candidatos Lula e Bolsonaro obtiveram a maior porcentagem dos votos, sendo que, no segundo turno, Lula venceu com uma diferença de aproximadamente dois pontos percentuais, demonstrando a divisão política, ideológica e cultural do país. Ressalta-se que cerca de 32 milhões de eleitores se abstiveram, ou seja, cerca de 20% do eleitorado (TSE, 2022). Ao contrário do que Aécio Neves fez no passado após a acirrada votação entre ele e Dilma Rousseff, Bolsonaro não parabenizou Lula pela vitória e não participou do rito oficial de entrega da faixa presidencial, ausentando-se do Brasil antes da posse do presidente eleito. Nesta ocasião, prevaleceu o silêncio, assim como em outras situações importantes para o país em que Bolsonaro permaneceu ausente.

Ainda no contexto eleitoral de 2022, verificaram-se inúmeros casos de produção, apropriação e compartilhamento de informações falsas a respeito de atores políticos, bem como da confiabilidade do processo eleitoral no país. Observaram-se rumores sobre a eficácia das urnas, conluio entre determinados candidatos e o Supremo Tribunal Federal (STF), supostas irregularidades no momento de contabilização dos votos, entre outros. Acredita-se que tais informações falsas podem influenciar a tomada de decisão dos sujeitos e a elaboração de suas opiniões a respeito dos acontecimentos no campo político brasileiro. Neste sentido,

algumas instituições públicas têm adotado medidas para prevenir ou “combater” a desinformação.

A fim de investigar a inserção de conteúdos falsos na *Web*, o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (TSE) criou um mecanismo disponibilizado em seu *site* denominado “Sistema de Alerta de Desinformação contra as Eleições” no qual as pessoas puderam registrar alertas por meio de alguns tipos de denúncias a saber: desinformação; discurso violento ou odioso; disparo em massa (*Whatsapp/Telegram*); grave perturbação do ambiente democrático; indício de comportamento inautêntico; vazamento de dados/incidente; e violência política de gênero (TSE, 2022). Em pouco mais de três meses do lançamento da ferramenta, o Tribunal recebeu mais de 21 mil denúncias de *fake news* (TSE soma..., 2022). Já o STF criou o “Programa de combate à desinformação” que visa à criação de projetos, ações e produtos para a disseminação de informações verdadeiras acerca de seu funcionamento e competências, além da contestação de informações falsas sobre esta entidade (Programa..., 2022).

Outro fato relevante a ser mencionado é a invasão ao Congresso Nacional em 2023, após a assunção de Lula como presidente. Esse tipo de ato não é o primeiro no país visto que em anos anteriores (1984, 2006, 2013, além de uma tentativa em 2017), o espaço também foi invadido por grupos que reivindicavam direitos sociais e políticos. Contudo, em 2023, destacaram-se o vandalismo e depredação do patrimônio público e o não cumprimento dos preceitos democráticos, visto que a invasão foi ocasionada principalmente pela não aceitação do resultado das eleições.

Acredita-se que a desinformação e o contexto de pós-verdade podem ter contribuído para a participação dos sujeitos nos atos criminosos de 2023. A próxima seção busca analisar estes conceitos/fenômenos e discorrer sobre as formas de prevenção de produção e disseminação de desinformação no contexto político (incluindo *fake news* e *deepfakes*) entre outras formas de propagação de conteúdos falsos.

3 O PROBLEMA DA DESINFORMAÇÃO EM UM CENÁRIO DE PÓS-VERDADE

O termo pós-verdade foi mencionado pela primeira vez, em 1992, com a publicação do artigo *A government of lies (political ethics)*, produzido pelo roteirista Steve Tesich para a revista *The Nation* (Siebert; Pereira, 2020). Desde então, esta temática tem suscitado reflexões oriundas de diversas áreas do conhecimento cujos esforços centram-se em compreender e prevenir o potencial nocivo deste fenômeno.

Conforme Araújo (2021a), a pós-verdade configura-se como uma cultura caracterizada pela disseminação de informações falsas em grandes escalas e de forma acelerada “[...] que estão moldando a tomada de decisão das pessoas (na hora de votar, de decidir pela adesão ou não a blocos econômicos, de tomar cuidados com a saúde) [...]” (Araújo, 2021a, p. 101). Na concepção do autor, nunca houve tantas possibilidades de checagem da fidedignidade de informações que circulam na *Web*. Entretanto, o que se observa na cultura da pós-verdade, é a falta de preocupação dos sujeitos em verificar se as informações que estão sendo consumidas e/ou disseminadas são, de fato, verídicas. O autor aponta que “[...] esse é o fato novo que tem desafiado os pesquisadores de várias disciplinas científicas” (Araújo, 2021a, p. 102).

No contexto da pós-verdade, os enunciados são interpretados como verdadeiros ou falsos sem que haja, necessariamente, a avaliação prévia da informação recebida. Em função da imensidão de informações produzidas e disseminadas, principalmente dos ambientes virtuais, os sujeitos tendem a buscar estabilidade para seus sentidos, aderindo ao que “[...] convém como verdade através da ideologia, que atua como dispositivo ordenador de informação, rendendo-lhe sentidos” (Siebert; Pereira, 2020, p. 244). McGarry (1999) explicita que os sujeitos criam, compartilham, vivem em mundo de significados e tendem a temer a falta deles.

Compreende-se que a necessidade de produção de significados e de busca por estabilidade para os sentidos, aliadas à ausência de criticidade quanto às informações, sobretudo as disponibilizadas na internet, contribuem para a circulação de informações falsas, distorcidas e manipuladas sem que haja interesse em avaliar, previamente, a informação antes de sua apropriação e/ou compartilhamento.

Tendo em vista as complexidades da cultura de pós-verdade e as diversas denominações utilizadas para designar os tipos de informação falsa, acredita-se que

seja relevante apontar as distinções conceituais acerca de termos como desinformação, *fake news*, *deepfakes* e fatos alternativos. Essas distinções são apresentadas na subseção seguinte.

3.1 DESINFORMAÇÃO: DISTINÇÕES E CORRELAÇÕES COM A POLÍTICA

A criação e a disseminação de desinformação são fenômenos longevos com registros datados em épocas anteriores à Idade Média (Darnton, 2017), sendo utilizada, posteriormente, como arma de guerra, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial. Neste período, informações falsas e/ou manipuladas eram utilizadas a fim de se obter vantagens em variadas escalas. Este tipo de recurso foi responsável, por exemplo, por evitar invasões alemãs a determinadas regiões italianas (Ribeiro, 1989). Atualmente, o uso massivo de plataformas digitais tem potencializado a produção e os efeitos das informações falsas, tornando a desinformação um fenômeno ainda mais complexo, tendo em vista a facilidade com que se propaga.

Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento têm se preocupado em entender este fenômeno, compreendido como um problema que pode causar prejuízos sociais, políticos, econômicos, sanitários, entre outros, de ordem individual e coletiva. Na Ciência da Informação, os estudos acerca da desinformação se intensificaram a partir de 2018, tendo poucas publicações difundidas em períodos anteriores (Heller; Jacobi; Borges, 2020).

Conforme Heller, Jacobi e Borges (2020), nos anos 2000, a literatura ainda escassa acerca da desinformação na CI abordava o conceito sob a perspectiva da falta de informação. Neste viés, a desinformação estaria alinhada à falta de interesse e/ou de capacidade do indivíduo na busca pela informação até mesmo por não saber da existência de informações sobre determinados assuntos (Heller; Jacobi; Borges, 2020; Pariser, 2012).

Contudo, ao longo dos últimos anos, o conceito agregou novas concepções em conformidade com os problemas informacionais potencializados pelas conexões virtuais como alto volume de informações distorcidas, conteúdos fabricados, enganosos, com ou sem intenção de causar danos, para obtenção de vantagem econômica e/ou política ou não (Brisola; Bezerra, 2018; Heller; Jacobi; Borges, 2020).

Atualmente, a literatura apresenta três concepções principais acerca da desinformação, a saber: *disinformation* que se refere à informação falsa propositalmente divulgada para enganar pessoas; *misinformation* que está relacionada à disseminação de informações falsas sem a consciência de sua inveracidade por parte de quem a divulga (Valente, 2019); e *malinformation* ou má-informação que se relaciona à divulgação de dados pessoais e/ou sigilosos com objetivo de afetar a reputação de determinado sujeito ou de grupos sociais (Wardle, 2017). As três concepções contribuem para a construção do conceito de “desordem informacional” abordada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2019).

Ressalta-se que há uma diferença conceitual entre desinformação e *fake news*. Embora alguns autores tratem ambas como sinônimos, as *fake news* se configuram como um dos tipos de desinformação. Berger (2017) realizou uma apresentação no âmbito da *Conference of the European Parliament* em 2017, intitulada *Fake news and the feature of professional and ethical journalism*, em que afirma que as *fake news* são conteúdos fabricados, disfarçados de fatos que estão relacionados com informação tóxica e incivilidade, sendo disseminados como notícia verdadeira.

O documento “Jornalismo, *fake news* e desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo”, produzido pela Unesco (2019), afirma que as *fake news* se caracterizam pelo: a) uso enganoso de legendas, podendo ser chamativas para despertar o interesse dos leitores; b) conteúdo verdadeiro que é compartilhado fora de contexto; c) conteúdo impostor (quando são utilizados nomes de jornalistas sem que eles tenham, de fato, participado da construção do conteúdo); d) conteúdo manipulado e fabricado; entre outros (Unesco, 2019).

Diversos autores criticam o uso do termo *fake news*, visto que a tradução literal do termo é “notícias falsas”. Conforme o *Cambridge Dictionary*, o termo “notícia” se refere à “informação sobre um **fato** recente, novidade” (Cambridge Dictionary, 2023, grifo nosso). Para a Unesco (2019),

[...] “notícias” significam informações verificáveis de interesse público, e as informações que não atendem a esses padrões não merecem o rótulo de notícias. Nesse sentido, então, a expressão “notícias falsas” é um oxímoro que se presta a danificar a credibilidade da informação que de fato atende ao limiar de verificabilidade e interesse público – isto é, notícias reais (Unesco, 2019, p. 7).

Araújo (2021b) concorda que existe relutância entre jornalistas e estudiosos da comunicação na utilização desta nomenclatura, pois se um conteúdo é falso, então ele não se configura como uma categoria jornalística, neste caso, “notícia”. Contudo, o autor assume que a popularização do termo contribuiu para efetivá-lo enquanto designação usual em estudos científicos. Neste sentido, acredita-se que a utilização do termo “notícias falsas” não seria o mais adequado para denominar os conteúdos falsos com características jornalísticas disseminados com o intuito de parecerem notícias (Berger, 2017; Unesco, 2019). Entretanto, optou-se pela utilização do termo “*fake news*” durante todo o desenvolvimento desta pesquisa visto que é uma nomenclatura já consolidada, inclusive na Ciência da Informação.

Alcott e Gentzkow (2017) realizaram uma ampla investigação acerca das *fake news* no contexto político, especificamente com relação às eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2016. Os autores relatam que a prática de disseminação de *fake news* não é nova, mas o crescente interesse na investigação deste fenômeno se deve à facilidade com que as informações circulam na internet, além de as mídias sociais possibilitarem a monetização dos conteúdos, atraindo produtores de informação.

No que tange aos veículos que propagam desinformação no contexto político, destacam-se *sites* com variadas finalidades e conteúdos, por exemplo: páginas com conteúdo totalmente falso, sendo fabricados intencionalmente; *sites* satíricos que apresentam conteúdos que podem ser verdadeiros, mas descontextualizados, com objetivo de gerar humor; e páginas que mesclam conteúdos falsos e verdadeiros que disseminam informações com determinada inclinação política. Ressalta-se que o nome desses *sites* e o *Uniform Resource Locator* (URL) são, geralmente, escolhidos para se assemelhar aos de organizações de notícias legítimas, confundindo a pessoa que acessa a página (Alcott; Gentzkow, 2017).

Tucker *et al.* (2018) analisaram a polarização e a desinformação sobre política no contexto das mídias sociais, verificando a existência de diversos propagadores de informação falsa, incluindo *fake news*. O Quadro 1 apresenta os agentes abordados pelos autores:

Quadro 1: Agentes propagadores de desinformação

Agentes propagadores de desinformação	Descrição
<i>Trolls</i> independentes	Contribuem para a promoção da polarização política afetiva, espalhando narrativas por vezes racistas, sexistas e falsas. Atuam de forma independente, promovendo divisões ideológicas tanto para suprir interesses próprios quanto por mero “entretenimento”.
<i>Trolls</i> contratados	Escrevem e publicam comentários falsos em fóruns públicos. São contratados por empresas, políticos, partidos políticos e outros atores para escrever postagens e comentários falsos em fóruns públicos.
<i>Bots</i>	<i>Softwares</i> que criam e publicam conteúdos na internet, podendo ser utilizados para uma variedade de propósitos políticos, inclusive para propagação de desinformação.
<i>Sites de fake news</i>	<i>Sites</i> criados para criar e propagar <i>fake news</i> . Funcionam como maximizadores de lucro e como influenciadores de opinião, principalmente em períodos eleitorais.
Teóricos da conspiração	Possuem crenças relacionadas a supostos planos ocultos de grupos poderosos para a manipulação e/ou dominação dos indivíduos.
Mídia hiperpartidária	Caracterizam-se como veículos de informação cujas pautas políticas são extremistas com vistas a criar uma visão enganosa do mundo.
Políticos	São sujeitos que ocupam determinadas posições de poder e disseminam informações falsas a fim de conseguir benefícios de variadas naturezas. Podem utilizar as mídias hiperpartidárias como veículo de disseminação de informação falsa.
Governos estrangeiros	Utilizam-se de desinformação para promover suas agendas no exterior e/ou interferir em outros países.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Tucker *et al.* (2018).

Salienta-se que a palavra “**troll**” tem sido utilizada desde os primórdios da popularização da internet para designar aqueles que produzem discursos com objetivo de enfurecer os participantes de determinados diálogos que ocorrem nos ambientes virtuais, causando discórdia nas plataformas digitais. Alguns relatórios de inteligência ocidentais apontam a existência de “fazendas de *trolls*” em que funcionários são instruídos a influenciar conversas sobre questões regionais, nacionais e internacionais. Este tipo de agente pode ser empregado como parte de uma estratégia de influência da opinião pública sobre questões da política interna e externa de determinados países. Apesar de os *trolls* serem de difícil detecção, cientistas da computação e outros profissionais trabalham no desenvolvimento de algoritmos que os identifiquem (Tucker, *et al.* 2018). Os **bots**, por sua vez, são contas automatizadas que visam influenciar os usuários para fins comerciais, políticos ou ideológicos. Apesar de alguns *bots* terem propósitos bem-intencionados,

eles podem ser utilizados como ferramenta de persuasão, manipulação ou enganação (Ruffo, *et al.* 2023).

Com relação aos **sites disseminadores de fake news**, destacam-se os baixos custos para adentrar a este mercado. Conforme Tucker *et al.* (2018), estratégias de pequena escala e curto prazo podem ser extremamente lucrativas aos produtores dos conteúdos falsos tendo em vista a facilidade com que os conteúdos se propagam. No que se refere aos **teóricos da conspiração**, Tucker *et al.* (2018) fazem uma crítica ao que denominam como “mídia de massa” que, por vezes, amplifica discursos desproporcionais em relação à realidade. Têm-se, por exemplo, os noticiários que apresentam documentários investigativos acerca de tais teorias sem a preocupação em desmascará-las, aproveitando-se da oportunidade de obtenção de lucro por meio da sensacionalização.

No que tange à **mídia hiperpartidária**, verifica-se que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda têm utilizado este recurso para promover suas agendas ideológicas. Contudo, enquanto a extrema-direita está amplamente isolada de outras fontes de mídia, a extrema-esquerda está mais integrada ao discurso da mídia convencional (Tucker *et al.* 2018). Já os **políticos** sobressaem-se quanto à produção e o compartilhamento de informações falsas não por serem os maiores disseminadores de desinformação, mas por ocuparem posição de destaque na sociedade. Os políticos, geralmente, estão em busca de apoio por parte do eleitorado ou querem difamar a reputação de outrem (Mele *et al.* 2017; Tucker *et al.* 2018).

Observa-se, ainda, a existência de **governos estrangeiros** como agentes de propagação de desinformação tanto para autopromoção em outros países quanto para influência na política deles. Com base nos dados coletados pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI), pela *National Security Agency* (NSA), e pela *Central Intelligence Agency* (CIA) e nos relatórios de investigação posteriormente divulgados por essas agências, Tucker *et al.* (2018) trazem o exemplo da influência russa nas eleições presidenciais estadunidenses de 2016. Conforme os autores, inicialmente a estratégia do governo russo estava direcionada em colocar em dúvida o processo democrático americano e aviltar Hillary Clinton. Posteriormente, o foco se manteve na difamação da opositora de Trump. Para tanto, a Rússia teria utilizado intermediários terceirizados e *trolls* da internet.

Entre as motivações para a criação e disseminação de informações falsas no contexto político, Alcott e Gentzkow (2017) destacam duas. A primeira está relacionada à obtenção de vantagem econômica, visto que os conteúdos compartilhados de forma intensa na *web* podem gerar receitas significativas à medida que os *sites* ou outros veículos propagadores de desinformação são acessados. Os autores abordam o caso dos adolescentes de uma pequena cidade na Macedônia que administravam diversos *sites* com intuito de divulgar informações falsas a respeito das eleições presidenciais americanas de 2016. Os adolescentes produziram informações favoráveis e desfavoráveis tanto a Donald Trump quanto a Hillary Clinton, faturando dezenas de milhares de dólares.

A segunda motivação possui caráter ideológico, por meio da promoção de determinados candidatos através de informações falsas no contexto de eleições, por exemplo. Alguns provedores de *fake news* com determinado viés político publicam informações enganosas sobre a opinião política oposta, fazendo com que os eleitores se confundam e acreditem em histórias falsas (Alcott; Gentzkow, 2017). Heller, Jacobi e Borges (2020) afirmam que os propagadores de desinformação se utilizam de fragilidades da sociedade como **crenças pessoais** (ideologias pessoais construídas ao longo do tempo), **ganhos pessoais** (possibilidade de obtenção de lucros a partir da disseminação de informação falsa) e **fragilidades psicológicas** (uso de informações tendenciosas para apoiar sentimentos e emoções de determinado grupo).

Compreende-se que seja relevante apresentar outro tipo de desinformação, além das *fake news*: as *deepfakes*. No contexto atual, em que as TIC são amplamente utilizadas em diversos âmbitos, inclusive para a produção de recursos audiovisuais, observam-se as facilidades com relação à manipulação e edição de imagens e vídeos por meio de *softwares* que, por vezes, culminam no compartilhamento de diversos conteúdos nas mídias sociais. Simionato, Pinho Neto e Santos (2015) ressaltam a rapidez com que as imagens e os vídeos digitais são criados e alterados devido às novas técnicas de edição.

Contudo, atrelado ao avanço destas tecnologias, têm-se a produção e a edição de imagens e vídeos para fins de desinformação. A manipulação de imagens estáticas, documentos audiovisuais e gravações de som vêm sendo denominadas como *deepfakes* (Rippol; Matos, 2020; Soella; Maimone, 2022). Em outra definição, as *deepfakes* são entendidas como “um vídeo ou gravação de som que substitui o

rosto ou a voz de alguém pelo de outra pessoa, de uma forma que pareça real” (Cambridge Dictionary, 2023).

No contexto das eleições presidenciais brasileiras, em 2022, por exemplo, circulou um vídeo em que uma apresentadora de um expressivo telejornal do Brasil informava o resultado de uma pesquisa pré-eleitoral em que o candidato Jair Messias Bolsonaro estaria à frente de seu opositor Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, o vídeo foi constatatadamente manipulado, tanto em áudio quanto em suas imagens. Ou seja, a jornalista nunca apresentou a notícia, tampouco o resultado da pesquisa que estava sendo veiculada no vídeo (UOL, 2022). Diante deste cenário, observam-se as possibilidades de uso deste tipo de recurso como ferramenta de influência política e social já que as *deepfakes* “tem potencial de moldar a percepção da realidade, quando usadas para disseminar documentos audiovisuais gerados/modificados artificialmente como captações reais de imagem/voz de pessoas” (Soella; Maimone, 2022).

Acredita-se que seja importante apresentar o conceito de *alterative facts* ou fatos alternativos, pelo fato de eles terem sido alcunhados em contexto político. No início de 2017, a assistente do ex-presidente norte-americano Donald Trump, Kellyanne Conway, foi entrevistada e questionada a respeito de informações falsas que o governo teria divulgado sobre o quantitativo de pessoas que participaram da posse de Trump. Na visão da assistente, o governo Trump teria divulgado “fatos alternativos” aos que estavam sendo apresentados por especialistas e pelas próprias imagens capturadas durante a cerimônia de posse (Ripoll; Matos, 2020). Apesar de o termo ter ganhado notoriedade a partir da fala de Conway, compreende-se que ele também se refere à desinformação.

Mas quem consome *fake news*, *deepfakes* e outros tipos de desinformação, especialmente sobre política? Trata-se de uma pergunta complexa que exige alto grau de flexibilidade, visto que os sujeitos podem facilmente entrar em contato com informações falsas por meio da internet, por exemplo. Além disso, no contexto de pós-verdade em que as crenças pessoais são mais relevantes do que a busca pela factualidade, a apropriação de informações falsas tende a ser um problema cada vez mais expressivo. Tucker *et al.* (2018) afirmam que o consumo de notícias, de forma geral, é impulsionado em grande parte pela preferência dos sujeitos de serem expostos seletivamente a informações alinhadas com suas opiniões políticas.

Entretanto, há que se considerar o que Tucker *et al.* (2018) chamam de “apropriação cada vez mais social da informação”, ressaltando-se as trocas sociais e políticas, principalmente em ambientes virtuais, em que pessoas mantêm redes de contato com outros sujeitos que possuem ideologias dissonantes. Observam-se duas perspectivas acerca da apropriação social da informação: a otimista e a pessimista.

Na visão otimista, a apropriação social das informações, incluindo as notícias sobre política na *web*, tem uma série de consequências potencialmente benéficas, abrindo espaço para diálogos entre pessoas com posicionamentos diferentes a respeito de questões sensíveis à sociedade. As elites políticas também são participativas nas plataformas digitais, podendo aproximar os sujeitos do contexto político, aumentando a confiança nas instituições democráticas. Como consequência, tem-se a elevação dos níveis de tolerância e consciência da legitimidade dos pontos de vista de outrem.

Na perspectiva pessimista, observa-se um impacto nocivo, visto que os sujeitos têm potencial para produzir conteúdos que podem ser falsos e torná-los “virais”, fazendo com que as pessoas fiquem expostas a um volume maior de desinformação sobre política. Algumas das consequências negativas seriam a criação de crenças imprecisas acerca de partidos, candidatos e ideologias políticas e comportamentos de “desamizade” nas redes sociais (Tucker *et al.* 2018).

E como evitar a produção, a apropriação e o compartilhamento de informação de desinformação na sociedade em tempos de pós-verdade? Acredita-se que a prevenção da desinformação por meio do controle das mídias é um processo complexo, sendo que é preciso “[...] levar em conta os limites de interferência à liberdade de expressão e censura, seja no âmbito dos grandes grupos de mídia ou das mídias alternativas” (Brisola; Bezerra, 2018, p. 3.329). Sobre esta problemática, a UNESCO pondera que:

[...] a tentação é tentar consertar o problema por meio da regulação, e muitos países estão escolhendo essa rota, mas os defensores da liberdade de expressão advertem que isso poderia prejudicar a abertura e a participação que as novas tecnologias possibilitaram. Particularmente, se líderes de mentalidade autoritária chegarem ao poder, eles encontrarão uma arma legal e poderosa, pronta para determinar o que é “falso” e o que não é em relação a qualquer cobertura crítica de seu desempenho (UNESCO, p. 35-36, 2019).

Compreende-se que limites devem ser impostos com relação à produção e o compartilhamento de informações falsas na internet, responsabilizando os agentes envolvidos. Contudo, as democracias ocidentais ainda não alcançaram um consenso político e/ou jurídico acerca deste problema (Bachur, 2021). Assim, há que se discutir, de modo amplo, as formas de controle de desinformação, visto que a imposição de medidas regulatórias sem estudos abrangentes pode trazer consequências maléficas às sociedades democráticas.

Entende-se que essa discussão deve envolver instituições públicas e privadas, pesquisadores e estudiosos de diversas áreas do conhecimento, aproximando a sociedade civil, os governos e as plataformas digitais para a promoção de propostas regulamentadoras. A saída frequentemente abordada para o controle da desinformação se relaciona ao desenvolvimento da competência em informação (UNESCO, 2019; Heller; Jacobi; Borges, 2020). A subseção seguinte trata da competência em informação como estratégia de prevenção à desinformação.

3.2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO

A competência em informação tem sua origem atrelada à concepção técnica acerca do uso de recursos de busca da informação para resolução de problemas educacionais e profissionais. Contudo, seu escopo tem sido ampliado a partir de estudos teóricos e práticos que a utilizam como estratégia para o desenvolvimento da criticidade e reflexividade dos sujeitos com relação à busca, ao uso, à apropriação e ao compartilhamento da informação em diferentes meios e suportes.

Conforme Vitorino e Piantola (2009), o conceito de competência em informação ultrapassa a noção de conjunto de habilidades informacionais, referindo-se a “uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas” (Vitorino; Piantola, 2009, p. 136).

Vitorino e Piantola (2011) afirmam que o desenvolvimento de habilidades e competências que permitam o uso consciente e benéfico da informação é fundamental para a atuação dos sujeitos no contexto social. As autoras apontam dois aspectos intrínsecos à informação, o pessoal e o coletivo. O primeiro – o

pessoal – se refere às experiências construídas e acumuladas pelos sujeitos ao longo da vida. O segundo – o coletivo – relaciona-se às “[...] sistematizações e interpretações de fragmentos do conhecimento socialmente disponibilizado produzido através da história da humanidade” (Vitorino; Piantola, 2011, p. 101). Ao inter-relacionar a Coinfo com a dimensão social e situacional, pressupõe-se a construção de princípios éticos e outros valores com relação aos aspectos pessoal e coletivo da informação. Dudziak (2001) destaca que:

Os *valores* se referem ao desenvolvimento de valores e atitudes pessoais, incluindo a ética, a autonomia, a responsabilidade, a criatividade, o pensamento crítico e o aprender a aprender, enfatizando o cidadão, o ser social, admitindo uma visão sistêmica da realidade (Dudziak, 2001, p. 152).

Vitorino e Piantola (2011) refletiram acerca das dimensões da competência em informação, a saber: técnica, estética, ética e política. A dimensão técnica corresponde ao meio de ação do sujeito no contexto da informação e consiste em “[...] habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos; ligada à ideia de que o indivíduo competente em informação é aquele capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias” (Vitorino; Piantola, 2011, p. 109). Relaciona-se às estratégias empreendidas pelas pessoas para buscar informações em diferentes meios e suportes, contribuindo para a satisfação de suas necessidades informacionais uma vez que já foram reconhecidas pelo próprio sujeito.

A dimensão estética está relacionada à criatividade e à construção de conhecimento por meio da sensibilidade quanto às percepções do mundo, considerando-se as experiências vividas (Orelo; Vitorino, 2020). De acordo com as autoras, a dimensão estética:

[...] diz respeito ao equilíbrio necessário entre o domínio das habilidades para o uso dos recursos informacionais, a ética no uso das informações, o entendimento político e social da informação e a sensibilidade, a criatividade e a solidariedade no uso das informações e na geração de novos saberes (Orelo; Vitorino, 2020, p. 128-129).

Neste sentido, a dimensão estética se refere às questões individuais subjetivas, bem como os modos de expressar informação em contexto coletivo. Já a dimensão ética diz respeito à produção, ao uso e à disseminação da informação de forma responsável, visando o bem da coletividade. As outras dimensões da

competência em informação também estão relacionadas aos princípios éticos sendo que o “[...] domínio da técnica, por exemplo, demanda escolhas e apresenta exigências de caráter social, as quais terão implicações éticas, enquanto a busca estética pela harmonia e pelo bem viver tem na ética seu fundamento apriorístico” (Vitorino; Piantola, 2011, p. 106).

Compreende-se que “[...] a produção, a disseminação e o uso da informação estão intimamente ligados ao envolvimento de indivíduos em uma comunidade, esses processos assumem invariavelmente um caráter ético e político” (Vitorino; Piantola, 2011, p. 99). Com relação a esta última dimensão, a política, as autoras dizem que:

Esta dimensão tem mostrado, nos mundos antigo e contemporâneo, importância significativa à competência informacional. O recente desenvolvimento das sociedades democráticas, aliado ao crescimento acelerado da oferta de produtos informacionais, tem levado os governos de diversos países a empreender esforços no sentido de incentivar programas voltados à competência informacional de seus cidadãos, visando à sua participação nas decisões e nas transformações referentes à vida social, ou seja, ao exercício de sua cidadania (Vitorino; Piantola, 2011, p. 106).

Acredita-se que o desenvolvimento das dimensões da Coinfo de forma integrada pode favorecer a prevenção da produção e circulação de desinformação na sociedade. Algumas revisões de literatura em nível nacional e internacional foram realizadas pela autora da presente pesquisa em conjunto com outros pesquisadores para que fosse possível identificar o que tem sido proposto pelos acadêmicos e profissionais da informação acerca da inter-relação entre competência em informação e desinformação (Santos; Mata, 2022; Santos; Gerlin; Mata, 2022; Teixeira; Santos; Mata, 2023).

Santos e Mata (2022)⁴ apresentaram um trabalho no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Enancib) com vistas à identificação dos documentos disponibilizados na base de dados Scopus (nível internacional) que abordavam a competência em informação e a desinformação, identificando-se um quantitativo ínfimo de trabalhos que se restringia a oito documentos. Santos, Gerlin e Mata (2022) se propuseram a identificar os textos disponibilizados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência

⁴ O referido trabalho recebeu o prêmio de segundo lugar como melhor trabalho na categoria “Resumo Expandido” do Grupo de Trabalho (GT) 3 relacionado à “Mediação, Circulação e Apropriação da Informação” do Enancib 2022.

da Informação (Brapci) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (nível nacional), recuperando 30 trabalhos ao total.

De forma geral, com relação aos conteúdos, os textos recuperados em ambos os estudos tratam de discussões conceituais acerca da desinformação e a distinção com as *fakes news*, além de ações educacionais voltadas à competência em informação promovidas por instituições de ensino. Em âmbito internacional, identificaram-se abordagens voltadas à avaliação da informação entre jovens e estudantes e a atuação de instituições internacionais no que se refere à prevenção da desinformação. No contexto brasileiro, verificou-se a correlação entre as duas temáticas com perspectivas direcionadas ao enfrentamento da desinformação sobre saúde (pandemia, vacinação, entre outros) e o enfoque na formação e atuação de bibliotecários e arquivistas no que se refere à contenção da propagação de informações falsas.

Já o estudo de Teixeira, Santos e Mata (2023) se dedicou a identificar a presença de conteúdos voltados à desinformação e à competência em informação nos currículos de Biblioteconomia das universidades federais do Brasil. Os autores identificaram a disponibilização de 25 cursos de Biblioteconomia no país, sendo oferecidas apenas oito disciplinas que tratam especificamente da competência em informação. Não foram identificadas disciplinas específicas sobre desinformação.

Entretanto, os autores acreditam que os componentes curriculares sobre fontes de informação, normalização documental, serviços de informação e referência, estudos de usuários da informação e educação de usuários (concepção precursora da Coinfo referente às ações que enfatizam os produtos, recursos e serviços desenvolvidos no âmbito das bibliotecas) podem contribuir para a formação dos futuros bibliotecários no que tange ao desenvolvimento de suas habilidades, da criticidade e reflexividade diante dos processos informacionais.

Assim como a maior parte da literatura da Ciência da Informação aponta (Heller; Jacobi; Borges, 2020), acredita-se que a competência em informação, sobretudo o desenvolvimento das dimensões ética e política sobre as quais Vitorino e Piantola (2011) dissertam, pode contribuir para a prevenção da desinformação na sociedade, tornando os sujeitos mais críticos e reflexivos diante das informações, possibilitando que avaliem a veracidade da informação antes de sua apropriação e/ou compartilhamento. A próxima seção dedica-se à compreensão das bases teóricas para os estudos de práticas informacionais.

4 BASES TEÓRICAS PARA OS ESTUDOS DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Os estudos de usuários se dividem em três abordagens: **tradicional** que se refere à investigação de quanto e como a biblioteca ou centro de informação e seus sistemas são utilizados; **alternativa**, também chamada de abordagem cognitiva, que visa estudar o comportamento informacional de determinado grupo; e **social** com ênfase nos aspectos sociais que permeiam o cotidiano do sujeito e que interferem nos processos de uso da informação (Mata, 2022). Esta é a abordagem utilizada na presente pesquisa.

As distinções acerca das três abordagens dos estudos de usuários foram amplamente apresentadas por estudantes e pesquisadores em nível de graduação e pós-graduação por meio de artigos, trabalhos apresentados em eventos, capítulos de livros, dissertações e teses, como nas investigações de Nascimento (2021), Araújo (2017), Pinto e Araújo (2019), Berti (2018), entre vários outros estudos dentro e fora do contexto brasileiro. Tendo em vista a exaustividade com que o percurso histórico dos estudos de usuários fora analisado, esta seção apresenta uma breve síntese a esse respeito.

Berti (2018) afirma que os estudos de usuários da informação estão vinculados à investigação sobre como os sujeitos interagem com os fluxos informacionais, incluindo aspectos objetivos, subjetivos e intersubjetivos. Os aspectos objetivos se referem, por exemplo, ao que os sujeitos fazem com a informação. Os aspectos subjetivos estão relacionados ao modo como os sujeitos pensam e como interpretam a informação. Já os aspectos intersubjetivos dizem respeito à concepção de “[...] informação enquanto artefato cujos significados são compartilhados e inteligíveis, no âmbito social e cultural [...]” (Berti, 2018, p. 29).

Os estudos de usuários se firmaram como disciplina nos cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia, além de serem um subcampo de pesquisa da área da Ciência da Informação (Pinto; Araújo, 2019). A gênese deste subcampo está associada aos estudos realizados no contexto da Universidade de Chicago, na década de 1930, acerca do uso das bibliotecas e arquivos, bem como da utilização de fontes de informação disponibilizadas por estas instituições e/ou do desenvolvimento de sistemas (abordagem tradicional). Tais pesquisas passaram a ser utilizadas como ferramentas de planejamento e de gestão, visto que são capazes de oferecer taxas de uso de materiais dos acervos (indicadores) e proporcionam

feedbacks acerca dos sistemas, entre outros índices majoritariamente quantitativos (Pinto; Araújo, 2019; Araújo, 2017; Cunha; Amaral; Dantas, 2015). Como crítica às pesquisas centradas nos sistemas, surgem, na década de 1970, os denominados estudos de comportamento informacional (abordagem alternativa).

O enfoque da abordagem alternativa está na relação entre as etapas e as forças intervenientes que se manifestam desde a necessidade até o uso da informação. As etapas se referem, por exemplo, aos procedimentos de seleção, exploração e verificação da informação. Já as forças intervenientes dizem respeito a fatores emocionais, cognitivos, fisiológicos, entre outros. Nesta abordagem, as forças intervenientes que são, em essência, cognitivas, interferem nas etapas relativas à busca e ao uso da informação (Araújo, 2017). Contudo, as duas primeiras abordagens não se debruçam sobre o processo de constituição social dos sujeitos, levantando críticas aos tipos de estudo de usuários que eram realizados até então.

A partir da década de 1990, desenvolveram-se os estudos voltados às práticas informacionais (abordagem social) que possibilitaram a construção de novos referenciais de pesquisa no subcampo dos estudos de usuários. Destacam-se as contribuições expressivas das teorias advindas das Ciências Sociais e Humanas, propiciando maior ênfase nas questões sociais que permeiam as relações dos indivíduos com a informação. Alteraram-se as noções acerca do próprio “usuário da informação” cujo conceito é comutado da concepção de agente passivo, mero respondente de pesquisas e usuário de sistemas de informação para a perspectiva de protagonista, ator, sujeito que constrói a realidade informacional e social (Tanus; Rocha; Berti, 2021).

Salienta-se que Reijo Savolainen (1995), da Universidade de Tampere, na Finlândia, foi o precursor das discussões acerca das práticas informacionais na Ciência da Informação (Berti, 2018). Savolainen (1995), em seu estudo intitulado *Everyday life information seeking: approaching information seeking in the context of “way of life”*, expressa as influências de Pierre Bourdieu em sua abordagem, principalmente no que se refere ao conceito de *habitus*, notavelmente investigado por Bourdieu.

Conforme Savolainen (1995), o *habitus* se configura como uma teoria útil aos estudos de práticas informacionais, pois fornece uma contextualização para a “[...] conceituação da busca de informação como um componente natural das práticas cotidianas” (Savolainen, 1995, p. 259, tradução nossa). Acredita-se que, antes de

adentrar às práticas informacionais enquanto abordagem social do subcampo dos estudos de usuários, é necessário revisitar as teorias que fundamentaram o desenvolvimento deste conceito. Neste sentido, cabe compreender o conceito de *habitus*, bem como o entendimento de Bourdieu quanto às estruturas sociais e às relações de poder que, em amplo sentido, fundamentam os estudos relacionados às práticas informacionais.

Para tanto, recorreu-se a textos como “Razões Práticas: sobre a teoria da ação” e “Esboço de uma teoria da prática”, ambos elaborados pelo próprio Bourdieu, bem como a outros autores como o francês Philippe Corcuff no contexto da Sociologia, o brasileiro Carlos Alberto Ávila Araújo, no âmbito da Ciência da Informação entre outros pesquisadores. Ainda, propôs-se discorrer sobre os conceitos de emancipação política e política-vida, termos discutidos por Anthony Giddens que corroboram para o entendimento das ações dos sujeitos em contexto individual e coletivo.

4.1 AS DICOTOMIAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E AS PROPOSTAS DE PIERRE BOURDIEU

Um dos primeiros pontos a serem considerados para a compreensão dos estudos de práticas informacionais centra-se em sua origem contextualizada a partir do quadro intelectual advindo das Ciências Humanas e Sociais “[...] marcado pela existência de distintas escolas ou tradições de pesquisa que se estruturam em torno de determinadas concepções” (Araújo, 2017, p. 218-219). O francês e professor de Ciência Política, Philippe Corcuff (2001), aponta que, desde o início das Ciências Sociais, há incidência de pares de conceitos como material/ideal, objetivo/subjetivo e coletivo/individual.

Cabe a ênfase ao dualismo “objetivismo/subjetivismo”. A despeito desta antonímia, Bourdieu as trata como análises parciais quando percebidas de forma isolada, visto que o objetivismo se restringe à apreensão do sentido objetivo das práticas sociais e o subjetivismo se limita à compreensão da dimensão simbólica como as representações, os sentimentos e as crenças projetadas pelos sujeitos. Quando analisados de forma dissociada, supprime-se o alcance do “[...] sentido do

jogo social que, na visão de Bourdieu, é dado na relação dialética⁵ entre as regularidades objetivas plasmadas nas estruturas (instituições) e essas mesmas estruturas objetivas incorporadas pelos indivíduos” (Arboleya, 2013, p. 9).

Na perspectiva de Corcuff (2001), essa binariedade também não parece ser a mais adequada para a compreensão de fenômenos sociais complexos, já que são elementos da realidade assimilados como antagonistas. Por isso, o autor se baseia na ideia de construtivismo social, cujo esforço se mantém em superar estas oposições, sendo que “[...] as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos” (Corcuff, 2001, p. 26). O autor reitera que essas construções históricas e cotidianas são plurais, individuais e coletivas, escapando ao controle dos sujeitos.

Araújo (2017) discorre sobre as concepções de Corcuff apresentando dois movimentos intelectuais identificados pelo francês que buscaram superar essas dicotomias. O primeiro movimento reúne autores como Bourdieu e Giddens que partem da compreensão das estruturas sociais para chegar às interações entre as pessoas, ultrapassando as dicotomias, “[...] mas com certa predominância das estruturas sociais e dos aspectos macrossociais da realidade”. O segundo movimento se constitui a partir de autores como Schutz, Garfinkel, Callon e Latour que seguem o ponto de vista contrário, partindo “[...] das interações para chegar às estruturas sociais” (Araújo, 2017, p. 219).

Neste ponto, cabe compreender o que são as chamadas estruturas sociais. Para tanto, aponta-se para três perspectivas: a de Karl Marx, a de Claude Lévi-Strauss e a de Pierre Bourdieu. A concepção marxiana se sustenta nos conceitos de “infra-estrutura” e “superestrutura”. Os indivíduos estabelecem relações indispensáveis e independentes de sua vontade, sobretudo no que se refere às relações de produção. O conjunto dessas relações constitui a base social, a estrutura econômica da sociedade (infraestrutura) que é pautada por condições materiais produtivas, uma vez que estas condições viabilizam a subsistência humana. A consciência das classes, ou seja, os modos como elas se enxergam no mundo, bem como as formas jurídicas e políticas que se manifestam nas relações de

⁵ As análises de Bourdieu são essencialmente dialéticas (Bourdieu, 1996). A dialética pode ser compreendida como “[...] o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação [...]” (KONDER, 1985, p. 8).

produção fazem parte do que se pode chamar de “superestrutura” a partir da visão marxiana (Willians, 1979).

Já a concepção de Claude Lévi-Strauss, influenciada pela linguística, se expressa por meio da compreensão das estruturas como elementos comuns nas sociedades, constituindo-se de modo independente do espaço e do tempo, levando em consideração a faceta “inconsciente” que se relaciona a uma função simbólica, isto é, a um conjunto de leis estruturais inconscientes que, de certo modo, dialogam com leis universais (Mendes, 2014; Lévi-Strauss, 2008).

De outro modo, Pierre Bourdieu difere de Marx e de Lévi-Strauss. Ele apresenta a ideia de estrutura como um elemento dinâmico que se constitui a partir de um conjunto de relações históricas condicionadas e condicionantes que produzem e, ao mesmo tempo, são o produto de ações. Refere-se, ainda, à relação entre as estruturas mentais sociais e as estruturas objetivas (o “mundo dos objetos”), ambas constituídas pelos indivíduos. As estruturas mentais fundam o chamado mundo inteligível “[...] que só é inteligível porque pensado a partir das segundas [estruturas objetivas]. A reciprocidade da relação estabelece um movimento perpétuo [...] que busca permanentemente se reequilibrar, que tende a se regenerar, a se reproduzir” (Thiry-Cherques, 2006, p. 31).

Nesse sentido, as ideias de Pierre Bourdieu podem ser compreendidas como teorias das estruturas sociais que concebem uma variante do estruturalismo. Ressalta-se que o estruturalismo se refere a um ponto de vista objetivista, já que parte da ideia de estrutura como uma realidade objetivamente existente que impõe sua lógica aos indivíduos (Thiry-Cherques, 2006). Com o intuito de repensar o estruturalismo, Bourdieu apresenta o denominado “estruturalismo construtivista” que assume a existência das estruturas objetivas que agem de forma independente da vontade e da consciência, sendo capazes de orientar as práticas e as representações dos indivíduos (assim como aponta Lévi-Strauss, por exemplo) mas estas mesmas estruturas e os esquemas de percepção, pensamento e ação são continuamente construídas pela sociedade (Durante, 2012; Thiry-Cherques, 2006).

Deste modo, a abordagem de Bourdieu busca superar a dicotomia entre os estudos objetivistas (estruturalismo, baseado fundamentalmente nas correntes de pensamento de Ferdinand de Saussure e Claude Lévi-Strauss; estrutural-funcionalismo, na concepção de Émile Durkheim, entre outras abordagens

teóricas) e o subjetivismo (microsociologia estudada por Erving Goffman e Alfred Schutz, entre outras perspectivas).

Bourdieu não procura anular uma ou outra concepção teórica, mas promover o diálogo acerca das duas formas de compreensão do mundo social e dos fenômenos que nele se inserem, superando suas limitações. Para tanto, ele se utiliza do que chamou de conhecimento praxiológico que tem como objeto de análise não somente o sistema de relações objetivistas, mas também as relações dialéticas entre as estruturas e as disposições estruturadas, tendo em vista os processos de “interiorização da exterioridade” e “exteriorização da interioridade” (Bourdieu, 2003).

Antes de adentrar ao entendimento dos processos de interiorização e exteriorização, cabe realizar alguns apontamentos. Apoiado nas reflexões do filósofo Jean Ladrière e, em certa medida, nas ideias de Karl Marx, Corcuff (2001) apresenta três aspectos importantes para a compreensão das estruturas a partir de uma visão construtivista dos aspectos sociais: a) o mundo social se constrói a partir das pré-construções passadas, ou seja, os indivíduos vivenciam suas próprias histórias, mas em condições herdadas do passado; b) as formas sociais passadas são reproduzidas, apropriadas, deslocadas, transformadas e inventadas por meio das práticas e das interações na vida cotidiana dos indivíduos; c) a herança passada e o contexto cotidiano abrem as possibilidades para o futuro (Corcuff, 2001, p. 26-27).

Nestes processos tanto históricos quanto práticos, as realidades sociais são exteriorizadas tendo em vista que os indivíduos e os grupos de que eles fazem parte se relacionam com objetos, regras e instituições, entre outros elementos herdados de gerações anteriores que são continuamente transformados. Por outro lado, essas realidades também estão circunscritas em aspectos subjetivos e interiorizados sendo “[...] constituídos sobretudo de formas de sensibilidade, de percepção, de representação e de conhecimento” (Corcuff, 2001, p. 28).

Notavelmente, as proposições tanto de Corcuff (2001) quanto de Bourdieu (1996) são influenciadas por autores como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, mas não são uniformemente integradas às ideias destes autores. Bourdieu e Marx compartilham a ideia da realidade social como um conjunto de relações de forças entre classes que, historicamente, lutam entre si. Entretanto, Bourdieu enfatiza o valor das relações de sentido, os bens simbólicos e a dominação simbólica nas relações de classe (Durante, 2012, p. 32).

Conforme Durante (2012), para analisar as relações de classe e dominação, Bourdieu se utiliza de uma abordagem weberiana apropriando-se, por exemplo, do conceito de legitimidade que permite compreender o processo de aceitação dos dominados pela dominação a partir de um consenso de ambos sobre a ordem estabelecida. Além disso, Bourdieu adota as noções de Durkheim quanto à sociologia que se refere ao “[...] estudo dos fatos sociais entendidos como toda maneira de fazer, fixada ou não, que exerce sobre o indivíduo uma coação externa” (Durante, 2012, p. 32).

A partir destas influências, Bourdieu (1996) aborda o espaço social como um espaço multidimensional em que se observa a distribuição/organização social a partir de diferentes posições em que os indivíduos acumulam ou podem acumular quatro tipos de capital que formam o denominado capital global, são eles: **econômico** relacionado aos elementos de produção e ao conjunto dos bens econômicos (renda, patrimônio, bens materiais, entre outros); **cultural** que se refere às qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família (interesse por obras de arte, posse de títulos acadêmicos etc.); **social** relativo ao conjunto de relações sociais das quais os indivíduos participam, conquistadas a partir da sociabilidade (encontros, atividades cotidianas e de lazer em comum com outrem, por exemplo); e **simbólico** relacionado ao conjunto de rituais ligados à honra e ao reconhecimento necessários para legitimar a posse das outras três formas de capital (Bourdieu, 1996; Durante, 2012).

Bourdieu (1996) ressalta a transitoriedade com relação às práticas (gostos, esportes etc). Uma prática inicialmente adotada pela parcela social tida como “nobre⁶” pode ser abandonada pelos nobres, assim como uma prática inicialmente popular pode ser, em algum momento, retomada pelos “nobres”. Esta transitoriedade ocorre com certa frequência. Bourdieu exemplifica o caso do boxe que era praticado por aristocratas franceses, no final do século XIX, e, posteriormente, se popularizou.

Cabe ressaltar que, em virtude da popularização da internet e das mídias sociais e, conseqüentemente, do alto fluxo de informações produzidas e compartilhadas, o espaço das posições sociais adquiriu caráter primordialmente dinâmico. Castells (2013) informa que as conexões virtuais desempenham um papel de destaque na reconfiguração das interações sociais e na formação de novas identidades individuais e coletivas. Neste sentido, acredita-se que os tempos atuais

⁶ Termo utilizado pelo próprio Bourdieu (1996).

marcados pela constante evolução das TIC estão intimamente relacionados à transitoriedade vertiginosa de ideias, de posições sociais, de escolhas e de formação de grupos.

Retomando a ideia de Bourdieu, a internalização de gostos e de modos de ser se relaciona à “tomada de posição” por meio da intermediação do espaço de disposições ao qual Bourdieu também chama de *habitus*. O *habitus* se constitui por meio de duas esferas: o *habitus* primário que se refere à internalização da história de vida do indivíduo através das relações familiares; e o *habitus* secundário referente às relações sociais estabelecidas por meio dos ambientes frequentados e da formação escolar dos indivíduos (Nascimento, 2021). Goulart (2018) afirma que o *habitus* está relacionado a um sistema relativamente estável, social e culturalmente determinado de pensamento, percepção e avaliação que é internalizado pelo indivíduo, pelo qual se integram as experiências da vida cotidiana. Nas palavras de Bourdieu:

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas - o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (Bourdieu, 1996, p. 22).

Uma das atribuições da noção de *habitus* é a de dar conta da “unidade de estilo” que se estabelece entre as práticas e os bens de um indivíduo ou do coletivo. O estilo de vida, por sua vez, se relaciona a um conjunto de escolhas de pessoas, de bens, de práticas etc. Os *habitus* são diferenciados, assim como as posições sociais das quais são o produto, mas também são diferenciadores, distintos e operam distinções no que tange aos estilos de vida e às próprias posições (Bourdieu, 1996).

Durante (2012) corrobora com a interpretação de Bourdieu ao discorrer sobre atitudes, percepções, sentimentos e pensamentos enquanto disposições que funcionam como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão. A interiorização destes elementos se constitui como um mecanismo essencial de socialização. Essa interiorização de comportamentos e de valores que são aprendidos passam a ser considerados óbvios, permitindo a ação do indivíduo sem que, necessariamente, seja obrigado a se lembrar explicitamente das regras sociais

que pautam essas ações. Assim, o *habitus* também pode ser considerado um mecanismo de “interiorização da exterioridade”.

Ressalta-se que “[...] *habitus* e campo [social] são noções relacionais, interligadas que aparecem nos pressupostos bourdieusianos mutuamente referentes entre si, numa relação de cumplicidade ontológica e não de antinomia sujeito/matéria” (Arboleya, 2013, p. 9). Essas definições contribuem para o fortalecimento da proposta de conhecimento praxiológico (Teoria da Prática) que, de certa forma, “[...] reposiciona o pesquisador que passa ter como objeto de estudo o sistema de relações objetivas e o processo de interiorização desse sistema sob a forma de disposições para a ação” (Araújo, 2017, p. 220).

A partir da ideia de conhecimento praxiológico por meio da relação entre *habitus*, campo e posições sociais é que se fundam as perspectivas acerca da “práxis”, ou seja, o movimento “[...] por meio do qual os sujeitos agem no mundo e, como causa e também consequência dessa ação, constroem esse mesmo mundo. Essa é a ideia básica que fundamenta o conceito de “práticas” presente na expressão “práticas informacionais” (Araújo, 2017, p. 2020). Conforme Nascimento (2021), as práticas informacionais se relacionam às práxis sociais e à inter-relação dos sujeitos. Para a autora, as práticas culturais, sociais e políticas revelam práticas informacionais.

A partir das ricas reflexões de Bourdieu e de suas influências em diversas áreas do conhecimento, a Ciência da Informação passa a se integrar, especialmente a partir da década de 1990, em debates que levam em consideração o contexto e o cotidiano social dos sujeitos, suscitando aprofundamentos teóricos e metodológicos acerca de aspectos históricos e socioculturais que permeiam suas ações informacionais. O próprio modelo proposto por Savolainen (1995) que será explicitado posteriormente, agregou questões cotidianas e sociais na relação entre sujeito, informação e coletividade social. A próxima seção discorre sobre a dimensão política na ação dos indivíduos por meio de conceitos como emancipação política e política-vida, analisados por Anthony Giddens.

4.2 POLÍTICA EMANCIPATÓRIA E POLÍTICA-VIDA

Antes de adentrar à dimensão política circunscrita nas práticas sociais produzidas e reescritas pelos sujeitos, buscou-se apresentar brevemente as

principais perspectivas paradigmáticas da Ciência da Informação, relacionando-as com as concepções acerca do indivíduo enquanto produtor e disseminador de informações a partir das diferentes correntes teóricas que fundamentam a Ciência da Informação.

Capurro (2003) discorre sobre três paradigmas da CI, a saber: físico, cognitivo e social. Na perspectiva fisicista, a Ciência da Informação é compreendida como um campo especializado com objetivos relacionados à organização, processamento, transmissão e recuperação de dados, associando-se à Teoria da Informação de Claude Shannon e Warren Weaver, concepções de base matemática (Capurro, 2003; Silva; Nunes, 2014). Os signos, símbolos e/ou mensagens são transmitidos de um emissor a um receptor e este processo pode sofrer interferências externas (ruídos). O conceito de informação é particularmente constituído no paradigma físico, relacionando-se a algo objetivo, “[...] um objeto da realidade cujo sentido independe do usuário que se relaciona com ela, dotada de propriedades objetivas, isto é, inerentes (tais como relevância, exatidão, qualidade, etc.)” (Araújo, 2010).

Na visão de Capurro (2003), o paradigma físico é excludente quanto ao papel ativo do sujeito cognoscente, uma vez que o usuário é compreendido como receptor de informação. Os estudos de usuários desenvolvidos à luz da perspectiva fisicista relacionam-se à definição de taxas de uso de diversos tipos de fontes de informação correlacionando-as com dados de perfil sociodemográfico dos usuários, possibilitando a avaliação de serviços e sistemas de informação (Araújo, 2010).

Com ampliação do paradigma físico, tem-se a perspectiva cognitiva em que se inserem as pesquisas que buscam compreender de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário do ponto de vista cognitivo. O indivíduo é visto como sujeito cognoscente, ou seja, dotado das capacidades de conhecer e assimilar informações (Capurro, 2003). A informação é entendida como um recurso utilizado pelo sujeito cognoscente quando este se encontra em uma situação de lacuna ou estado vazio de conhecimento (Araújo, 2010).

Conforme Araújo (2010), as formas como o sujeito percebe as lacunas influenciarão no modo como ele procede a fim de preencher o “vazio de conhecimento”, ou seja, no comportamento empreendido para encontrar e utilizar as informações de que necessita. De modo a compreender e explicitar estes processos cognitivos, no âmbito dos estudos de usuários da informação, proliferaram-se diversos modelos de comportamento informacional como o *Anomalous State of*

Knowledge (ASK), o *Sense Making*, o *Information Search Process* (ISP), entre outros. Estes modelos contribuem para a compreensão das necessidades informacionais e dos processos de busca e uso da informação dos indivíduos em sentido teórico e prático (Araújo, 2010).

Contudo, críticas aos dois paradigmas anteriores fizeram emergir outra concepção na Ciência da Informação: o paradigma social. Nesta abordagem, o sujeito é compreendido como um ser social que não é um mero receptor de informações ou apresenta vazios/lacunas cognitivas, visto que a informação e o conhecimento estão presentes e são construídos ao longo da vida dos sujeitos de forma contínua (Araújo, 2010; Tanus; Rocha; Berti, 2021; Capurro, 2003).

Conforme Araújo (2013), compreender os sujeitos informacionais na Ciência da Informação não se restringe ao estudo das pessoas ou aos

[...] seus aspectos sociais (como faz a Sociologia), subjetivos (como faz a Psicologia) ou culturais (como faz a Antropologia). Estudar os indivíduos no campo da Ciência da Informação significa perceber que existem indivíduos usando, buscando, sentindo falta ou disseminando informação, e que essas ações os constituem enquanto um tipo particular de sujeitos – justamente os sujeitos informacionais (ARAÚJO, 2013, p. 3).

Berti (2018) afirma que o sujeito informacional deve ser entendido como alguém que age sobre a informação e cria sentidos, reforça significados e atua como protagonista dos acontecimentos informacionais. Na perspectiva da autora, os sujeitos “[...] se apropriam do conhecimento em situações específicas, de modo que suas ações constroem os cotidianos, marcados pela peculiaridade de cada ator social, construída não de uma reflexão imediata do constructo social, mas transformada, reescrita” (Berti, 2018, p. 32).

Neste sentido, cabe discorrer sobre a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens para a compreensão acerca do indivíduo (entendido como ator social) e a dimensão política de suas práticas. Acredita-se que seja relevante apresentar a proposta de Giddens, visto que aborda as práticas sociais dos indivíduos, reforçando-se as categorias “reflexividade” e “autonomia”. Reitera-se que as práticas informacionais também são práticas sociais. Portanto, agregar as dimensões supramencionadas na análise das práticas informacionais pode contribuir para a Ciência da Informação, já que nessa proposta o sujeito é tido como um ser social, pensante que interfere em seu meio e é constituído por ele.

Giddens (2005) afirma que, ao longo dos últimos dois séculos, os estudiosos da Ciências Sociais tentaram desenvolver uma teoria geral que abarcasse todo o processo de desenvolvimento humano. Entretanto, o autor pondera que nenhuma teoria isolada consegue explicar as complexidades da sociedade. De acordo com Saul (2003), os estudos de Giddens emergem em meio à reconstrução de paradigmas que marcaram as Ciências Sociais dos anos de 1970, atuando como representante de uma das principais abordagens da área. Giddens busca superar a dicotomização entre teorias clássicas e contemporâneas, participando da “[...] tendência que parece dominar a cena na atualidade [...] em que a indução pelo mercado funciona como centro ético-político a partir do qual se redefinem as relações correspondentes ao mundo do trabalho” (Saul, 2003, sem paginação).

Giddens (2005) ressalta as mudanças na organização da vida política e social da sociedade ao longo dos séculos, apontando alguns dos fatores que vêm influenciando a organização social. Alguns deles são o meio ambiente, as formas de organização política e os fatores culturais. O meio ambiente se refere ao ambiente físico e interfere no modo de socialização e no direcionamento da vida cotidiana. Atores que residem em ambientes com condições climáticas extremas, por exemplo, precisam organizar suas vidas de acordo com as especificidades meteorológicas. De outro modo, os habitantes de regiões gélidas desenvolvem hábitos diferenciados daqueles que moram em regiões subtropicais. Contudo, o meio ambiente não é o principal fator de impacto na organização social, visto que, mesmo em ambientes inóspitos, as pessoas conseguem se estabelecer e gerar riqueza produtiva, como no Alasca em que os habitantes conseguiram explorar petróleo e minerais (Giddens, 2005).

Já a organização política exerce níveis mais expressivos de influência social. Salienta-se que tipos de ordem política distintas podem existir em coletividades com o mesmo sistema de produção. Algumas sociedades pautadas no capitalismo industrial, por exemplo, tiveram sistemas políticos autoritários (como a Alemanha no período nazista), enquanto outras foram e são mais democráticas (como a Grã-Bretanha ou a Suécia) (Giddens, 2005).

No que tange aos fatores culturais, Giddens (2005) discorre sobre a religião, os sistemas de comunicação e as lideranças. Na perspectiva do autor, a religião pode ser entendida tanto como uma força conservadora quanto de inovação na vida social. Ressalta-se que algumas crenças religiosas se tornaram obstáculos à

mudança, “[...] enfatizando sobretudo a necessidade de submissão a rituais e valores tradicionais. No entanto, as convicções religiosas desempenham frequentemente um papel de mobilização no sentido da mudança social” (Giddens, 2005, p. 43).

Outro aspecto dos fatores culturais, a partir de Giddens (2005), são os sistemas de comunicação em que a invenção da escrita se destacou por permitir o armazenamento de registros, alterando a percepção dos indivíduos na correlação entre passado, presente e futuro. Na atualidade, as TIC trouxeram a ampliação dos sistemas de comunicação por meio das interações virtuais ocasionadas, principalmente, pelas redes sociais.

A liderança se refere aos líderes individuais que exercem influência significativa na história mundial. O autor inclui líderes religiosos como Jesus, políticos e militares como Júlio César, cientistas e filósofos como Isaac Newton. Nas palavras de Giddens (2005),

Um líder capaz de prosseguir políticas dinâmicas, de gerar a adesão das massas, e alterar de forma radical modos de pensamento anteriores, pode inverter uma determinada ordem preestabelecida. No entanto, os indivíduos só conseguem alcançar posições de liderança e tornarem-se eficazes se existirem as necessárias condições sociais. Adolf Hitler, por exemplo, conseguiu tomar o poder na Alemanha na década de trinta do século XX em virtude das crises e tensões que na altura assolavam o país. Se não se tivessem verificado essas circunstâncias, provavelmente não teria passado de uma figura obscura de uma facção política minoritária (GIDDENS, 2005, p. 44).

Giddens (2005) aborda outros tipos de influência social como a econômica e a política em que detentores de poder entram em acordos ou desacordos para expansão de seus domínios. A Teoria da Estruturação, proposta por Giddens, apresenta modelos para o comportamento social e as ações reflexivas dos sujeitos em situações específicas de espaço-tempo que são denominadas como estrutura e agência. A agência pode ser definida como as intenções de agir e a capacidade de as pessoas realizarem ações, atuarem de determinadas formas ou se absterem em situações específicas (Valmorbida; Ensslin, 2018). Conforme as autoras, os agentes:

Perdem a característica de agente quando a capacidade de fazer a diferença e de exercer algum tipo de poder é perdida. No exercício do poder, os agentes não agem de forma independente (GIDDENS, 1984; 2009), pois se apoiam nas regras preexistentes e recursos disponíveis (BERENDS et al., 2003; BUSCO, 2009). O agente tem a ação moldada pela

estrutura que, ao mesmo tempo, restringe e habilita sua conduta. Nas atividades cotidianas, o agente também molda a estrutura e a repetição (recursiva), constrói sentidos, influencia decisões, busca por visibilidade e poder (RODRIGUES, 2008), negocia entre as várias regras e recursos (MOREN, 2013) e realiza e/ou evita mudanças no contexto (LAWRENCE et al., 1997). Essas relações constituem os sistemas sociais, propiciando sua estruturação (Valmorbida; Ensslin, 2018, p. 176).

Já a estrutura refere-se às regras e aos recursos a que os agentes recorrem para decidir suas ações. As estruturas são os modelos abstratos que orientam o comportamento humano em ambientes sociais e se constituem pela memória, crenças e conhecimentos. As estruturas sociais são consideradas simultaneamente condicionantes e resultantes da ação dos sujeitos (Valmorbida; Ensslin, 2018). Os elementos trazidos pelo autor como propulsores de mudança na organização global da vida humana, bem como sua ideia sobre agência e estrutura introduzem os debates acerca das categorias de análise do indivíduo como ator social.

Giddens (2005) afirma que os atores sociais das sociedades pós-tradicionais não são uma entidade passiva que se formam exclusivamente por meio de influências internas ou somente por questões externas, mas se constituem por meio deste conjunto. Nesta concepção, “[...] ao forjar suas autoidentidades, independentes de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais” que repercutem de forma global com consequências e implicações no mundo social (Giddens, 2002, p. 9).

Salienta-se que a ideia de Giddens (2002) acerca das autoidentidades atribui reflexividade e autonomia aos indivíduos, partindo-se do pressuposto que eles organizam e interpretam a trajetória de si próprios (trajetória do “eu”). A reflexividade permite análise contínua das práticas sociais, sendo parte da atividade humana que possibilita o monitoramento das ações do próprio ator e de outrem (Carvalho; Nunes, 2021).

A autoria da própria existência subsidia o processo de escolhas cotidianas do ator social. Ao conjunto de escolhas dá-se o nome de “estilo de vida” que pode ser compreendido como um “[...] conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da autoidentidade” – modo próprio das sociedades pós-tradicionais (Giddens, 2002, p. 79).

Assim como o estilo de vida, o planejamento ou “plano de vida” também contribui para dar forma às práticas dos atores, sendo entendido como “[...] um meio de preparar um curso de ações futuras mobilizadas em termos da biografia do eu” (Giddens, 2002, p. 83). Esses planos induzem a estruturação de calendários pessoais em que o tempo pessoal é organizado de forma específica, sendo constantemente alterados conforme as circunstâncias e o temperamento do ator social.

De modo semelhante ao que a teoria da prática de Pierre Bourdieu apresenta, a teoria da estruturação de Anthony Giddens contribui para o entendimento do social a partir das práticas que os atores produzem para a interação em seus contextos cotidianos. Tais práticas “[...] são constantemente monitoradas e recriadas pela reflexividade do sujeito, como forma para atuar dentro da estrutura” (Carvalho; Nunes, 2021, p. 2).

As autoidentidades, o estilo de vida, os planos de vida e as influências externas contribuem para a ascensão de conceitos como emancipação política e política-vida que auxiliam na compreensão da dimensão política na ação dos atores sociais. A emancipação tem sua gênese ligada ao rompimento de imperativos dogmáticos como a tradição e a religião provocado, principalmente, pelo dinamismo das instituições modernas. Anthony Giddens define a política emancipatória como:

uma visão genérica interessada, acima de tudo, em libertar os indivíduos e grupos das limitações que afetam negativamente suas oportunidades de vida. Ela envolve dois elementos principais: o esforço por romper as algemas do passado, permitindo assim uma atitude transformadora em relação ao futuro; e o objetivo de superar a dominação ilegítima de alguns indivíduos e grupos por outros (Giddens, 2002, p. 194).

A ruptura das algemas do passado a que o autor se refere contribui para que os indivíduos tenham maior domínio sobre a “trajetória do eu” no mundo social, amenizando as desigualdades, a exploração e a opressão. A política emancipatória auxilia os indivíduos não-privilegiados a se libertarem de condições socialmente negativas.

Essa emancipação promove valores como: **justiça** que define quais são as situações de exploração e quais demonstrações de autoridade são aceitáveis; **igualdade** que, apesar de representar um valor fundamental, é inversamente reforçada por alguns dos pensamentos radicais, sendo a desigualdade algo desejável aos indivíduos sob a justificativa de que o desequilíbrio material e

econômico são naturais, visto que conduzem à produção eficiente; e **participação**, como opositora à opressão, fazendo com que os indivíduos influenciem em decisões que, sem emancipação, seriam impostas a eles (Giddens, 2002).

A política-vida, no entanto, se difere da política emancipatória, relacionando-se às

[...] questões políticas que fluem a partir dos processos de autorrealização em contextos pós-tradicionais, onde influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde os processos de autorrealização influenciam as estratégias globais (Giddens, 2002, p. 197).

Kestering (2021) afirma que este conceito pode ser entendido como uma forma de subjetivação baseada em um modo de fazer política distinta das formas tradicionais de luta emancipatória. Giddens (2002) apresenta a distinção entre política emancipatória e política-vida em três pontos que foram transcritos para esta pesquisa nos moldes do Quadro 2:

Quadro 2: Distinção entre política emancipatória e política-vida de Anthony Giddens

Política emancipatória	Política-vida
1. Libertação da vida social das amarras da tradição e do costume.	1. Decisões políticas que derivam da liberdade de escolha e de poder gerador (poder como capacidade transformadora).
2. Redução ou eliminação da exploração, desigualdade ou opressão. Interesse na distribuição de poder/recursos.	2. Criação de formas moralmente justificáveis de vida que promovam a autorrealização no contexto da interdependência global.
3. Obedece a imperativos sugeridos pela ética da justiça, da igualdade e da participação.	3. Desenvolve uma ética relativa à pergunta: “como devemos viver?” numa ordem pós-tradicional e contra o pano de fundo das questões existenciais.

Fonte: retirado de Giddens (2002, p. 198).

Enquanto a política emancipatória está ligada às oportunidades da vida, a política-vida é uma escolha dos estilos de vida e se refere à ação política do ator social atrelada ao processo de subjetivação e de construção da autoidentidade que se distingue dos mecanismos tradicionais historicamente atrelados às identidades coletivas como partidos, classes e/ou sindicatos (Giddens, 2002; Kestering, 2020).

Giddens (2002) traz exemplos práticos acerca dos dois conceitos a partir dos movimentos estudantis e do feminismo. Para o autor, ao promover “revoltas do estilo

de vida” utilizando-as como forma de ameaça ao poder do Estado e de superação da opressão, membros dos movimentos estudantis, principalmente os associados ao que o autor denomina como “situacionalismo”, se aproximaram mais da perspectiva da política emancipatória. Já o feminismo, embora também tenha interesses emancipatórios relacionados à diminuição/eliminação das desigualdades e das diversas formas de opressão, se relaciona à adoção e internalização de valores éticos, sociais e políticos que promovem a reflexividade do “eu”, da autoidentidade, interferindo na constituição da sociedade, aproximando-se da concepção de política-vida.

A política-vida surge em um contexto específico das sociedades pós-tradicionais no qual questões sensíveis à sociedade fomentam discussões que interferem diretamente nas escolhas cotidianas dos atores sociais e, ao mesmo tempo, influenciam a coletividade. Uma das problemáticas evidenciadas no século XXI é o equilíbrio nas escolhas individuais em conformidade com objetivos conjuntos com outros atores, reunindo a política emancipatória e a política-vida em uma sociedade cada vez mais excludente e que atende à lógica do mercado (Giddens, 2002), tanto do ponto de vista social quanto informacional.

Entende-se que as propostas de Anthony Giddens contribuem para a percepção dos atores sociais que, distantes da passividade, constituem a sociedade e são constituídos não só por meio das relações com outros atores, com as instituições, as regras, os objetos dispostos no meio social, mas também pela construção contínua de suas autoidentidades através de processos que exigem reflexividade e autonomia.

Na abordagem social da Ciência da Informação, o indivíduo é compreendido como ator social e sujeito informacional que possui papel ativo no que se refere aos processos informacionais. Contudo, diante da desordem informacional em que um alto volume de informações, por vezes distorcidas ou completamente falsas são disseminadas, torna-se “[...] complexo o exercício de uma prática que permita com que o sujeito tenha autonomia para romper os artifícios usados para dominar e oprimir a emancipação social” (Carvalho; Nunes, 2021, p. 359) e para adotar a política-vida. Como forma de resistência às opressões, desigualdades e exclusões, acredita-se que o ator/sujeito informacional deve desenvolver a criticidade quanto aos processos informacionais, desejando-se que adote postura ética que esteja em consonância com o benefício coletivo.

Assim como no movimento feminista (que se aproxima da noção de política-vida), acredita-se que a internalização de princípios éticos e a reflexividade sobre a desinformação podem contribuir para a externalização de práticas sociais e informacionais íntegras que considerem não somente o bem individual, mas coletivo e social. Diante da exposição dos elementos relacionados à Teoria da Prática (Bourdieu) e à Teoria da Estruturação (Giddens), adentra-se às concepções diretamente relacionadas às práticas informacionais na Ciência da Informação, conforme a subseção seguinte.

4.3 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Como forma de ampliar as perspectivas fisicista e cognitivista, o subcampo dos estudos de usuários têm proposto, desde a década de 1990, uma abordagem que contemple a dialogicidade na relação entre sujeito e mundo social, correlacionando-os com o universo informacional. O centro dessa abordagem são as práticas informacionais (Araújo, 2017). Se em estudos anteriores o enfoque era principalmente em pesquisadores e trabalhadores, agora os estudos se voltam para os mais diversos grupos sociais em contextos variados do cotidiano. Savolainen (2010) explicita alguns dos grupos alcançados por meio dos estudos de práticas informacionais. São eles:

[...] jovens adultos urbanos, adolescentes tomando decisões de carreira, idosos, pais com filhos menores de cinco anos, mulheres abusadas ou espancadas, mulheres lutando contra o excesso de peso, pacientes hospitalares, cidadãos cegos e deficientes visuais, pais sem-teto, imigrantes, pessoas interessadas em questões paranormais, aqueles que têm a leitura por prazer como um hobby, cozinheiros amadores, ativistas ambientais [...] (Savolainen, 2010, p. 1780, tradução nossa).

Neste tipo de estudo, o contexto é levado em consideração, referindo-se “[...] a um elemento constitutivo das ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, por elas constituído a partir de uma relação dialógica em que o individual e o social também são considerados como interdependentes” (Rocha; Duarte; Paula, 2017, p. 39). Nesta perspectiva, as análises relacionadas às práticas informacionais se referem aos esforços de

[...] capturar as disposições sociais, coletivas (os significados socialmente partilhados do que é informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação (a aceitação ou não das regras sociais, a

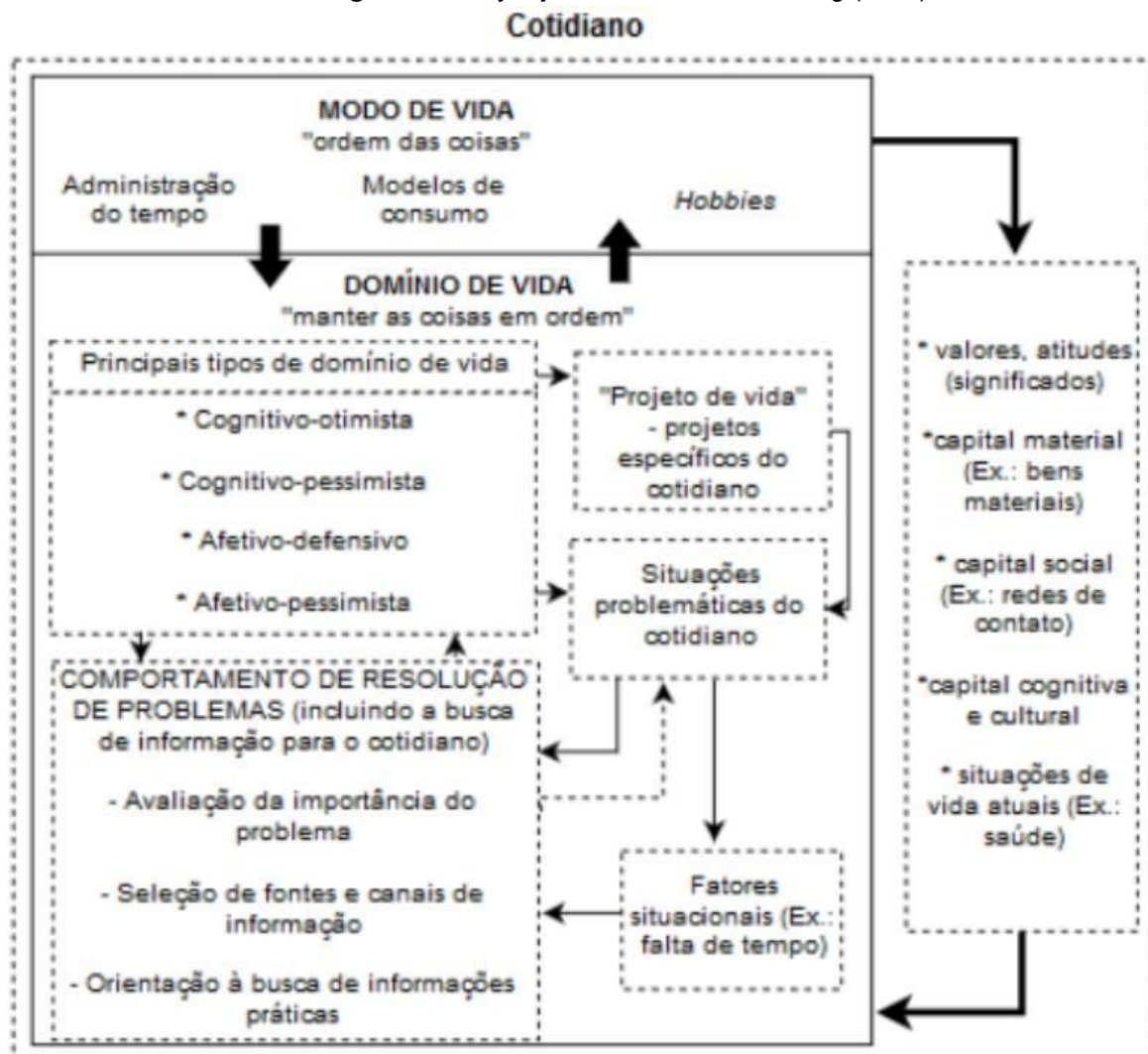
negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa (Araújo, 2017, p. 2021).

Este tipo de estudo não se restringe à compreensão dos usuários em sua individualidade ou nos sistemas de informação, mas engloba perspectivas políticas, discursivas e históricas que influenciam nas necessidades e nas formas com que os atores sociais lidam com a informação, enfatizando os “[...] estímulos cognitivos, a coletividade social, as experiências cotidianas e o contexto histórico-cultural dos sujeitos como parte da construção dos fenômenos informacionais” (Nascimento, 2021, p. 13).

Berti (2018) infere que as práticas informacionais não podem ser interpretadas unicamente pelo viés racional e abstrato de “[...] conformação das necessidades, busca e uso da informação, mas das construções intersubjetivas que embasam as relações informacionais dos sujeitos” (Berti, 2018, p. 34). Conforme a autora, busca-se compreender aspectos da interação e da cultura para que se entendam as ações dos sujeitos tanto no que se refere às suas escolhas informacionais quanto ao valor e significados atribuídos à informação. Para além, estes estudos possibilitam a visualização da “[...] construção discursiva, social, coletiva e contextualizada nos processos de produção, mediação e apropriação de conhecimentos” (Zattar; Marteleto; Varanda, 2016).

Diferentemente da abordagem alternativa, os estudos de práticas informacionais podem não resultar em modelos descritivos ou explicativos, prevalecendo as pesquisas de cunho qualitativo com adoção de categorias de análise (Rocha; Duarte; Paula, 2016). Apesar disso, existem alguns modelos que se distinguem da perspectiva cognitivista também com relação ao conteúdo. Em comparação às duas abordagens, Berti (2018, p. 31) explana que a “[...] crítica aos modelos de comportamento é que eles não respondem a uma dimensão coletiva das significações da informação”, enquanto os modelos de práticas se preocupam com essas e outras questões de caráter social, contextual e cotidiano dos sujeitos informacionais. Destaca-se o modelo precursor proposto por Savolainen (1995) denominado *Everyday Life Information Seeking* (ELIS), explicitado na Figura 1:

Figura 1: Everyday Life Information Seeking (ELIS)



Fonte: Savolainen (1995, p. 268, tradução nossa).

No referido modelo, significativamente inspirado pelas proposições de Pierre Bourdieu, os processos de busca da informação são influenciados pelo contexto social e cotidiano dos sujeitos informacionais. O "modo de vida" (*way of life*) e a "ordem das coisas" (*orders of things*) se referem à organização e à ordenação de preferências das tarefas cotidianas, incluindo os *hobbies*, entre outras atividades (Savolainen, 1995). Neste sentido, observa-se a inserção do conceito de *habitus* de Bourdieu já que ele "[...] orienta as escolhas cotidianas e, portanto, o modo de vida – representado pela ordem das coisas (*orders of things*) [...]" e a administração do tempo, os modelos de consumo e o lazer são agentes operacionalizadores do modo de vida (Rocha; Duarte; Paula, 2016, p. 8).

Para “manter as coisas em ordem” (*keeping things in order*) em conformidade com as preferências do modo de vida, os sujeitos se preparam para resolver problemas cotidianos, assumindo-se o que Savolainen (1995) descreve como “domínios da vida”. São quatro domínios, a saber: cognitivo-otimista em que o sujeito utiliza a informação com dependência à obtenção de resultados positivos para resolução de problemas; o cognitivo-pessimista em que não há expectativa na resolução, mesmo que a busca por informações ocorra de modo sistemático; afetivo-defensivo com expectativa otimista acerca da resolução de problemas e com propensão a evitar riscos relacionados a falhas; e pessimista-afetivo em que o sujeito não acredita em suas capacidades para resolução dos problemas (Savolainen, 1995; Nascimento, 2021). Corroborando com este entendimento, os domínios da vida também podem ser interpretados da seguinte forma:

O domínio da vida **cognitivo-otimista** (*optimistic-cognitive*) é caracterizado por uma forte confiança em resultados positivos para a resolução de problemas. O domínio da vida **cognitivo-pessimista** (*pessimistic-cognitive*) entende que existem problemas que não podem ser resolvidos de maneira otimista ainda que o sujeito busque informações de forma sistemática. O domínio da vida **afetivo-defensivo** (*defensive-affective*) fundamenta-se em visões otimistas sobre resolução de problemas; contudo, os sujeitos tendem a evitar fatores que evidenciam risco de falha. O domínio da vida **afetivo-pessimista** (*pessimistic-affective*) é composto por sujeitos que não confiam em suas habilidades para resolver os problemas cotidianos e evitam esforços para mudar essa situação (ROCHA; DUARTE; PAULA, 2016, p. 8, grifo nosso).

Com relação ao “projeto de vida” (*project of life*), este pode ser correlacionado ao conceito de “planejamento de vida” em Giddens (2003) mencionado na subseção anterior em que os atores sociais constroem e reconstróem o fluxo de ações a serem mobilizadas cotidianamente. Assim como o projeto de vida, as “situações problemáticas do cotidiano” (*problematic situations of everyday life*) participam do direcionamento que os sujeitos dão à busca por informação (Savolainen, 1995).

Tanto o modo de vida quanto o domínio da vida influenciam e são influenciados por elementos como valores, atitudes e situações de vida, bem como por fatores sociais, culturais e individuais. “Esse conjunto de fatores inclui três tipos de capitais, a saber: (1) capital material, representado por bens materiais; (2) capital social, representado por redes de contato e (3) capital cultural, representado por recursos cognitivos adquiridos pela educação e pela experiência de vida” (Rocha; Duarte; Paula, 2016), assim como explicitado por Bourdieu à luz da Teoria Social.

O comportamento de resolução de problemas também é impactado pelo domínio e modo de vida, desdobrando-se em três etapas relacionadas à avaliação da importância do problema, seleção de fontes e canais de informação e orientação à busca de informações práticas (Savolainen, 1995). Com relação à busca de informação para a resolução dos problemas cotidianos, esta compreende fontes formais e informais de informação, “[...] variando conforme o nível de instrução das pessoas, classe social, situação emocional, saúde e forma de interação social” (Braga; Costa; Nunes, 2018, p. 299).

Conforme Rocha, Duarte e Paula (2016), o modelo proposto por Reijo Savolainen contribuiu diretamente para os estudos de práticas informacionais. Entretanto, não se configura efetivamente como um modelo de práticas. Críticas ao modelo ELIS sugerem que a busca por informação não está relacionada unicamente à resolução de problemas ou à tomada de decisão, visto que, nos meandros do cotidiano social, os problemas nem sempre possuem soluções exatas e estáveis (Nascimento, 2021). Contudo, o modelo apresenta diversas contribuições para a consolidação dos estudos de práticas informacionais, dentre eles a “[...] noção de vida cotidiana e a percepção de que fatores sociais, culturais, individuais e temporais influenciam a resolução de problemas pelos sujeitos e a relação deles com a informação” (Rocha; Duarte; Paula, 2016, p. 9).

Compreende-se que seja relevante explicitar as correlações entre as teorias apresentadas nas subseções anteriores e os pressupostos das práticas informacionais em Reijo Savolainen. Buscou-se realizar a inter-relação por meio de algumas categorias (estrutura social, vida e sujeito), conforme demonstrado no Quadro 3:

Quadro 3: Correlação entre as propostas de Bourdieu, Giddens e os estudos de práticas informacionais em Savolainen

Categorias	Elementos da Teoria da Prática	Elementos da Teoria da Estruturação	Correlação com as práticas informacionais
	Pierre Bourdieu	Anthony Giddens	Reijo Savolainen
Estrutura social	Sistema hierarquizado de poder em que predominam as relações baseadas nos capitais econômico, cultural, social e simbólico.	Relação entre agentes reflexivos e regras sociais/recursos (estrutura) em situações específicas de espaço e tempo.	O meio social e as significações socialmente construídas e partilhadas influenciam no modo como as pessoas lidam com a informação. Construcionismo social.
Vida cotidiana	Gostos, maneiras de ser e agir, escolhas cotidianas, entre outros fatores, formam <i>habitus</i> que são princípios geradores de práticas sociais.	Conjunto de escolhas (estilo de vida) e preparação para as ações futuras (planejamento de vida) que contribuem para a construção das autoidentidades que refletem ações em âmbito social.	Questões contextuais, situacionais, adoção de valores, crenças entre outros fatores sociais interferem no comportamento de resolução de problemas e na busca de informação na vida cotidiana.
Indivíduo	Agente que ocupa determinadas posições no campo social.	Agente que constrói sua autoidentidade através da reflexividade e autonomia, bem como por meio de influências sociais externas.	Pessoa inserida em um contexto social que busca, seleciona e avalia fontes de informação para a resolução de situações problemáticas do cotidiano.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em ambas as categorias, observa-se a similaridade entre as ideias dos autores. Savolainen (1995) ressalta a influência de valores, crenças, contexto, cotidiano e significados socialmente partilhados na forma como as pessoas lidam com a informação no cotidiano. Não obstante, Giddens (2003) inclui a reflexividade e a autonomia para a construção das autoidentidades. Já Bourdieu (1996) adota a noção de *habitus* e demonstra as relações entre os capitais social, econômico, cultural e simbólico. A próxima seção apresenta um panorama dos estudos que relacionam as práticas informacionais à desinformação e à política.

4.4 CORRELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Esta subseção buscou apresentar uma revisão de literatura sobre os estudos de práticas informacionais correlacionados à política. Diversos significados foram atribuídos à “política” ao longo do tempo, possibilitando diversas análises e usos deste conceito. Conforme Chauí (2018), por vezes, este termo é utilizado de forma superficial, relacionando-se às atividades específicas realizadas por determinado tipo de sujeito (político) e à forma com que algumas instituições organizam suas práticas (política universitária, política da empresa etc.).

Contudo, a autora apresenta três abordagens mais precisas nas quais a política pode ser compreendida. São elas: 1) ação de governantes, bem como ações da coletividade em apoio ou contrárias à autoridade governamental e/ou à forma do Estado; 2) atividades realizadas por especialistas como gestores públicos ou políticos pertencentes a partidos que disputam o direito de governar; 3) sentido pejorativo em que é vista pela perspectiva da conduta duvidosa, dotada de interesses particulares e frequentemente contrários aos interesses gerais da sociedade (comumente denominada como “politicagem”) (Chauí, 2018). Aranha e Martins (2009, p. 267) afirmam que a política se refere às relações de poder, sendo que o poder é “[...] a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos”.

Algumas organizações têm proposto diretrizes a fim de contribuir para o bem-estar coletivo por meio de premissas que se relacionam às questões políticas. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, estabeleceu a denominada “Agenda 2030” a qual apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se desdobram em diversas metas envolvendo aspectos como a redução das desigualdades, a promoção da saúde, a construção de instituições justas e eficazes, a preservação do meio ambiente, entre outras questões sensíveis à sociedade. Os ODS “[...] são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (Sobre o nosso trabalho..., 2015, sem paginação), abordando alguns dos principais desafios de desenvolvimento enfrentados por indivíduos no Brasil e no mundo.

Entende-se que as questões políticas em ambos os sentidos mencionados estão relacionadas às formas com que os sujeitos lidam com a informação, tanto no contexto da busca, da apropriação e do compartilhamento quanto em relação ao significado e ao valor atribuído à informação pelo indivíduo e/ou a coletividade.

Compreender como as investigações relacionadas às práticas informacionais incluem a dimensão política pode evidenciar lacunas e/ou possibilidades de estudo, fornecendo novas perspectivas para a abordagem social dos estudos de usuários.

A fim de realizar um levantamento bibliográfico sobre estudos que tratam das duas temáticas (práticas informacionais e política), acessaram-se bases de dados nacionais e internacionais de ampla utilização na Ciência da Informação. Buscaram-se os termos “práticas informacionais”, “política”, “*information practices*” e “*policy*”, identificando-se poucos estudos com ambos termos. Os resultados deste levantamento foram submetidos, avaliados, aprovados e apresentados na modalidade de trabalho completo no Enancib 2023, sendo correlacionados aos ODS da Agenda 2030 da ONU⁷. Quanto ao conteúdo dos textos, o Quadro 4 apresenta uma síntese:

Quadro 4: Contexto em que os estudos de práticas informacionais foram aplicados

Categorias	Descrição
Migração	Estudos relacionados às pessoas advindas de países da África e da Ásia que pedem asilo na Europa, bem como funcionários dos governos especializados nos processos relacionados ao asilo. Incluem-se a luta pelos direitos civis dos refugiados, a exclusão e a inclusão informacional, bem como o processo de integração social destes indivíduos.
Saúde	Investigação das práticas informacionais de determinados grupos acerca do modo como lidam com informação sobre alguns tipos de doença, bem como sobre situações específicas do contexto humano como a maternidade e o luto. Inter-relacionam aspectos dos discursos políticos com a saúde.
Cidadania	Relação teórica e prática entre o conceito de práticas informacionais e a cidadania, considerando-se aspectos como a cultura popular, as práticas leitoras e as ações políticas dos sujeitos em diferentes níveis.
Ambientes organizacionais	Investigações sobre profissionais de determinadas áreas que atuam como desenvolvedores de <i>software</i> , integrantes de empresas do setor madeireiro, bibliotecários, entre outros. Levam em consideração as implicações das relações sociais no ambiente de trabalho nas práticas informacionais dos sujeitos.
Gênero	Análise das práticas informacionais de pessoas que passam ou passaram por processos de transição de gênero. Os estudos se relacionam à construção da identidade destes indivíduos, bem como aspectos da sociedade que perpassam por um processo histórico, social e político excludente quanto a esses sujeitos.

⁷ Após a aprovação e apresentação no Enancib, as autoras foram convidadas a ampliar o estudo e publicá-lo em formato de artigo na revista “Conhecimento em Ação”, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Comunidades indígenas e quilombolas	Relação entre determinados povos indígenas, suas identidades culturais e as novas tecnologias por meio dos estudos de práticas informacionais, bem como a análise das práticas de estudantes quilombolas que adentram à universidade. Destacam-se a construção da identidade, o pertencimento e a valorização da cultura dos referidos povos.
Organizações sindicais	Análise das práticas informacionais de membros de sindicatos (professores, técnico-administrativos, entre outros) tanto da base quanto dirigentes e as implicações das ações desses sujeitos no cotidiano de determinadas classes profissionais.
Contexto universitário e de pesquisa	Relação de estudantes de pós-graduação com a produção de conhecimento e comunicação científica por meio do estudo de suas práticas informacionais, bem como de sujeitos que aceitam participar de pesquisas científicas que exigem coleta de biomateriais e dados clínicos.
Desinformação	Investigação sobre práticas informacionais de determinados sujeitos com relação à prevenção da desinformação como problema/fenômeno informacional, político e social.
Contexto governamental	Análise do impacto de estratégias políticas e mudanças na organização pública no que diz respeito à ação e ao poder dos atores sociais.
Meio ambiente e sustentabilidade	Estudo sobre o modo como Organizações Não-Governamentais lidam com a informação sobre o meio ambiente para promover o engajamento dos indivíduos na causa da sustentabilidade.
Terceira idade	Investigação acerca das necessidades informacionais, barreiras tecnológicas e questões socioculturais que permeiam o cotidiano de determinado grupo de idosos.
Comunidade rural e parcialmente industrializada	Estudo sobre duas comunidades distintas na China (uma localizada na zona rural e outra em um ambiente parcialmente industrializado) e o modo como buscam informação para a resolução de problemas da vida cotidiana, considerando-se questões sociais, políticas, econômicas, de gênero, entre outras.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na primeira categoria, referente à **Migração**, tem-se a pesquisa de Le Louvier e Innocenti (2023) que verificou que algumas comunidades de prática oriundas do terceiro setor contribuíram com o processo de acolhimento de refugiados da África e Ásia, auxiliando com relação à organização financeira e social através de conversas, observação e participação em atividades. Já numa abordagem voltada aos agentes que fiscalizam a imigração nos Estados Unidos, a análise do compartilhamento das informações trocadas entre as autoridades contribuiu para a compreensão das ações de controle de imigração civil e a criminalização de imigrantes. Identificou-se a prevalência de perfis étnicos na implantação da fiscalização da imigração no estado

de Washington em que os “latinos” foram os principais alvos de denúncia e/ou notificação entre as autoridades, sendo que alguns deles já possuíam o visto permanente ou a cidadania americana (Tian, *et al.* 2021).

No que tange à segunda categoria, **Saúde**, uma das pesquisas analisou como um grupo de indivíduos utiliza a *Web* para obter informações sobre uma doença crônica no contexto austríaco, identificando a existência de “estilos de pensamento médico” individuais (como “ortodoxo”, “experiential” ou “alternativo”), sendo que os participantes reuniram e integraram as informações de saúde que encontraram de acordo com seus vários interesses (Mager, 2012).

Na terceira categoria, **Cidadania**, os estudos apresentam a relação entre as práticas informacionais e a cidadania, considerando-se aspectos como a cultura e as ações políticas dos sujeitos. Silva (2011), por exemplo, analisou as práticas de integrantes do movimento *Hip Hop*, sendo este um mobilizador de dinâmicas informacionais em favor da construção da cidadania.

A quarta categoria, relacionada aos **Ambientes Organizacionais**, incluiu estudos relacionados aos ambientes de trabalho, às empresas e a determinados setores. Em uma das pesquisas, o autor aprofundou-se nas práticas informacionais de bibliotecários que atuam no setor de referência. O cotidiano desses profissionais, considerando-se o contato com usuários e outros bibliotecários, demonstrou ser uma maneira de se manterem profissionalmente atualizados (Lima, 2018). As ações desenvolvidas no setor dependem do contexto em que as bibliotecas estão inseridas e esse processo se relaciona à realidade interpretada pelos indivíduos que criam sentido e significados distintos para as ações tendo em vista seus contextos e conhecimentos prévios.

Quanto à quinta categoria, relacionada às questões de **Gênero**, uma das pesquisas analisou as práticas informacionais de pessoas transexuais em seus processos de transição de gênero, verificando as barreiras na busca de informação cuja gênese se relaciona às normas e às regras sociais historicamente construídas (Pinto, 2020).

No que se refere à sexta categoria, sobre **Comunidades indígenas e quilombolas**, uma das pesquisas traz uma abordagem voltada às práticas informacionais dos estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Verificou-se que a perda das tradições culturais ocasionadas pelo distanciamento de suas origens influenciam na construção da identidade dos

sujeitos. O âmbito acadêmico pode trazer questões como preconceito, discriminação, adaptação e falta de acolhimento (Costa; Furtado, 2021).

No que tange à sétima categoria, sobre **Organizações sindicais**, identificaram-se estudos que tratam de práticas de membros de sindicatos de instituições de ensino federais. Constatou-se que a informação acessada no âmbito do sindicato assume importante papel social, tornando-se elemento de ação que pode contribuir no processo de conscientização política do associado. Nos três estudos, foi possível verificar a maneira como o sindicato intervém no cotidiano dos trabalhadores, por vezes marcada pela falta de representantes nas unidades de trabalho, tensões internas e externas, pressões e embates políticos que podem influenciar diretamente nas práticas informacionais dos trabalhadores (Viana; Silva, 2020; Viana, 2015; Pinto, 2012).

Na oitava categoria, referente ao **Contexto universitário e de pesquisa**, um dos trabalhos analisou as práticas informacionais de participantes de pesquisas genéticas envolvendo coleta de biomateriais e dados clínicos realizadas no Paquistão e na Dinamarca. Identificaram-se desigualdades no que se refere ao acesso às informações que deveriam ser disponibilizadas sob a responsabilidade dos agentes que promovem os estudos (Sheikh, 2019). O outro trabalho investigou a relação de pesquisadores com a produção do conhecimento por meio das práticas informacionais em que se constatou que as atividades e as ações cotidianas dos pesquisadores perpassam por percepções afetivas, sociais e políticas ao produzirem conhecimento. Estes fatores refletem na busca, no uso e no compartilhamento de informação e delineiam o processo de pesquisa por meio dos recursos de informação, da seleção de autores na literatura, do tipo de publicação e idioma, entre outros elementos (Silva, 2020).

Na nona categoria, que trata da **Desinformação**, tem-se uma investigação no âmbito de uma rede de bibliotecas comunitárias a fim de compreender as práticas informacionais de mediadores de leitura direcionadas ao combate à desinformação. Utilizando-se da categoria “empoderamento”, a autora entende a desinformação como um fenômeno político nocivo às comunidades que pode ser discutido por meio de rodas de conversa, aulas públicas, debates, formações, treinamentos, mediações de leitura, saraus, tendas literárias e compartilhamento de informações fidedignas (Cabral, 2022).

Com relação à décima categoria sobre **Contexto governamental**, as investigações analisam as práticas informacionais de indivíduos que ocupam determinadas posições políticas, verificando que a informação é usada como estratégia de controle de indivíduos, instituições e processos, além de influenciar comportamentos, propagar ideias e imagens que se fixam no imaginário dos sujeitos governamentais e não governamentais (Henninger, 2016; Silva, 2016).

Na décima primeira categoria sobre **Meio ambiente e sustentabilidade**, tem-se uma pesquisa sobre as práticas informacionais da ONG Greenpeace por meio das informações veiculadas em seu *site*. Identificou-se que as estratégias de comunicação e as formas de mediação da informação sobre meio ambiente auxiliam nas ações da ONG e no seu ativismo político, possibilitando a mobilização nas redes sociais voltadas às questões ecológicas (Morigi; Monteiro-Krebs, 2012).

Na décima segunda categoria, relacionada à **Terceira idade**, tem-se um único trabalho que analisou as práticas informacionais de idosos, demonstrando que os sujeitos reconhecem suas necessidades informacionais, porém, alguns têm dificuldade no acesso e uso das fontes e canais de informação e recursos tecnológicos. Ainda, alguns demonstraram não ter consciência dos seus direitos e de ações direcionadas a eles (Pires, 2015).

No que tange à décima terceira categoria, sobre **Comunidade rural e parcialmente industrializada**, existe um estudo em que os autores analisaram as práticas informacionais com enfoque na busca de informação na vida cotidiana de cidadãos de uma pequena comunidade rural chinesa, comparando-as com as práticas de funcionários de uma fábrica de medicamentos de um centro parcialmente urbanizado na China. Identificaram que questões socioeconômicas, de gênero e de faixa etária influenciam na busca de informação entre cidadãos urbanos e rurais. Verificaram a existência de: *single-stranded individual* que são indivíduos que utilizam, majoritariamente, fontes de informação locais; e de *multi-stranded individual* que, em contraste, tem fontes geograficamente mais amplas, canais mais diversos e uma variedade maior de relações sociais de alcance amplo, tanto em ambiente físico quanto virtual (Yan; Schroeder, 2021).

Observou-se que as categorias analisadas a partir dos trabalhos sobre práticas informacionais têm correlação direta com questões políticas, sendo que algumas delas (duas, especificamente) possuem relação direta com a desinformação. Para além do conteúdo levantado a partir do acesso às bases de

dados, acredita-se que seja relevante explicitar as perspectivas de Marques, Medeiros e Alves (2020) enunciadas no texto “Práticas de desinformação e o cenário controverso da pós-verdade” que faz parte de um *e-book* denominado “Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa”. Os autores ensinam que a utilização da linguagem e do contexto sociocultural para a manipulação e dominação contribui estrategicamente para a consolidação do que denominam como “práticas informacionais de desinformação”, como no caso das *fake news*. Conforme os autores:

As práticas informacionais de desinformação evidenciam significados socialmente partilhados do que é informação em um determinado contexto sociocultural. Porém, neste caso, o campo social e as estruturas que compõem o *habitus* dos sujeitos são influenciados por uma relação de dominação, manipulação de massas, ascensão da ignorância em detrimento da razão e da verdade metodologicamente comprovada (Marques; Medeiros; Alves, 2020, p. 204).

Neste sentido, nem toda prática informacional é emancipatória, sendo passível de gerar desinformação ao passo que a ação de informar pode estar ligada ao ato de desinformar quando as narrativas são carregadas de violência, discursos e/ou ações antidemocráticas e manipulação (Marques; Medeiros; Alves, 2020). É neste sentido que a presente pesquisa compactua com a ideia de emancipação política e política-vida de Giddens (2003), visto que são formas transgressoras à dominação e opressão causadas pela ignorância (não no sentido pejorativo) ou por várias outras motivações, podendo contribuir para a conscientização dos atores sociais.

Para tanto, acredita-se que os sujeitos informacionais devem desenvolver a competência em informação a fim de que consigam romper a camada da superficialidade ao buscarem, produzirem, se apropriarem e compartilharem informações fidedignas, refletindo criticamente acerca dos conteúdos disponíveis, sobretudo na ambiência virtual, contribuindo para a promoção do bem-estar na sociedade. A presença de valores como a ética em relação ao universo informacional e a integração de um estilo de vida não só avesso, mas denunciativo às informações falsas, por exemplo, são aqui entendidas como um dos caminhos possíveis para a adoção da política-vida como forma de subverter a lógica da desinformação e de seus agentes propagadores.

5 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Esta seção apresenta um panorama dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação ofertados por instituições de ensino do Brasil, evidenciando algumas características pregressas e atuais. Ressalta-se que a emergência dos estudos em Ciência da Informação relaciona-se à complexidade informacional e social a partir do desenvolvimento tecnológico acelerado no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, demandando profissionais capacitados para lidar com esse cenário (Saracevic, 1996).

No contexto brasileiro, na perspectiva de Miranda e Barreto (2000, p. 279), o advento da pós-graduação em CI e a implantação de sistemas de informação, desde a década de 1950, foram fatores igualmente decisivos para o desenvolvimento de estudos na área “[...] na medida em que criaram um ambiente adequado para a problematização das questões que motivaram as pesquisas e criaram a demanda para a formação de uma massa crítica”.

No Brasil, o primeiro PPGCI teve início na década de 1970 quando foi criado o primeiro curso de mestrado na área, ofertado pelo Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD) que mais tarde receberia o nome de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O referido curso também foi o primeiro a ser implantado em toda a América Latina (Santiago, 1997).

Conforme Marteleto (2009, p. 25), a década de 1970 foi marcada pela expansão do sistema nacional de pós-graduação a partir de fatores como:

[...] a reforma do ensino superior, a qualificação dos quadros docentes e o desenvolvimento mais sustentado das atividades de pesquisa, no contexto de políticas educacionais e de ciência e tecnologia organizadas pelo Estado militar-autoritário brasileiro, no quadro dos planos e metas para o desenvolvimento econômico e a construção da soberania nacional.

Contudo, a autora destaca que “[...] apesar da expansão acelerada do sistema de pós-graduação no Brasil, a pós-graduação em ciência da informação teve um desenvolvimento pouco expressivo, se comparada com outras áreas correlatas e afins, como a comunicação, por exemplo” (Marteleto, 2009, p. 25).

Smit (1999) explica que, no início de 1998, existiam cinco PPGCIs reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES) oferecidos pelas seguintes instituições de ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro conveniada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (CNPq-IBICT/UFRJ); Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/CAMP); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Destaca-se que, no referido ano, novos programas foram implementados, mas ainda não haviam sido recomendados pela CAPES (Smit, 1999).

Conforme Smit (1999), naquela época, já era possível visualizar a tendência de organização de programas que combinavam de diferentes formas os campos da Ciência da Informação e da Comunicação. A autora relembra que, já naquele tempo, a CI estava presente “[...] em vários programas da área da Comunicação, sob forma de área de concentração, linha de pesquisa ou até, ainda que de forma embrionária, sob forma de projetos de pesquisa abrigados em uma linha de pesquisa mais ampla” (Smit, 1999, p. 5). Salienta-se que, atualmente, a Ciência da Informação está contida na área “Comunicação e informação”, conforme a estruturação da CAPES.

Ressalta-se que, no início da constituição dos PPGCIs, havia escassez de docentes formados em CI e o corpo docente dos primeiros programas era composto por professores convidados e especialistas de outras áreas, sem obrigatoriedade de serem doutores. No contexto dos primeiros anos do primeiro mestrado em CI, por exemplo:

[...] participaram de seu corpo docente professores estrangeiros da mais alta expressão internacional, entre os quais Tefko Saracevic, Wilfrid Lancaster, LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce, Jack Mills, Derek Langridge, John Joseph Eyre, Engetraut Dahlberg, Suman Datta, além de Derek de Solla Price. Muitos desses professores foram também orientadores das primeiras dissertações do mestrado (IBICT, 2024, sem paginação).

Posteriormente, a partir de 1999, todo o corpo docente dos PPGCIs passou a ser composto por doutores e mais da metade deles realizaram o doutorado na área de Ciência da Informação (Noronha *et al.*, 2009). Observa-se que a trajetória de criação dos PPGCIs revela um percurso de crescimento e amadurecimento, ainda que inicialmente desacelerado, mas que reflete a importância crescente da área no contexto nacional e internacional.

Atualmente, existem 24 instituições de ensino superior (IES) no Brasil que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* relacionados à área de Ciência da Informação, segundo os dados disponibilizados pela Plataforma Sucupira (2023). A Figura 2 apresenta a distribuição geográfica das instituições conforme as respectivas regiões brasileiras.

Figura 2: Instituições de ensino brasileiras que oferecem cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Ciência da Informação



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Sucupira (2023).

Essas instituições oferecem 19 cursos de mestrado acadêmico, 13 doutorados acadêmicos e oito mestrados profissionais, distribuídos em 27 programas de pós-graduação. Salienta-se que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), ambas situadas na região sudeste do Brasil, possuem dois programas cada. Os dados referentes ao quantitativo de programas e cursos (mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado acadêmico) estão contidos no Apêndice A.

De forma geral, os Programas de Pós-Graduação no campo da Ciência da Informação apresentam áreas de concentração voltadas a aspectos como processos informacionais (organização, representação, acesso, uso da informação etc.), incluindo elementos como a tecnologia e a inovação, entre outros. A Figura 3 apresenta uma nuvem de palavras relacionada às áreas de concentração dos PPGCIs.

Figura 3: Termos recorrentes relacionados às áreas de concentração dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Plataforma Sucupira (2023).

Ressalta-se que o termo “informação”, o mais utilizado nas áreas de concentração, é compreendido como “[...] um conceito-chave em sociologia, ciência política e na economia da assim chamada sociedade da informação” (Capurro, 2007, p. 173). Outros termos que remetem às questões sociais também têm sido apropriados pelos programas como “memória” e “mediação”. Com relação a este último, memória, Silva, Nunes e Cavalcanti (2018, p. 34) afirmam que os estudos voltados a este tópico têm “[...] contribuído para diálogos interdisciplinares, em especial, no contexto dos serviços de referência realizados pelas bibliotecas, em que ocorre a mediação informacional, ou nos museus, com a mediação cultural, na qual o público é levado a conhecer as obras a partir da construção de sentidos”.

Além destes termos, observam-se terminologias referentes aos processos informacionais como “circulação”, “apropriação” e “acesso”. Ainda, visualizam-se termos relativos aos aspectos técnicos dos fazeres relacionados à Ciência da Informação como “gestão”, “organização”, “preservação”, “gerenciamento”,

circunscritos em áreas como “Arquivologia” e “Biblioteconomia”, também mencionadas nas áreas de concentração dos programas.

Com relação aos desafios que vêm se estabelecendo na esfera social, política, cultural e, sobretudo, informacional, ressalta-se não somente a responsabilidade socioeducacional dos docentes que constituem os PPGCIs, mas também a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas subsidiadas por diferentes métodos e que podem se relacionar a diversas problemáticas. A proliferação de informações falsas, a compreensão crítica de conteúdos em diferentes meios e suportes, a informação como instrumento de influência política e ideológica, entre outros fenômenos/processos, são alguns dos exemplos de possíveis eixos de estudo que devem e já estão sendo explorados pela área.

Corroborando com essa ideia, Araújo (2021, p. 27) afirma que:

Durante décadas, o desafio central da ciência da informação era incentivar e promover o uso da informação, centrada na recuperação e no acesso, dentro da lógica da “sociedade da informação”. Agora, na lógica das sociedades do retrocesso, do desconhecimento, dos regimes de pós-verdade, o grande desafio é como promover uma cultura da busca da verdade.

O autor complementa afirmando que, ao longo do tempo, vários atributos da informação foram estudados como: relevância, qualidade, exatidão e acessibilidade. Contudo, a veracidade era um aspecto minimamente inserido nas pesquisas da Ciência da Informação. Acredita-se que “[...] é preciso inserir a veracidade da informação como categoria central e, a partir dela, reformular categorias de análise da ciência da informação para o estudo da realidade contemporânea” (Araújo, 2021a, p. 26).

Diante do exposto, nota-se a necessidade crescente da inserção de conteúdos voltados à desinformação e à competência em informação no currículo dos PPGCIs em nível de mestrado e doutorado, bem como o desenvolvimento de pesquisas que tratem de ambas as temáticas, favorecendo a formação da massa crítica a qual Miranda e Barreto (2000) se referem. Para que essa inserção ocorra de forma efetiva, compreende-se que alguns fatores são fundamentais, quais sejam:

- a) formação contínua dos professores inseridos nos Programas de Pós-graduação da área de Ciência da Informação para que desenvolvam sua

competência em informação, considerando-se o contexto da rápida evolução tecnológica. Este fator também propicia que os docentes contribuam para a formação dos discentes dos Programas de Pós-Graduação.

- b) inserção de disciplinas sobre competência em informação e desinformação nos cursos de graduação e pós-graduação na área de Ciência da Informação, explorando-se aspectos que estejam em conformidade com as áreas de concentração e os temas de pesquisa dos docentes.
- c) promoção de pesquisas científicas que contemplem as duas temáticas, favorecendo a ampliação de ideias sobre como evitar que os sujeitos prejudiquem a si mesmos e a comunidade em que estão inseridos por meio da informação falsa.

Corroborando com o primeiro fator, sobre a formação contínua dos docentes, Uribe-Tirado (2014) reforça a importância do desenvolvimento da competência em informação para diretores, professores, pesquisadores e estudantes. Além disso, o segundo fator, sobre a inserção de disciplinas de competência em informação, é “[...] parte fundamental do currículo universitário representada em diferentes modalidades e mediações do ensino-aprendizagem” (Uribe-Tirado, 2014, p. 6). Com relação às disciplinas de desinformação, é fundamental que os Programas de Pós-Graduação na área de Ciência da Informação ofereçam este tipo de conteúdo, visto que este fenômeno, a desinformação, é prejudicial aos sujeitos do ponto de vista político, social, ideológico etc. (Silva, Santos e Mata, 2023). Já a produção de pesquisas científicas que trabalhem as duas temáticas (desinformação e competência em informação), mencionada como último fator, tem impacto direto no direcionamento das concepções conceituais e das atividades práticas relacionadas ao desenvolvimento da criticidade e reflexividade dos sujeitos.

Os fatores supramencionados são algumas das possibilidades levantadas pela autora desta pesquisa, compreendendo-se que estes aspectos podem contribuir para a prevenção da desinformação e a formação de sujeitos críticos com relação aos processos informacionais. A próxima seção apresenta o percurso metodológico adotado para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, buscou-se discorrer, detalhadamente, sobre os procedimentos metodológicos adotados, bem como as formas de coleta e análise de dados utilizadas para a realização da pesquisa. Esta investigação possui caráter exploratório que se refere ao registro e análise dos fenômenos estudados, buscando identificar suas causas por meio de determinados métodos (Severino, 2016). Pretende aproximar-se do tema, conforme demanda a pesquisa exploratória, visando trazer subsídios teórico-metodológicos que ampliem as correlações entre as práticas informacionais e a desinformação a partir da perspectiva e das vivências de docentes de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil que ministram disciplinas relativas à desinformação e/ou à competência em informação.

No que se refere à abordagem, o estudo é caracterizado como qualitativo já que busca aprofundar-se nos significados, nas ações e relações humanas alocadas em um espaço não captável por meio de dados estatísticos (Minayo, 2002). Conforme Flick (2009, p. 20), a pesquisa qualitativa possui relevância quanto ao “[...] estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”, viabilizando a visualização de aspectos subjetivos.

Para a seleção dos textos utilizados no referencial teórico desta investigação, realizou-se um levantamento bibliográfico em bases de dados voltadas à Ciência da Informação, bem como às Ciências Sociais e Humanas, com destaque para o Portal de Periódicos da CAPES, Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Web of Science*, *Scopus* e Google Acadêmico. No que concerne especificamente à revisão de literatura apresentada, na subseção “4.4 Correlações entre política e práticas informacionais”, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Este tipo de pesquisa está relacionado à análise de registros disponíveis a respeito de determinado tema como livros, artigos, teses etc. (Severino, 2016).

A próxima subseção apresenta os procedimentos de coleta dos dados institucionais que possibilitaram identificar os docentes responsáveis pelas disciplinas de competência em informação e/ou desinformação ofertadas pelos PPGCIs.

6.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS INSTITUCIONAIS

No que tange à coleta dos dados, esta etapa diz respeito à "[...] fase da pesquisa que se ocupa de reunir as informações necessárias aos objetivos da investigação e aos problemas que o pesquisador objetiva resolver [...]" (Marconi; Lakatos, 2019, p. 334). Esta pesquisa possui diversas etapas em que foram realizados procedimentos específicos para coletar dados acerca das instituições de ensino, dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, das disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação e dos docentes responsáveis por elas. Para melhor compreensão das fases de coleta, optou-se pela apresentação das subseções seguintes.

6.1.1 Identificação das instituições e dos PPGCIs

Inicialmente, a fim de identificar as instituições de ensino que dispõem de Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na área de Ciência da Informação, acessou-se a Plataforma Sucupira que visa à disponibilização de dados acerca dos cursos e programas de pós-graduação do Brasil⁸. A plataforma apresenta a quantidade de cursos de mestrado e doutorado por área de conhecimento, a nota de avaliação dos programas, o ano de início e as respectivas renovações de reconhecimento dos cursos promovidas pelo Ministério da Educação.

Por meio da seção “Cursos avaliados e reconhecidos”, buscou-se por “área de avaliação”, selecionando a opção “Comunicação e Informação”, visto que a Ciência da Informação está incluída neste campo de conhecimento, conforme estruturação da CAPES. Acessou-se a seção relativa à Ciência da Informação, identificando-se um total de 24 instituições que disponibilizam 27 Programas de pós-graduação *stricto sensu* na referida área, sendo compostos por 19 mestrados acadêmicos, oito mestrados profissionais e 13 doutorados acadêmicos. Não foram identificados doutorados profissionais a partir do levantamento na Plataforma Sucupira. Ao acessar a parte relativa a cada Programa, foi possível verificar elementos como o nome dos cursos, as áreas de concentração, entre outros aspectos que foram apresentados no Apêndice B.

Em síntese, o acesso à Plataforma Sucupira permitiu identificar os dados gerais dos Programas de Pós-Graduação. Ressalta-se que a ausência de

⁸ A busca na Plataforma Sucupira ocorreu em junho de 2023.

doutorados profissionais e a escassez de mestrados desta categoria, conforme o levantamento inicial, sugerem um enfoque maior na oferta de formação acadêmica e científica aos discentes. A próxima subseção apresenta os procedimentos para identificação das disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação, bem como os docentes responsáveis por elas.

6.1.2 Identificação das disciplinas e dos docentes

Após a identificação dos cursos de mestrado e doutorado oferecidos pelos Programas, acessou-se o *site* oficial de cada instituição a fim de se buscar pela seção relativa às disciplinas ofertadas, estrutura curricular, matriz curricular, planos de ensino e denominações afins. A finalidade era verificar quais componentes curriculares ofertados estão relacionados à desinformação e/ou à competência em informação.

Recuperou-se o ementário das disciplinas de 26 PPGCIs. Em uma das instituições não foi possível recuperar quaisquer documentos institucionais que fizessem menção ao conteúdo das disciplinas, por este motivo não foi considerada nesta pesquisa para fins de coleta de dados.

Após a leitura dos ementários, selecionaram-se as disciplinas denominadas especificamente pelas nomenclaturas “desinformação” e/ou “competência em informação” ou aquelas que faziam referência explícita a alguma destas temáticas e suas abordagens correlatas (competência informacional, letramento informacional, alfabetização informacional, competência digital e outras).

Após a verificação de tais documentos institucionais, identificou-se a existência de 21 disciplinas que abordam as temáticas, conforme os dados do Quadro 5.

Quadro 5: Disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação ofertadas pelos PPGCIs

Nome da disciplina	Ementa disponível no site institucional
Políticas públicas e competência informacional	Análise das políticas públicas de informação no Brasil. Competência informacional: conceitos, métodos e perspectivas no contexto brasileiro.
Letramento informacional na educação básica	O conceito de letramento informacional. A importância do letramento no processo de ensino-aprendizagem. O papel do bibliotecário e da biblioteca. Programas de letramento informacional na escola.

Contexto Informacional Contemporâneo	Sociedade em rede: configurações socioculturais, tecnológicas, econômicas e político-institucionais da informação e do conhecimento global e local. Informação e desinformação. Cidadania e democracia: aspectos sociais, políticos e econômicos da democratização da informação.
Educação, Informação e Inclusão	Princípios teóricos e curriculares da Educação no Brasil. Cidadania, legislação educacional, Inclusão e exclusão. Informação e desinformação. Processos educativos e experiências de inclusão na escola e em Unidades de informação.
Competência em Informação na Gestão de Unidades de Informação	Aspectos históricos e conceituais da competência em informação. Padrões e dimensões da competência em informação. Programas e projetos de Coinfo. A competência em Informação na gestão de unidades de informação.
Formação de habilidades para a competência em informação	O processo de formação e desenvolvimento de habilidades informacionais para a competência em informação em diferentes contextos
Competência digital e a Agenda 2030	Discute as diferentes escolas sobre competências e literacias do usuário como objeto de estudo da Ciência da Informação. Aborda a competência digital no contexto da Agenda 2030, sob uma perspectiva educativa, em seus aspectos teóricos, metodológicos e práticos. Discute os principais referenciais da competência digital e as tendências de pesquisas sobre o tema.
Competências em informação na sociedade em rede	Histórico e abordagens sobre competências em informação. Panorama internacional e nacional. A sociedade em rede e as tecnologias digitais de informação e comunicação da informação. Competências em informação no processo de busca, organização, gestão e uso de informação. Sistemas de aprendizagem para competências em informação.
Competência em Informação e Inovação	Cultura da aprendizagem organizacional. Competência em informação. Formação e desenvolvimento de competências em informação e inovação. Criação e inovação com base em competências em informação.
Leitura e competência informacional	Análise das tendências recentes de estudos e pesquisas sobre leitura e competência informacional , à luz da área de ciência da informação. Tecnologia e ética, educação escolar, educação superior e ambiente de trabalho. O movimento da competência informacional : conceitos, origem, evolução, influências. Competência informacional: leitura e letramento. Aprendizagem por meio da informação. Habilidades informacionais. Desenvolvimento de habilidades em diferentes contextos e suportes.
Biblioteca escolar e aprendizagem	A biblioteca escolar como espaço de aprendizagem pela pesquisa e de ensino de habilidades informacionais. Teorias que embasam os programas de leitura e de competência informacional. Fatores que afetam a ação da biblioteca como espaço de aprendizagem: colaboração professor/bibliotecário, influência do diretor no trabalho da biblioteca, o impacto da tecnologia na aprendizagem e no uso da informação.
Competência em informação	Informação e competência em informação (information literacy) na sociedade da informação. Bases históricas, teóricas, conceituais, metodológicas e aplicações da competência em informação. Dimensões da competência em informação. Tendências e pesquisas atuais sobre competência em informação.

Acesso, uso e usuários da informação	Teorias, termos e conceitos do campo de estudo de sistemas sociotécnicos. Sistemas digitais de informação, os grupos de atores (stakeholders) envolvidos no seu desenvolvimento, gestão e uso como objeto de pesquisa nesse quadro teórico. Comportamento informacional e esquemas de competências informacionais. Comunidades de prática do acesso e uso da informação digital. Marcos regulatórios e legalistas em relação ao acesso e uso da informação digital de diferentes tipos.
Informação e saúde	Ecossistema da informação em Saúde; Necessidades informacionais em saúde; Usuários de informação em saúde; Ambientes informacionais em saúde; Recursos informacionais em saúde, Produtos informacionais em saúde; Serviços informacionais em saúde; Tecnologias da informação em saúde; Pacientes; População leiga; Profissionais da saúde; Gestores da saúde; Pesquisadores da saúde; Estudantes da saúde; Competências informacionais em saúde; Linguagem simples em saúde; Terminologias em saúde.
Competência em informação , criatividade e ensino superior	O desenvolvimento da competência em informação e sua inter-relação com a criatividade na construção do conhecimento como diferencial para atuação no mercado de trabalho. Preocupa-se com os processos de aprendizagem no ensino superior como um aspecto fundamental tanto para um melhor rendimento acadêmico, científico e profissional, quanto para aprendizagem permanente, colaborativa e sua aplicabilidade à realidade social.
Informação social e cultura informacional	A informação social e a construção de competências em informação como fatores determinantes para o desenvolvimento cultural local e regional. A importância da mediação da informação e da cultura informacional para a reconfiguração do pensamento social na perspectiva da condição humana, da sociologia do conhecimento e da educação para a sustentabilidade e para a cidadania.
Mediação e competência em informação nos ambientes de informação	Abordagens teórico-conceituais em torno da mediação da informação. Relações entre mediação para o desenvolvimento de competência em informação em ambientes de informação. Competências e habilidades informacionais subjacentes ao processo de apreensão e apropriação da informação e do conhecimento. Constituição de práticas interacionistas, dialógicas, educativas, e culturais em ambientes de informação sob novas bases conceituais e metodológicas. Protagonismo social, mediação dialógica, apropriação e empoderamento.
Competência em Informação	Aborda os aspectos históricos, conceituais, teóricos, metodológicos e práticos da competência em informação. Discorre sobre os modelos e padrões de competência em informação nas instituições de ensino visando o desenvolvimento de habilidades informacionais
A Competência em Informação no contexto da desinformação	A desinformação e seus elementos constituintes: pós-verdade, Fake News, infodemia, sobrecarga de informação, negacionismo científico, teorias conspiratórias. Implicações da desinformação na estrutura da sociedade conforme as abordagens críticas: regimes de informação e seus impactos sociais e econômicos: vigilância digital, privacidade e distopia, filtragem algorítmica. Competência em Informação: aspectos históricos, conceituais, epistemológicos e metodológicos. Exploração da competência em informação em diferentes grupos de pessoas. Competência em informação e desenvolvimento humano.
Competência	Competência em Informação: Gênese e evolução. Abordagens teórico-conceituais. Competência crítica em informação. Reflexões acerca

em Informação: teorias e reflexões	da Competência em Informação na aprendizagem, no fazer profissional e no exercício da cidadania. Tendências e pesquisas atuais sobre Competência em Informação .
Comportamento e competência em informação	Comportamento informacional, dispositivos e práticas sociais de apropriação da informação a partir de aspectos éticos, culturais e sociais do fluxo informacional em ambientes, contextos sociais e institucionais diversos. Competência em informação como objeto de investigação, desde sua evolução conceitual e normativa até projetos concretos de aplicação e avaliação de programas e tendências. Tendências de pesquisa, como competência em comunicação, <i>new media literacy</i> , <i>metaliteracy</i> .

Fonte: Elaborado pela autora com base nas ementas disponíveis nos *sites* dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil (2024).

De acordo com o conteúdo dos ementários das disciplinas, 18 disciplinas tratam especificamente da competência em informação, duas abordam a desinformação e uma apresenta os dois conteúdos de forma explícita. A maioria dos *sites* institucionais apresentavam informações completas (nome da disciplina, professor responsável e *e-mail* para contato). Contudo, foi necessário entrar em contato via *e-mail* com dois Programas solicitando informações adicionais acerca de quatro disciplinas para que fosse possível identificar o nome e o *e-mail* do docente responsável.

Os dois PPGCIs informaram que as quatro disciplinas estão inativas. Além disso, outra disciplina identificada é ministrada pela orientadora deste trabalho e foi excluída da pesquisa por motivos éticos. A partir da coleta de dados nos *sites* e das respostas dos programas, foram identificados 16 docentes responsáveis por 16 disciplinas que estão inseridas em universidades de âmbito federal e estadual do Brasil.

Cabe destacar que a seleção das disciplinas teve como base os dados recuperados por meio das informações contidas nos ementários disponibilizados nos *sites* dos Programas no mês de junho de 2023. Portanto, a identificação limitou-se às informações publicadas pelos *sites* dos PPGCIs. Além disso, outras disciplinas podem ter sido ministradas em caráter excepcional a partir de convites a pesquisadores da área de competência em informação e/ou desinformação ou podem existir outros componentes curriculares cujo conteúdo programático não estava disponível para visualização nos *sites* institucionais.

Os convites para a participação dos docentes foram enviados por *e-mail* no mês de abril de 2024 e sete docentes aceitaram participar desta pesquisa. Acredita-se que alguns fatores trouxeram dificuldades de adesão à sua participação

como, por exemplo, a greve que se instalou nas instituições federais de ensino no início do ano de 2024 cuja reivindicação está ligada à: reestruturação das carreiras dos servidores técnico-administrativos e docentes; recomposição salarial; restauração do orçamento das IES; ampliação dos programas de assistência estudantil; melhoria nas condições de trabalho; criação de condições para a unificação entre ensino, pesquisa e extensão; autonomia universitária, entre outros (Nota das diretorias..., 2024).

Ademais, alguns professores relataram que não conseguiriam participar devido à sobrecarga de compromissos acadêmicos e profissionais, além de problemas de saúde. A próxima subseção apresenta a caracterização dos docentes que aceitaram participar desta pesquisa.

6.2 UNIVERSO DA PESQUISA

Por meio do acesso aos *sítes* e aos ementários das disciplinas, identificou-se um total de 16 docentes que estariam aptos a participar da pesquisa. Entre eles, sete aceitaram o convite. Desta forma, o universo da pesquisa é composto por sete docentes inseridos nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na área de Ciência da Informação do Brasil que ministram disciplinas relacionadas à competência em informação e/ou desinformação.

Com relação à caracterização dos participantes da pesquisa, optou-se pela criação de nomes fictícios devido à “[...] potencialidade de produzir, no imaginário da/o leitora/r, uma personificação das identidades, o que seria menos proveitoso com técnicas de supressão (ex. P1, P2, P3)” (Nascimento, 2021, p. 70). O Quadro 6 apresenta as informações iniciais dos docentes.

Quadro 6: Caracterização dos docentes inseridos nos PPGCIs que ministram disciplinas relacionadas à competência em informação e/ou desinformação

Localização geográfica de atuação	Participante	Perfil
Norte	Renato	60 anos, considera-se pardo e do gênero masculino. Realizou graduação em Biblioteconomia e História. Coursou mestrado e doutorado em Ciência da Informação. Atua como professor do PPGCI há oito anos.
	Jordana	46 anos, considera-se negra e do gênero feminino. Realizou mestrado e doutorado em Ciência da Informação. Atua como professora do PPGCI há cinco anos.

Sul	Maicon	34 anos, considera-se branco e do gênero masculino. Realizou graduação em Biblioteconomia, além de mestrado em Gestão da Informação e doutorado em Ciência da Informação. Atua como professor do PPGCI há seis anos.
	Maria Júlia	49 anos, considera-se branca e do gênero feminino. Realizou mestrado em Ciência da Informação e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Atua como professora da pós-graduação há 12 anos.
Sudeste	Karina	41 anos, considera-se preta e do gênero feminino. Realizou mestrado multidisciplinar em Ciência, Tecnologia e Sociedade e doutorado em Ciência da Informação (cotutela em Ciências Sociais). Atua como professora do PPGCI há cerca de quatro anos.
	Carmen	53 anos, considera-se branca e do gênero feminino. Realizou mestrado em Educação e doutorado em Letras. Atua como professora da pós-graduação há cerca de 18 anos.
	Bruna	61 anos, considera-se branca e “mulher cisgênero” e nasceu em país europeu. Realizou dois mestrados em Literatura Comparativa e Computação e doutorado em Políticas Científicas Tecnológicas. Atua como professora de pós-graduação há 17 anos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Destaca-se que apenas três participantes realizaram tanto o mestrado quanto o doutorado em Ciência da Informação. Os outros quatro participantes concluíram pelo menos um dos cursos em outras áreas do conhecimento. Além disso, a faixa etária dos docentes varia entre 34 e 61 anos. Observa-se que a maioria dos participantes possui vasta experiência acadêmica e científica, passaram por extensa formação acadêmica e atuam há vários anos como docentes de pós-graduação *stricto sensu*.

Cabe ressaltar que a escolha deste grupo está atrelada a três fatores principais: a) vivenciaram o contexto sociopolítico brasileiro que compreende desde a ascensão petista, perpassando pelas crises que afetaram os governos Lula e Dilma (que foi destituída do cargo, sendo substituída por Michel Temer) e deram início ao mandato de Jair Bolsonaro; b) por contribuírem para a formação de outros pesquisadores, docentes e profissionais da Ciência da Informação a partir da ministração de conteúdos voltados à desinformação, além de atuarem no desenvolvimento de habilidades informacionais, da criticidade e da reflexividade diante do universo informacional — como propõe a competência em informação. c) pela possibilidade de fornecerem contribuições sobre boas práticas informacionais.

Na próxima seção, apresenta-se o detalhamento sobre os procedimentos de coleta de dados específicos dos docentes que ocorreu por meio de entrevista, bem como a forma de análise dos dados.

6.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS DOS DOCENTES

Nesta subseção, apresentam-se as técnicas e os procedimentos para a coleta e análise de dados com os docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação nos PPGCIs das instituições de ensino brasileiras pesquisadas. Foram utilizadas a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados e a análise de conteúdo de Bardin (2016). Ressalta-se que a análise de conteúdo foi aplicada desde o processo anterior à elaboração do roteiro de entrevista até a etapa final de análise dos dados. As próximas subseções apresentam esses procedimentos de forma detalhada.

6.3.1 Análise de conteúdo

Desde a etapa de elaboração do roteiro de entrevista até a análise dos dados, utilizou-se a proposta de análise de conteúdo de Laurence Bardin. Este tipo de análise, essencialmente qualitativa, pode ser considerada adaptável, uma vez que possibilita a extração de significados e a identificação de determinados padrões. Divide-se em três fases as quais Bardin (1977) denomina como polos cronológicos, entre elas: “pré-análise”, “exploração do material” e “tratamento dos resultados, inferência e interpretação”.

A primeira fase, a de **pré-análise**, possui três objetivos: a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. Estes três elementos não obedecem a uma ordem cronológica, mas se conectam mutuamente já que:

[...] a escolha de documentos depende dos objetivos ou inversamente o objetivo é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices (Bardin, 1977, p. 96).

A escolha dos documentos contribui para a criação de um *corpus* que deve ser minuciosamente analisado, respeitando-se algumas regras como exaustividade, representatividade e pertinência. Com relação à formulação das hipóteses e dos objetivos, Bardin (1977, p. 98) explica que uma hipótese pode ser compreendida como uma “[...] afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar)” [...]. Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros”. Já o objetivo é a “[...] finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados”. A criação de indicadores também está relacionada à etapa de pré-análise. Além disso, destaca-se o procedimento de preparação formal do material que se refere à edição dos textos de modo a facilitar a posterior análise (Bardin, 2011).

Bardin (1977) apresenta algumas atividades que viabilizam a escolha dos materiais e a formulação de hipóteses. A leitura flutuante⁹, por exemplo, consiste na aproximação cadenciada com os materiais pertinentes à pesquisa. À medida que o pesquisador tem contato com os documentos, a leitura vai se tornando mais precisa “[...] em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos” (Bardin, 1977, p. 96).

A segunda fase, **exploração do material**, diz respeito à administração sistemática das decisões tomadas na fase anterior, “[...] incluindo operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 1977, p. 101). A codificação se refere à transformação dos dados brutos do texto a partir de procedimentos precisos, permitindo representar o conteúdo e extrair os significados.

A categorização também está relacionada à etapa de exploração do material, podendo ser compreendida como um procedimento de “[...] classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento” (Bardin, 1977, p. 117). A autora explica que a maior parte dos procedimentos de análise organiza-se em torno da categorização. Destaca-se que:

⁹ Conforme Bardin (1977), o termo “leitura flutuante” é uma analogia às atividades ligadas à psicanálise.

A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos (Bardin, 1977, p. 119).

A última fase, **tratamento dos resultados, inferência e interpretação**, está relacionada à validação e significação dos resultados brutos. Nesta etapa, realizam-se inferências e os dados são “[...] tratados de maneira a serem significativos (‘falantes’) e válidos” (Bardin, 2016, p. 131). Nesta etapa, podem ser criados quadros de resultados, diagramas e modelos que condensam e destacam as informações fornecidas durante o processo de análise.

Em suma, a primeira fase, pré-análise, visa sistematizar as primeiras ideias sobre o que se pretende analisar, sendo também o momento da escolha das fontes de informação a serem utilizadas e da estruturação dos processos posteriores a serem realizados. Já a fase de exploração do material se refere à aplicação dos processos idealizados anteriormente, além da codificação e da categorização do conteúdo. Na última etapa, a do tratamento, pretende-se significar os dados brutos, ou seja, realizar inferências de modo a formular interpretações sobre os elementos extraídos da fonte de coleta (Bardin, 2011). Na subseção seguinte, detalham-se aspectos da elaboração do roteiro de entrevista em consonância com a concepção de Laurence Bardin acerca da análise de conteúdo.

6.3.2 Elaboração das categorias e da entrevista

Utilizou-se, para a coleta dos dados dos docentes, a entrevista semiestruturada por sua adaptabilidade e possibilidade de diálogo interativo. Por meio dessa técnica de coleta, evidenciou-se a fala dos sujeitos a fim de se obterem dados objetivos e subjetivos (Nascimento, 2021; Cruz Neto, 2002) acerca da desinformação, da política e da competência em informação em diferentes contextos.

Marconi e Lakatos (2021) afirmam que a entrevista é fruto de uma interação social que visa à obtenção de informação sobre determinado assunto ou problema, sendo utilizada em áreas como Ciências Sociais, Antropologia, Política, entre outras. Salienta-se que as entrevistas são amplamente utilizadas nos estudos de práticas informacionais.

Conforme Minayo (2001, p. 57), a entrevista não se resume a uma “[...] conversa desprestigiada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”.

Após o contato com os textos abordados no referencial teórico desta pesquisa — especialmente os estudos de Savolainen (1995), o de Giddens (2003) e o de Bourdieu (1996), bem como aqueles que tratam da desinformação e da competência em informação — delinear-se macro e subcategorias que estão relacionadas aos aspectos do contexto da vida pessoal, profissional, acadêmica e cotidiana dos docentes. Esta etapa está relacionada com a categorização mencionada por Bardin (2016) como uma operação de classificação, diferenciação e reagrupamento de elementos constitutivos de um objeto seguindo critérios previamente definidos.

Antes de construir o roteiro de entrevista, elaboraram-se duas macrocategorias que se relacionam aos objetivos delineados nesta pesquisa. A primeira macrocategoria, **Contextualização inicial**, refere-se ao perfil, às trajetórias acadêmicas e profissionais e à participação dos docentes em movimentos sociais e/ou políticos. Desdobram-se duas subcategorias: 1) Trajetória acadêmica e profissional e 2) Participação sociopolítica. A segunda macro categoria, **Percepção e atuação docente no contexto de desinformação**, relaciona-se à forma como os docentes lidam com informação e desinformação sobre política, apresentando três subcategorias. São elas: 1) Percepções sobre o contexto sociopolítico; 2) Desinformação e política; e 3) Produção, apropriação, checagem e compartilhamento de informações sobre política.

A criação destas categorias teve como objetivo explicitar aspectos da desinformação, do contexto e cotidiano dos docentes e de suas percepções sobre o cenário político brasileiro, correlacionando-os com as práticas informacionais destes sujeitos. O Quadro 7 apresenta as relações entre as macrocategorias, as subcategorias e as práticas informacionais:

Quadro 7: Correlações entre as categorias previamente criadas e as práticas informacionais

Macro categorias	Subcategorias	Descrição	Correlação com as práticas informacionais
	Trajetória acadêmica e profissional	Contextualização pessoal, profissional, acadêmica, política	Faz-se necessária a contextualização dos docentes em diferentes níveis, visto que os estudos de práticas informacionais

Contextualização inicial		e social; motivações para ministração de disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação; Participação em movimentos ou organizações políticas e sociais.	abordam os sujeitos como seres socialmente relacionais que possuem trajetórias únicas e, ao mesmo tempo, compartilhadas e reproduzidas em esferas coletivas. A compreensão sobre a participação em movimentos sociopolíticos pode contribuir para a visualização de aspectos internos como a criticidade e reflexividade sobre o mundo, bem como aspectos relativamente externos como a cooperação e a responsabilidade social.
	Participação sociopolítica		
Percepção e atuação docente no contexto de desinformação	Percepções sobre o contexto sociopolítico	Percepções a respeito da desinformação e do contexto político brasileiro; atuação docente e ações para identificação e prevenção da desinformação.	O aprofundamento sobre aspectos objetivos, subjetivos e intersubjetivos na forma como os docentes lidam com informação e desinformação sobre política auxiliam na compreensão quanto a suas práticas informacionais e fornecem subsídios teóricos, práticos e metodológicos para a compreensão e prevenção deste problema.
	Desinformação e política		
	Produção, apropriação, checagem e compartilhamento de informações sobre política		

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ressalta-se que as categorias foram criadas com base no referencial teórico abordado neste estudo, baseou-se no modelo proposto por Savolainen (1995) e foram construídas em momento anterior à elaboração do roteiro de entrevista. As categorias relacionam-se aos estudos de práticas informacionais, pois levam em consideração o contexto social, profissional, pessoal, bem como as ações dos docentes em diferentes ambientes.

Posteriormente à categorização, elaboraram-se 16 perguntas que compuseram o roteiro de entrevista (Apêndice D) em consonância com as categorias previamente criadas. O roteiro foi construído com base em três recomendações de Flick (2009), a saber: diminuir as incertezas causadas pela conversa aberta; direcionar a interação conforme os objetivos da pesquisa; e, para equilibrar a limitação de tempo dos entrevistados com o interesse da pesquisadora, em informações específicas.

Para a realização das etapas supramencionadas, utilizaram-se a primeira e a segunda fase da análise de conteúdo de Bardin (2016) as quais possuem caráter organizativo, exigem precisão metodológica e, ao mesmo tempo, consideram o

atributo “intuição”. Nestas fases, estabelece-se um plano suficientemente flexível que permite a inserção de novas variáveis ao longo do percurso, conforme as necessidades da pesquisa (Bardin, 2016). A próxima subseção trata dos procedimentos realizados para a aplicação das entrevistas.

6.3.3 Aplicação das entrevistas

Após a elaboração do roteiro de entrevista e a devida aprovação do projeto pela banca de qualificação e pelo comitê de ética (abordada na subseção 6.4 sobre aspectos éticos da pesquisa), verificou-se que era necessário aplicar um pré-teste, que também pode ser denominado como entrevista piloto, a fim de identificar possíveis inconsistências nas perguntas. Marconi e Lakatos (2019, p. 221) afirmam que o pré-teste possibilita ao pesquisador a averiguação de possíveis falhas, como extrema “[...] complexidade das questões; ambiguidade ou linguagem inacessível; perguntas supérfluas ou que causam embaraço ao informante; se as questões obedecem à determinada ordem ou se são muito numerosas etc”.

Aplicou-se a entrevista piloto pelo *software Google Meet* com uma doutoranda e um mestre da área de Educação, ambos inseridos formalmente em instituições de ensino brasileiras. Os entrevistados responderam a todas as perguntas e relataram não haver problemas, demonstrando que não havia necessidade de alteração no roteiro. Posteriormente à avaliação do comitê de ética, conforme detalhamento na próxima subseção, as entrevistas foram aplicadas com os sete docentes participantes da pesquisa.

Tendo em vista que as instituições de ensino estão geograficamente dispersas, a aplicação ocorreu de forma virtual por meio da plataforma *Google Meet* a qual possibilita a gravação dos diálogos¹⁰ e reduz os custos em comparação com encontros presenciais. As entrevistas duraram entre 25 e 60 minutos e ocorreram durante os meses de abril e maio de 2024.

Durante a aplicação, a pesquisadora indagou e atentou-se às reações e respostas, buscando estabelecer uma relação de confiabilidade entre entrevistadora e entrevistado. Conforme Bardin (2016), ao realizar entrevistas, o pesquisador lida com uma “encenação livre” daquilo que o entrevistado viveu, sentiu e pensou a

¹⁰ A gravação da entrevista foi propiciada por uma versão paga, “Business Plus”, do *Google Workspace*.

respeito de determinada situação, sendo que a subjetividade é um fator presente. Cada docente falou sobre seus contextos a partir de “[...] seu próprio sistema de pensamentos, os seus processos cognitivos, os seus sistemas de valores e de representações, as suas emoções, a sua afetividade e a afloração do seu inconsciente” (Bardin, 2016, p. 93-94).

Portanto, no momento da aplicação das entrevistas, buscou-se criar um ambiente propício para que os docentes se sentissem seguros. Esta ambiência permitiu que os entrevistados discorressem abertamente sobre questões complexas como a desinformação e o cenário político brasileiro, além de questões pessoais relacionadas aos aspectos sociais. A próxima subseção apresenta a forma de análise dos relatos dos sete docentes.

6.3.4 Análise das entrevistas

Utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) para analisar os dados coletados por meio das entrevistas com os sete docentes. Assistiu-se às entrevistas na íntegra para que fosse possível realizar a transcrição literal das falas. No momento da transcrição, optou-se por retirar expressões como “né”, “sabe”, “tipo” e outras que pudessem impedir a fluidez da leitura, sem oferecer prejuízos ao sentido dos relatos. Neste momento, agregaram-se as reações dos docentes como risos, apreensão, entusiasmo etc. O objetivo destas inserções foi trazer os relatos de forma natural e transparente a fim de demonstrar tanto os aspectos explícitos (falas) quanto os que poderiam ficar ocultos (reações).

Esses elementos foram mencionados na análise dos resultados por meio de expressões como “[risos]”, “[apreensão]” etc., dentro das transcrições literais apresentadas. Os termos foram colocados entre colchetes e em itálico para diferenciarem-se das explicações elaboradas pela autora as quais foram colocadas apenas entre os colchetes (exemplo: [refere-se ao doutorado], [relacionado à desinformação] etc.). Tendo em vista que os relatos são extensos, optou-se por se apresentar pequenos trechos das falas, sendo necessária, em alguns momentos, a explicação sobre possíveis questões ocultas nas transcrições explicitadas.

Estes procedimentos estão relacionados à etapa de **pré-análise** dos conteúdos das entrevistas, sendo possível organizar as transcrições, possibilitando a leitura flutuante (Bardin, 1977), ou seja, a aproximação cadenciada com os relatos

dos docentes a fim de verificar se as categorias previamente criadas estavam de acordo com as falas dos professores.

Verificou-se que, embora a pré-categorização estivesse parcialmente adequada, algumas perguntas *“Como você aborda questões sobre produção, apropriação, checagem e compartilhamento de informações com os discentes?”* e *“Durante as aulas sobre competência em informação e/ou desinformação, de que forma você costuma abordar a desinformação no que se refere às questões políticas?”* geraram respostas completas acerca do modo como os docentes organizam e apresentam o conteúdo das disciplinas.

Estas respostas exigiram uma adequação à categorização, fazendo com que ambas fossem agrupadas em uma nova subcategoria, denominada “Política, desinformação e competência em informação em sala de aula”. A inserção desta categoria foi fundamental para a organização das respostas e contribuiu para melhor interpretação dos resultados e facilidade na compreensão dos leitores deste estudo. O Quadro 8 apresenta a categorização final após as modificações necessárias para a efetividade da análise.

Quadro 8: Categorização final dos dados coletados por meio das entrevistas com os docentes

Macro categorias	Subcategorias	Descrição
Contextualização inicial	Trajetória acadêmica e profissional	Trajetórias que contribuíram para a construção das autoidentidades dos docentes, valores, princípios e cotidianos específicos.
	Participação sociopolítica	Participação em movimentos sociais e/ou políticos ao longo da vida.
Percepção e atuação docente no contexto de desinformação	Percepções sobre o contexto sociopolítico	Concepções sobre o cenário político brasileiro, observando-se algumas influências que contribuíram para a formação de opiniões sobre política.
	Desinformação e política	Implicações da desinformação no contexto político.
	Produção, apropriação, checagem e compartilhamento de informações sobre política	Compreensão dos processos informacionais relacionados às questões políticas e atuação docente no contexto virtual contra a desinformação.
	Política, desinformação e competência em informação em sala de aula	Atuação docente no contexto universitário, abordando-se como a desinformação, a política e a competência em informação são discutidas em sala de aula com os discentes.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A transcrição, a organização e a leitura flutuante das entrevistas permitiram a visualização inicial da adequação/pertinência das categorias. Acredita-se que a inserção da subcategoria criada bem como as apontadas de forma prévia estão de acordo com os objetivos da pesquisa e fornecem um panorama sobre as práticas informacionais dos docentes.

Na etapa seguinte, em conformidade com Bardin (2016), realizou-se a **exploração do material**. Leram-se, exaustivamente, as entrevistas para que fosse possível interpretar os dados brutos, extraindo-se sentido nas falas dos docentes. Nesta etapa, identificaram-se as unidades de registro, ou seja, frases, palavras e outros trechos em destaque (Bardin, 1977) potencialmente representáveis, em conformidade com os objetivos desta pesquisa.

Examinaram-se os relatos detalhadamente a fim de se investigar possíveis relações implícitas e explícitas entre as falas dos sujeitos. Em consonância com as categorias previamente criadas, a leitura dos relatos possibilitou o agrupamento dos conteúdos no momento da tabulação dos dados fornecendo condições para a próxima etapa da análise referente ao tratamento dos resultados.

No que tange a esta última etapa, a de **tratamento dos resultados, inferência e interpretação**, realizou-se a validação final das macrocategorias e das subcategorias, propiciando a realização de inferências sobre os conteúdos das falas dos sete docentes entrevistados. Nesta fase da análise, os dados foram interpretados, descritos e apresentados em conjunto com inferências fundamentadas nos próprios relatos e em outros autores que estudam sobre as temáticas de competência em informação, desinformação, política e práticas informacionais os quais foram mencionados no referencial teórico desta investigação. Ademais, criaram-se quadros e figuras visando à representação dos dados obtidos.

O Quadro 9 apresenta uma síntese sobre como ocorreu a aplicação prática da análise de conteúdo de Bardin (2016) na presente investigação:

Quadro 9: Aplicação da análise de conteúdo na pesquisa

Etapas	Ações	Aplicação na pesquisa
--------	-------	-----------------------

Pré-análise	Seleção e organização dos materiais; Leitura flutuante	Transcrição, organização e leitura flutuante do conteúdo das entrevistas. Verificação inicial e adequação das categorias criadas previamente.
Exploração do material	Leitura exaustiva; Codificação; Categorização	Leitura exaustiva para identificação de trechos de destaque (unidades de registro) para a análise. Agrupamento de unidades de registro por meio de semelhanças e/ou respostas comuns dos docentes, possibilitando a categorização e subcategorização do conteúdo.
Tratamento dos resultados, inferência e interpretação	Interpretação; Descrição; Apresentação visual	Compreensão e validação final das categorias criadas, possibilitando a realização de inferências. Exposição dos padrões e relações explícitas e/ou subjacentes entre as respostas dos docentes. Descrição dos dados em consonância com as interpretações. Elaboração de elementos visuais (texto, quadros e figuras) para evidenciar os resultados.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Acredita-se que a análise de conteúdo de Bardin (2016) proporcionou a organização e a interpretação dos dados, contribuindo desde a formulação das pré-categorias, passando pelo roteiro de entrevista, até a validação das macrocategorias, subcategorias e análise final. Além da análise de conteúdo, utilizou-se a análise documental relacionada às ementas das disciplinas, complementando as informações nelas contidas com as falas dos docentes demonstradas, especialmente, na subseção “7.2.6 Política, desinformação e competência em informação em sala de aula”. A análise documental diz respeito aos procedimentos necessários para extrair informações de determinados documentos, como no caso das ementas e planos de ensino disponibilizados pelos PPGCs. Salienta-se que as etapas descritas foram planejadas e executadas em consonância com os objetivos desta pesquisa. Na próxima seção, estão descritos os aspectos éticos fundamentais para o desenvolvimento desta investigação.

6.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Além da análise realizada pela banca de qualificação, a pesquisa, incluindo o roteiro de entrevista, passou pela devida avaliação e aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Espírito-Santense (CEP/FAESA), cujo número de protocolo é 78075123.9.0000.5059.

Conforme Rosa e Arnoldi (2008), toda pesquisa envolvendo seres humanos tem a obrigatoriedade de passar por análise do comitê de ética antes que sejam aplicados os testes e demais procedimentos. Além disso, os autores apontam para a necessidade de o entrevistador dar ciência ao entrevistado de todos os procedimentos a serem utilizados para manutenção do sigilo quanto à identificação do participante.

Aos docentes que aceitaram participar da pesquisa, enviou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por *e-mail* (Apêndice C). Já no início da entrevista realizada por meio da plataforma *Google Meet*, perguntou-se aos participantes se eles gostariam que a leitura do termo fosse realizada e, posteriormente, com a devida autorização dos docentes, as entrevistas foram gravadas para fins comprobatórios de aceitação dos participantes, bem como para viabilização do processo de transcrição e tabulação dos dados coletados.

Posteriormente à manifestação oral de aceitação por parte dos docentes, iniciou-se a aplicação do roteiro de entrevista. Já no momento de tabulação e análise dos dados, os nomes dos docentes e as instituições às quais estão vinculados foram omitidos a fim de garantir o sigilo quanto à identidade dos entrevistados. A próxima seção destina-se à apresentação dos resultados desta investigação e discute os conteúdos com a literatura científica.

7 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados obtidos por meio da aplicação das entrevistas com sete docentes que ministram disciplinas relacionadas à competência em informação e/ou desinformação nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Ciência da Informação em instituições de ensino brasileiras.

Têm-se duas macrocategorias. A primeira, **Contextualização inicial**, se refere à apresentação de um panorama acerca da trajetória acadêmica e profissional dos docentes, incluindo aspectos da participação sociopolítica deles. A segunda macro categoria, **Percepção e atuação docente no contexto da desinformação**, diz respeito às percepções acerca da desinformação e do contexto sociopolítico brasileiro e à identificação de como ocorrem processos informacionais como uso e compartilhamento da informação sobre política, além de como os docentes abordam essas questões enquanto realizam suas atividades profissionais. Buscou-se correlacionar estes aspectos com o âmbito pessoal, acadêmico e profissional no que se refere à prevenção da desinformação.

Por meio das macrocategorias criadas, tornou-se possível analisar como as vivências e percepções dos docentes são influenciadas por diversos contextos externos como o pessoal, o político, o profissional, o acadêmico e o social – não obstante, os mesmos contextos são influenciados pelas ações desses sujeitos. A próxima subseção apresenta a análise dos resultados.

7.1 CONTEXTUALIZAÇÃO INICIAL: TRAJETÓRIAS E PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS DOCENTES

Nesta subseção, apresentam-se aspectos da trajetória acadêmica e profissional dos docentes com enfoque nas motivações que os levaram a ministrar disciplinas sobre competência em informação e desinformação, analisando-se também suas participações em movimentos, partidos e/ou organizações sociopolíticas.

7.1.1 Trajetória acadêmica e profissional

Após a caracterização dos participantes por meio de perguntas sobre idade, gênero, raça/etnia e cursos de mestrado e doutorado realizados (apresentados na

subseção “6.2 Universo da pesquisa”), os docentes foram convidados a discorrer sobre os caminhos percorridos durante a formação acadêmica e o desenvolvimento profissional, enfocando os motivos pelos quais se apropriaram de temáticas como a competência em informação e/ou desinformação.

Compreende-se que analisar a trajetória acadêmica e profissional dos docentes serve como ponto de partida para a compreensão de aspectos implícitos e explícitos em sua atuação. Estes percursos caracterizam-se como processos que reúnem um conjunto de escolhas plasmadas no projeto de vida (Savolainen, 1995) e no planejamento de vida (Giddens, 2003) influenciando o modo de vida (Savolainen, 1995) dos sujeitos. Assim como em outros aspectos da vivência dos docentes, estes elementos contribuem para a constituição da trajetória do “eu” (Giddens, 2003).

As escolhas que constituem a referida trajetória se dão em diferentes níveis, como: realizar determinado curso; optar pela realização da pós-graduação (especialização, mestrado e/ou doutorado); buscar por emprego em iniciativa privada ou pública; entre outras. Compreender o contexto de formação e atuação profissional dos docentes, além de suas motivações para a ministração de disciplinas específicas — sobre competência em informação e desinformação — não consiste apenas na exposição de uma biografia voltada ao âmbito profissional. Muito além disso, relaciona-se ao entendimento das escolhas, da autonomia, das preferências e, em certa medida, dos posicionamentos adotados pelos sujeitos ao longo da vida. O Quadro 10 apresenta uma síntese sobre as trajetórias dos docentes.

Quadro 10: Trajetória acadêmica e profissional dos docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação

Docente	Trajetória acadêmica e profissional
Renato	Formou-se em Biblioteconomia e em História. Apesar de nunca ter trabalhado profissionalmente com a História, acredita que a área “orienta filosoficamente” seu trabalho. Considera que a realização dos dois cursos propiciou a reflexão sobre o papel social da Biblioteconomia, aproximando-o de um viés pautado pela cidadania e transformação social. Sua dissertação e tese em Ciência da Informação não estão diretamente relacionadas à competência em informação ou desinformação. Mas, por adotar um viés crítico e social, enquanto docente da graduação em Biblioteconomia, pediu para atuar em uma disciplina sobre leitura e competência em informação, a qual ele mesmo havia incentivado a oferta. Já como docente do mestrado, convidou uma professora cujas pesquisas estão voltadas à competência em informação para ministrar uma disciplina em conjunto relacionada à competência em informação e desinformação. Atualmente ministra disciplinas sobre desinformação.

Jordana	Graduou-se em Arquivologia, mantendo pouco contato com a competência em informação durante o curso. Passou oito anos sem estudar, visto que no estado em que residia não havia cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, inviabilizando a continuação de seus estudos. Quando a universidade de seu estado ofereceu a pós-graduação, se viu numa situação difícil, pois teve dúvidas sobre o que e como estudar. Lembrou que, durante a graduação, havia sido orientada por uma professora na iniciação científica e que essa professora se tornou docente do PPGCI. Teve a ideia de estudar a mesma temática que a referida professora estava pesquisando naquele momento: competência em informação. Relatou que foi criticada por colegas por querer trabalhar com a mediação e a competência em informação sob a justificativa de que deveria estudar aspectos técnicos da Arquivologia e da Ciência da Informação. Contudo, preferiu manter-se nessas temáticas. Após o término do doutorado, criou um grupo de pesquisa sobre competência em informação e Arquivologia. Como docente, orientou vários alunos a respeito da temática e, a partir do trabalho de uma aluna específica, sentiu necessidade de ampliar o escopo de seu grupo de pesquisa, abordando questões relacionadas à desinformação. Atualmente ministra uma disciplina sobre competência em informação que também aborda a desinformação tanto na graduação quanto na pós-graduação.
Maria Júlia	Graduou-se em Biblioteconomia e alguns anos depois ingressou no mestrado. A temática trabalhada por sua orientadora era a inclusão digital. Posteriormente, as duas adentraram aos estudos sobre competência em informação, cujo universo de pesquisa centrava-se nas organizações da sociedade civil. Observou que essas organizações mantinham determinados discursos políticos e certos comportamentos comunicacionais, culminando no desenvolvimento de estudos sobre competências infocomunicacionais. Após o doutorado, já como professora de uma universidade, passou a desenvolver oficinas de competência em informação que são realizadas até os dias atuais. Durante essas formações, inseriu atividades sobre checagem da informação, mas percebeu que as pessoas não estavam tão interessadas em verificar o que era falso e fidedigno. A partir disso, começou a atuar numa perspectiva freireana fomentando a reflexividade e a criticidade durante as atividades. Como docente da graduação em Biblioteconomia, trabalhou arduamente em prol da obrigatoriedade de uma disciplina sobre competência em informação que passou a ser obrigatória em 2023. Já no âmbito da pós-graduação, tem ministrado algumas disciplinas sobre competências infocomunicacionais e desinformação.
Maicon	Realizou sua graduação e pós-graduação de forma ininterrupta, sendo que suas pesquisas estavam mais direcionadas à gestão e ao marketing. Quando estava finalizando seu doutorado, sua antiga orientadora do mestrado o convidou para atuarem em conjunto em uma disciplina sobre informação e contemporaneidade. Após a aposentadoria da professora, ele passou a assumir a disciplina que atualmente discute a desinformação e que, apesar de ser oferecida pelo PPGCI, recebe alunos de outras áreas como Direito. A competência em informação também é abordada em suas aulas. Atualmente assume diversas posições de destaque em organizações sociopolíticas voltadas à Biblioteconomia e à Ciência da Informação.
	Formou-se em Biblioteconomia e assumiu uma vaga por meio de concurso público como bibliotecária em uma prefeitura. Posteriormente, prestou outro concurso para atuar como bibliotecária em uma universidade pública, assumindo a diretoria da biblioteca. Neste período, realizou mestrado e doutorado, sendo que seu contexto

Karina	profissional exerceu influência significativa em suas pesquisas que estavam mais alinhadas às questões cotidianas do trabalho. No doutorado, sua tese estava relacionada à competência em informação e à ética. O escopo de seus estudos contribuiu para que fosse aprovada em outro concurso público para atuar como docente em outra universidade federal. Atualmente, ministra uma disciplina sobre competência em informação no PPGCI.
Carmen	Desde o início de sua atuação como docente, há cerca de 18 anos, aborda temáticas como fontes de informação, estudo de usuários e orientação bibliográfica. Ao longo do tempo, entrou em contato com literatura sobre competência em informação, identificando que a temática estava intimamente relacionada com as ações cotidianas que já eram realizadas por ela. Primeiramente, desenvolveu um trabalho de pesquisa sobre o tema e, posteriormente, atuou como professora em disciplinas sobre a temática, orientando alunos de diversos níveis de formação em pesquisas sobre competência em informação.
Bruna	Desde a década de 1990, atua como docente no Brasil e no país de origem. O corpo docente da universidade brasileira em que leciona atuava com um número reduzido de professores, sendo que havia certa sobrecarga com relação ao número de disciplinas a serem ministradas. Por solicitação do departamento do curso, foi selecionada para atuar com uma disciplina sobre usos e usuários da informação que continha conteúdos sobre a competência em informação. Aproximou-se ainda mais dos aspectos sociais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, culminando na orientação de outros alunos e na produção de pesquisas sobre competência em informação e, posteriormente, sobre desinformação. Apesar de encontrar-se em período de licença durante a realização da entrevista, ministra disciplinas relacionadas à competência em informação e digital.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir dos relatos, observou-se que os docentes trabalham com a competência em informação e/ou desinformação por três motivos principais: 1) por identificação com a temática, aproximando-se dos temas por sua representatividade social, política e educacional; 2) por influência de professores orientadores, sendo incentivados a estudar os mesmos temas que eles. Neste sentido, engloba-se a linha de pesquisa do programa de pós-graduação escolhido para realizar seu mestrado e doutorado; 3) por necessidade institucional, sendo convocados pelos departamentos dos cursos de graduação/pós-graduação em que trabalham para ministrar disciplinas relacionadas com as temáticas. O Quadro 11 apresenta as motivações identificadas.

Quadro 11: Motivações dos docentes para estudos e pesquisas acerca da competência em informação e/ou desinformação

Motivações	Descrição
Identificação com a temática	Contatos casuais ou intencionais com as temáticas a partir da compreensão da relevância social e política delas, percebendo-se: a importância da competência em informação enquanto elemento propulsor da criticidade dos sujeitos; o potencial destrutivo da desinformação na sociedade.
Influência de professores orientadores	Influências dos orientadores em períodos de mestrado e/ou doutorado em consonância com as linhas de pesquisa dos programas, culminando na construção de teses e dissertações sobre competência em informação e/ou desinformação.
Necessidade institucional	Atendimento às demandas institucionais dos programas ou departamentos de graduação, tendo em vista a necessidade de “recrutamento” de docentes para a ministração de disciplinas relacionadas à competência em informação e/ou correlatas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A partir das motivações explicitadas, os docentes trilharam diferentes caminhos de forma a aprender sobre as temáticas para que pudessem atuar com competência em informação e desinformação em suas múltiplas abordagens. Percebeu-se que, para alguns docentes, a aproximação com a desinformação se deu como consequência dos estudos sobre competência em informação.

Maria Júlia, por exemplo, relata que suas pesquisas estavam vinculadas à competência em informação e às competências infocomunicacionais durante sua formação acadêmica. A partir da atuação em atividades de ensino-aprendizagem, percebeu a necessidade de inserir elementos que estimulassem a criticidade e a reflexão dos estudantes, uma vez que passou a observar o desinteresse dos sujeitos em verificar a fidedignidade das informações, especialmente, quando elas eram compartilhadas por pessoas próximas ou quando eram compatíveis com suas próprias crenças:

A gente ensinava nesse momento [durante as atividades práticas de competência em informação] as pessoas a usar as ferramentas de checagem. Já tinha várias, né? Então a gente mostrava os *sites*, ensinava como utilizar naquele momento e tal. Só que a gente começou a perceber que as pessoas diziam: “Ah, não precisa! Não precisa! Ah, isso quem me enviou foi a minha vizinha, eu confio nela, então não precisa checar se é verdade”. Então a gente percebeu que tinha uma coisa nova aí no terreno, né? [*apreensão*] E essa coisa nova aí, que nesse momento a gente ainda não nomeava, digamos assim, começou a crescer, sabe? (**Maria Júlia**).

O relato de Maria Júlia sobre a ausência de reflexão dos estudantes quanto à veracidade de informações expõe os perigos da “cultura da pós-verdade” em que as crenças pessoais e a confiança excessiva em determinados sujeitos sobrepõem-se aos fatos e às conclusões científicas. De acordo com Araújo (2020, p. 10), essa cultura traz diversos problemas de ordem política como a “[...] consolidação dos populismos e fundamentalismos que, por meio da destruição da própria ideia de “verdade”, destroem também a democracia e impõem o medo e o ódio sobre o debate racional”.

Munida de responsabilidade social, política e educacional, Maria Júlia passou a inserir a perspectiva educacional freireana nas atividades práticas de competência em informação. Para além da abordagem técnica, implementou conteúdos com vistas a estimular os participantes a compreenderem a importância de refletir, sobretudo com relação à veracidade e confiabilidade das informações em diferentes meios e suportes. Dessa forma, a docente identificou a necessidade de adentrar aos estudos sobre desinformação, capacitando-se teórica e conceitualmente para que pudesse trabalhar com estes conteúdos.

Já Bruna afirmou que sempre preferiu trabalhar com disciplinas mais humanas/sociais e menos técnicas. A partir de uma necessidade advinda da instituição de ensino onde trabalha há mais de 20 anos, passou a ministrar uma disciplina sobre “usos e usuários”, sendo que um dos conteúdos era a competência em informação. Neste caso, a escassez de professores no departamento de Biblioteconomia da instituição em que atua fez com que ela se apropriasse de conteúdos relacionados à competência em informação e, mais tarde, da desinformação.

Por outro lado, observou-se relação oposta no relato de Maicon. Neste caso, ele, primeiramente, aproximou-se da desinformação por meio da disciplina que ministrava em conjunto com outra professora. Posteriormente, percebeu a necessidade de abordar a competência em informação, especialmente como estratégia de prevenção e de desenvolvimento da criticidade dos sujeitos. No mesmo sentido, Brisola e Bezerra (2018, p. 3327) afirmam que a competência em informação pode ser um “remédio contraceptivo” capaz de frear o avanço da propagação de informações falsas.

De forma geral, por meio das falas e das expressões faciais dos docentes, identificou-se a camada de autorrealização profissional que, para Giddens (2003)

refere-se ao processo pelo qual os sujeitos buscam realizar suas próprias aspirações, considerando-se aspectos como valores pessoais e autonomia no contexto das estruturas sociais (nas instituições em que trabalham, por exemplo). Karina expõe que se sente privilegiada por poder ministrar aulas sobre competência em informação que vão ao encontro do que ela gosta de estudar.

Eu tenho muita sorte de poder estudar e ministrar aquilo que eu gosto, né? [sorriso]. Poder discutir com os alunos aquilo que é o meu dia a dia e estudar aquilo que eu realmente... Poucas pessoas têm essa possibilidade, então eu tenho isso pra mim. Sei lá, é realmente muito boa sorte eu conseguir fazer isso na minha carreira [risos] (**Karina**).

Por meio das decisões e “acazos” implícitos nas trajetórias acadêmicas e profissionais dos docentes, visualizam-se aspectos do poder simbólico (Bourdieu, 1996) direcionado à construção, internalização e expressão de conceitos e valores capazes de influenciar a percepção e as ações de outros sujeitos. Observou-se que as motivações para a escolha da competência em informação e/ou desinformação como temáticas de estudo/trabalho, seja por influências externas (orientadores e demandas institucionais) ou internas (afinidade com os conteúdos) estão diretamente relacionadas à visualização da responsabilidade social e política intrínsecas ao fazer docente e cidadão.

Giddens (2023) aborda essas responsabilidades como um elo essencial para a convivência e o bem-estar social. Compreende-se que docentes reflexivos e conscientes do impacto de suas práticas em contextos coletivos são capazes de questionar e adaptar suas abordagens, colaborando para a promoção da reflexividade entre os alunos em relação às questões sociais e políticas. A próxima subseção expõe aspectos da participação dos docentes em movimentos sociais e políticos ao longo da vida.

7.1.2 Participação sociopolítica

Após discorrerem sobre suas vivências profissionais e acadêmicas, os docentes foram questionados sobre a participação em movimentos sociais e/ou políticos durante suas trajetórias de vida. Para Giddens (2003), a participação política e social dos sujeitos reflete parte das escolhas individuais em consonância com os aspectos sociais. Essas participações, conjugadas com outras relações estabelecidas entre os sujeitos, estimulam hábitos de cooperação, solidariedade e

espírito público, permitindo a construção da consciência e da responsabilidade social (Ferrarezi, 2003).

Apenas uma docente informou que nunca fez parte de quaisquer movimentos e a maioria dos participantes demonstrou que, em algum momento da vida, estiveram vinculados (formalmente ou não) a algum tipo de organização sociopolítica. Os tipos de organização foram expostos no Quadro 12.

Quadro 12: Tipos de movimentos e organizações sociais e/ou políticas dos quais os docentes participaram/participam

Tipo de movimento/organização	Principais pautas
ONGs relacionadas à sustentabilidade	Conscientização sobre a preservação do meio ambiente, promovendo práticas sustentáveis a fim de garantir o equilíbrio dos ecossistemas globais.
Movimento estudantil	Mobilização dos estudantes, tendo em vista a defesa dos direitos estudantis, o engajamento político e outras questões de cunho educacional, social e cultural.
Associações e conselhos profissionais	Promoção de interesses comuns da classe bibliotecária e de outras profissões relacionadas à Ciência da Informação, reivindicando melhores condições de trabalho e valorização da profissão.
Partidos políticos	Fomento aos princípios democráticos, viabilizando a construção de ideias sobre políticas públicas e pautas essenciais para o desenvolvimento político, cultural, econômico, social etc.
Grupos de desenvolvimento pessoal por meio da cooperação	Desenvolvimento pessoal a partir do enfoque em questões como liderança e cooperação, propiciando a construção de ações solidárias de variadas esferas no meio social.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Verificou-se que os docentes já participaram ou ainda participam de movimentos organizados por ONGs ou grupos específicos como estudantes e profissionais de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Jordana, por exemplo, participou de um movimento estudantil durante sua formação básica e, posteriormente, atuou informalmente em partidos políticos:

Ah, sim, de participar de movimento estudantil, quando era jovem, secundarista. Depois na universidade. Nesse mesmo período entre o ensino médio e a universidade, eu não fui filiada, mas participava bastante das ações do PT. Na fase adulta, sim. Eu tentei até em 2017, 2018, engajar num partido em [cidade¹¹], mas não deu certo (**Jordana**).

¹¹ O nome da cidade foi ocultado para que se mantenham os preceitos éticos e legais da pesquisa científica.

Já Bruna e Karina participaram de ONGs voltadas à sustentabilidade e ao meio ambiente. Bruna buscava por projetos de extensão universitários ligados à temática e já desenvolveu ações efetivas com relação à mobilidade urbana sustentável, por exemplo. Contudo, elas demonstraram que, atualmente, a participação não é tão engajada como em momentos anteriores.

Tinha uma época que eu era bem mais engajada do que eu estou atualmente em ONGs ambientais. Naquela época, chamava-se Fórum Comunitário de Lixo, mas hoje em dia eles chamam de “resíduos sólidos”. E eu estava bem mais engajada com a Associação de Proteção Ambiental (**Bruna**).

No ensino médio eu fiz estágio em ONG relacionada ao meio ambiente, porque eu fiz curso técnico de meio ambiente. Depois, já formada, participei do movimento associativo e contínuo, hoje, sendo parte do movimento associativo. Hoje estou um pouquinho mais distante, mas já fui mais ativa no movimento associativo. Na FEBAB¹², já fiz parte da diretoria e tal (**Karina**).

Outro entrevistado, o Maicon, demonstrou participar intensamente de movimentos políticos e sociais, apresentando uma cronologia bem definida sobre suas ações em organizações com estas finalidades. Antes da graduação, Maicon já havia participado de um projeto que visa à cooperação e ao desenvolvimento da liderança. O participante explica que este projeto:

É um grupo só para desenvolvimento de liderança jovem até os 18 anos e é um projeto do Rotary. Não sei se você já ouviu falar. O Rotary trabalha internacionalmente também com projetos sociais. Então são várias pessoas, tem no mundo todo e eles são os responsáveis pela maior campanha de vacinação no mundo contra a poliomielite [*entusiasmo*]. Eles que fizeram, foram responsáveis por diminuir... Diminuir não, zerar, na verdade, a poliomielite. Aí agora com o movimento antivacina, infelizmente, a poliomielite, bem como outras doenças, acabou voltando, né? (**Maicon**).

Quando Maicon expõe o movimento antivacina, ele se refere à mobilização de alguns grupos com relação à fragilização da credibilidade das vacinas utilizando-se de informações distorcidas ou completamente inverídicas, vulnerabilizando a situação sanitária das comunidades. Conforme Camargo Jr. (2020, p. 2), “[...] há evidências que ligam o crescimento de tais movimentos com surtos de doenças imunopreveníveis em áreas onde anteriormente tinham sido erradicadas”, como no caso da poliomielite, indicada pelo docente. Neste sentido, destacam-se as organizações como a mencionada por Maicon cujos esforços centram-se no

¹² Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições

compartilhamento de informações verídicas e científicas e na mobilização de forças positivas para a promoção do bem-estar social.

Ademais, já na graduação em Biblioteconomia, Maicon participou de um movimento estudantil que buscava reunir alunos de duas universidades (uma de esfera federal e a outra de âmbito estadual) com vistas à discussão sobre determinados eixos como relações étnico-raciais, desafios e possibilidades na biblioteca escolar, entre outros. Posteriormente, vinculou-se a uma associação de bibliotecários e, depois, à FEBAB e à Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA).

Outro entrevistado, o Renato, participou do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Ele compreende que o papel da entidade pode ser repensado e extrapolar a missão fiscalizatória:

As minhas posições sempre foram numa perspectiva de pensar que o Conselho pode ter uma função que extrapole a função de ação com base na lei de fiscalização profissional. Então a minha visão é que os conselhos poderiam e podem ainda ter uma atuação mais política feita por cima, não uma coisa de fiscal atuando por baixo, mas de política feita pelos seus presidentes e conselheiros junto a autoridades políticas, sobretudo na área da cultura e na área da educação, onde acho que existem espaços para melhorar a condição de trabalho, a presença de bibliotecários. Então, essas coisas sempre pautaram um pouco a minha forma de ver o conselho e a forma como eu me posicionei em questões no âmbito do conselho de classe (**Renato**).

Já Maria Júlia aproximou-se de organizações sociopolíticas, sobretudo durante a realização de sua tese de doutorado, mas nunca se vinculou formalmente às organizações:

Não, nunca participei. Inclusive a minha pesquisa da tese envolveu organizações da sociedade civil e eu sempre estive muito próxima, mas nunca fiz parte formalmente de nenhuma dessas instituições (**Maria Júlia**).

Conforme Tisatto (2021), os espaços coletivos de problematização da realidade, como os movimentos sociais e políticos, contribuem para o avanço não só da sociedade, mas para a capacidade do próprio sujeito em conhecer e reconhecer o que o impede de avançar nas diversas esferas da vida, interferindo negativamente nas possibilidades de transformação social. Neste sentido, a participação sociopolítica por meio dos movimentos apresentados nesta subseção refletem uma práxis, de certo modo, emancipatória (Giddens, 2003).

Ressalta-se que os docentes entrevistados, nesta pesquisa, ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação, com exceção de uma entrevistada, expuseram diversos aspectos do envolvimento com movimentos sociais e políticos, demonstram elementos críticos e reflexivos, consideram a ideia da construção coletiva de ideias para a transformação social. Essa transformação pauta-se por questões relativamente locais (como nos movimentos estudantis citados), bem como globais (com relação às organizações que discutem aspectos que envolvem várias comunidades).

A emancipação, por meio da participação ativa em movimentos desta natureza, leva em conta valores como a justiça e a igualdade, contribuindo para o desenvolvimento de consciência crítica e reflexiva sobre o próprio sujeito nos mais variados contextos da vida individual e coletiva (Giddens, 2003; 2005). Os caminhos da emancipação se inter cruzam com os da competência em informação, uma vez que esta última, “[...] sob a perspectiva da cidadania, possibilita ao indivíduo a compreender direitos e deveres, e estimula o comportamento reflexivo para que o sujeito desenvolva uma consciência crítica que lhe será útil para questionar o que está posto” (Vitorino; Lucca, 2020). Visualiza-se essa consciência crítica, desde antes da formação acadêmica completa, nos docentes entrevistados.

A fim de demonstrar os resultados obtidos na primeira macrocategoria, “Contextualização inicial”, sintetizaram-se os principais aspectos identificados em consonância com a literatura científica utilizada como referencial teórico deste estudo, conforme o Quadro 13.

Quadro 13: Síntese dos resultados obtidos na macrocategoria de contextualização inicial em consonância com a literatura

Macrocategoria: Contextualização inicial		
Subcategorias	Síntese dos resultados	Síntese das discussões com a literatura
Trajetória acadêmica e profissional	Trajetórias distintas que culminaram na ministração de disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação. O contato com as temáticas ocorreu por identificação com a temática, influência de professores orientadores ou necessidade institucional.	Visualizaram-se recortes da construção da trajetória do “eu” dos docentes que influenciaram em seus projetos de vida e repercutem em seus modos de viver (Savolainen, 2010; Giddens, 2003). Os aspectos relacionados às jornadas dos docentes em âmbito acadêmico e profissional ultrapassam a noção de biografia, mas possibilitam a identificação do planejamento, das escolhas e dos posicionamentos adotados pelos docentes (Savolainen, 2010).
	Participação em diversos	A participação em movimentos sociais e/ou políticos

Participação sociopolítica	movimentos sociais relacionados ao meio ambiente, à política, às entidades de classe etc. ao longo da vida.	está relacionada às práticas emancipatórias (Giddens, 2003). Essas participações contribuem para o desenvolvimento da criticidade e da cooperação, buscando-se o bem-estar coletivo por meio da tentativa de resolução de problemas cotidianos (Savolainen, 2010).
----------------------------	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Acredita-se que o contexto histórico, social e cultural dos docentes, os capitais acumulados ao longo da vida (social, econômico, simbólico e cultural) bem como suas experiências cotidianas contribuem para a construção de determinados fenômenos informacionais em contextos distintos (Savolainen, 2010; Bourdieu, 1996). Neste sentido, verificou-se que as trajetórias e a participação social e política dos docentes são condicionantes e, ao mesmo tempo, foram condicionadas por determinados contextos.

Ao se buscar aspectos mais detalhados sobre a correlação entre desinformação, política e docência, a próxima seção apresenta os resultados acerca da segunda macrocategoria criada, sobre percepção política e atuação docente no contexto da desinformação.

7.2 PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DE DESINFORMAÇÃO

Esta subseção apresenta as percepções dos sete docentes entrevistados a respeito da desinformação e do contexto sociopolítico brasileiro, além de questões ligadas à atuação em âmbito pessoal, social, acadêmico e profissional para identificação e prevenção da desinformação.

7.2.1 O contexto político brasileiro na percepção dos docentes

As duas perguntas que pautaram esta categoria foram: “*quais as suas lembranças a respeito dos governos federais em exercício durante sua formação acadêmica?*” e “*como você enxerga o atual cenário político brasileiro?*”. Ambas buscaram compreender quais as perspectivas dos docentes a respeito do contexto político, sendo que a primeira pergunta propõe uma reflexão acerca do passado e a segunda, do presente.

Quando indagados sobre as lembranças a respeito do contexto político brasileiro durante o período de formação acadêmica, ou seja, no passado, os docentes demonstraram uma predileção pelos primeiros governos do presidente Lula, de 2003 a 2011, ressaltando as políticas relacionadas à educação, como a ampliação das universidades públicas tanto com relação à estrutura física dos *campi* quanto à ampliação da oferta de cursos. Além disso, demonstraram rejeição ao governo de Jair Bolsonaro, destacando percepções relacionadas à não destinação de verbas para o fomento às pesquisas por meio de bolsas, entre outras falhas relacionadas ao gerenciamento do país. O governo de Dilma foi pouco mencionado e o de Michel Temer não foi mencionado.

Quanto às percepções sobre o governo atual, presidido pelo presidente Lula, os entrevistados relataram que se sentem preocupados quanto aos rumos que o Brasil tem tomado, mas percebem que o início do atual governo reflete um cenário melhor do que se o ex-presidente Bolsonaro tivesse sido reeleito nas eleições de 2022. O Quadro 14 apresenta uma síntese dessas percepções.

Quadro 14: Lembranças acerca dos governos passados e percepções atuais dos docentes a respeito do governo federal

Perspectivas	Lembranças sobre os governos passados	Percepções sobre o governo atual (Lula: 2023-2026)
Positivas	Lula: Apoio acadêmico e científico com relação à distribuição de bolsas e financiamento de pesquisas durante os governos do PT, especialmente, no primeiro governo de Lula. Investimento na área de cultura. Políticas estruturantes de ampliação das universidades (quantidade de <i>campi</i> e de cursos) e de permanência estudantil.	Mudança benéfica quanto à atenção à educação, à ciência e à cultura.
Negativas	Fernando Henrique Cardoso: Falta de investimentos nas universidades e na educação de forma geral. Dilma Rousseff: Aumento de combustíveis. Jair Bolsonaro: Bloqueio de verbas para financiamento de pesquisas, bem como disseminação de <i>fake news</i> .	Polarização política. Desafios quanto à distinção de interesses pessoais e coletivos de atores políticos. Ausência de políticas de Estado, dificultando a estruturação de projetos consistentes que perdurem na sociedade.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As lembranças, tanto as positivas quanto as negativas, centram-se em aspectos majoritariamente educacionais. O financiamento de pesquisas e a distribuição de verbas para as universidades demonstraram ser critérios

razoavelmente estáveis para o julgamento sobre o governo atual, bem como para os anteriores:

Depois vem um momento... Eu acho que coincidiu... Acho não, tenho certeza. Coincidiu com a minha entrada no mestrado, em 2003, que foi o primeiro governo de Lula. O país ainda estava, nesse momento, muito desorganizado e muito pobre [*tensão*]. Mas eu percebo que, lentamente, foi crescendo, foi se desenvolvendo. No meu caso, lá em 2010, eu consegui uma bolsa para fazer o [doutorado] sanduíche em Portugal. E foi um momento assim que eu percebo que a gente estava como um país mais organizado e também com maior projeção internacional. Eu fui pra fora e tinha muitos brasileiros estudando fora. Encontrava muitos brasileiros e a visão que a própria Europa tinha naquele momento do Brasil é que: ‘ah, o Brasil tá desabrochando’ [*sorriso*]. Depois eu saí de novo para o pós-doc na Espanha, em 2015, e foi justamente quando eu estava fora que rolou o impeachment da Dilma. Então, antes de eu sair foi um momento bom também. De novo tinha bolsa, de novo tinha bastante brasileiro. Carlos III de Madrid¹³ me chamou muito a atenção porque eu cheguei lá e já tinha outros quatro brasileiros fazendo sanduíche ou pós-doc. Então chama a atenção, porque tinha um nicaraguense, um mexicano, uma porto-riquenha e quatro brasileiros. Então, claro, isso fica muito forte nas lembranças da nossa relação com os governos, ou seja, os governos que, digamos, apoiaram a pesquisa. [...] mais recentemente com o governo Bolsonaro, a gente viveu um momento, nossa... Muito, muito, muito, muito difícil mesmo, com enxugamento de recursos, sem bolsas, sem apoio financeiro para nada. Ficou bem difícil fazer pesquisa. A gente teve que ser resiliente [*pesar*] (**Maria Júlia**).

Eu sempre estudei em escola pública, então fui bolsista. Então, para mim, a oportunidade de poder estudar na universidade, para mim tudo isso [distribuição de bolsas e verbas para as universidades] faz muito sentido, porque eu realmente tive essas oportunidades, e depois eu fui trabalhar numa universidade pública, né? E quando eu vejo as pessoas falando que ‘ah, não tem que ter, tem que mudar’, para mim isso é uma heresia, porque exatamente eu vejo que eu sou fruto disso (**Karina**).

A escolha da categoria “educação” como critério determinante para lembranças e percepções negativas ou positivas sobre os governos federais está amplamente relacionada ao contexto pessoal, acadêmico e profissional dos docentes. A partir dos relatos, evidenciou-se que eles entendem que são frutos da educação pública oferecida por essas instituições. Neste sentido, os governos desempenham um papel fundamental na promoção de uma formação acadêmica e profissional pautada pelo desenvolvimento educacional e científico, viabilizando oportunidades para os sujeitos e o desenvolvimento de diversos aspectos da sociedade.

Alguns docentes relataram que se não tivessem recebido bolsas de estudo, não conseguiriam concluir os cursos (graduação e pós-graduação), visto que alguns

¹³ Universidad Carlos III de Madrid, *campus* de Getafe, em que é localizado o Departamento de Información y Documentación.

precisaram mudar de cidade e ausentar-se da família durante a formação ou possuem filhos que precisavam ser sustentados. Consequentemente, não teriam condições de ocupar cargos no serviço público federal e estadual por meio de concurso. A viabilização dos estudos, a partir dos financiamentos de pesquisa, gerou e ainda gera impactos sobre a percepção dos docentes acerca dos governos federais.

As percepções apresentadas contribuem para a compreensão da constituição dos docentes como sujeitos políticos, possuintes de determinados interesses pessoais e coletivos, produtores de ação no campo social, mantenedores de relações objetivas e intersubjetivas. As preferências políticas dos docentes mostram-se dialogicamente relacionadas tanto aos interesses particulares quanto à pretensão de que outros sujeitos se tornem críticos por meio da educação formal. A educação foi apontada como critério ímpar para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Em concordância, Severino (2016) afirma que o conhecimento pode ser visto como uma ferramenta de intervenção no mundo social, sendo pré-requisito indispensável para qualquer sujeito, independentemente de sua área de atuação profissional.

Por outro lado, notou-se que as percepções negativas se relacionam às concepções sobre o cenário político geral que o Brasil vivencia há alguns anos, sobretudo a partir das eleições de 2018. Destaca-se a polarização política:

Então, a polarização é o grande entrave. É aquele ditado: é um passo para frente, dois para trás em relação à política pública no país. A polarização são esses dois passos para trás. É muito difícil conseguir emplacar as coisas, porque, justamente por conta dessa polarização, não basta ter evidências, não basta ter números e aí a gente volta um pouco para a essência do que é desinformação. Não basta ter informação fidedigna, se aquilo não vai ao encontro da crença da pessoa, à crença do determinado grupo, não adianta. Não basta eu dizer que a vacina vai salvar vidas se eu tiver um grupo que não acredita nisso (**Maicon**).

O relato de Maicon vai ao encontro da perspectiva de Bachur (2021, p. 446) que relaciona a desinformação à polarização, expondo que os temas políticos geralmente são apresentados “[...] em uma versão ‘contra/a favor’, oferecendo a opção [ao sujeito] de se situar em um dos lados. A desinformação, especialmente na política, exige polarização”. Maicon refere-se à polarização como um entrave, visto que prejudica o andamento de projetos e políticas públicas, especialmente as que são votadas pelos membros do congresso e do senado federal. Nesta concepção, as

decisões políticas são marcadas pela ideologia, sem necessariamente considerar o bem-estar social:

Mesmo que você tenha as melhores propostas, como a gente teve há uns 15, 20 dias atrás de saneamento básico... Não sei se você acompanhou que teve um projeto de lei para garantir saneamento básico a todas as pessoas no Brasil. A gente tem em torno de 15 a 20 milhões de pessoas que não têm saneamento básico e nem acesso à água encanada. Nós tivemos 68 deputados que votaram contra um direito mínimo, é um direito mínimo para qualquer outra condição, qualquer outra atividade que a pessoa tem que realizar, estudar, trabalhar, qualquer outra coisa. [...] Então, a politicagem (vamos usar esse termo mais correto, talvez) vai ser sempre pautada por esses interesses de grupos específicos e que vai colocar à margem os interesses reais da sociedade (**Maicon**).

Desse modo, observa-se que a polarização oferece o oposto do que se espera da atividade política institucional do Estado, que seria responder às necessidades da vida social e atender demandas de objetivo comum (Maar, 2013). Ao contrário, a polarização da política e das ideologias garantem a divisão e o extremismo, minando o debate e os princípios democráticos, consequentemente, gerando violência. Neste sentido, a polarização e a desinformação retroalimentam-se, uma vez que as ideologias e as crenças são reforçadas sem que os sujeitos reflitam sobre a veracidade das informações propagadas em suas bolhas sociais e informacionais.

Ressalta-se que o debate político e o antagonismo de ideias contribuem para a democracia, os sujeitos têm o direito de expor seus posicionamentos sobre quaisquer assuntos. Contudo, a polarização carrega uma camada de violência, já que implica em discursos de ódio e agressividade em ambiente físico e virtual. Algumas docentes como Maria Júlia e Jordana demonstraram que, mesmo com posicionamentos ditos “de esquerda”, estão abertas a conversas respeitadas com pessoas de outras preferências partidárias e ideológicas. Karina, apesar de (em suas próprias palavras) ser “de esquerda”, apontou o que acredita serem erros específicos do governo Lula (2023-2026):

Eu acho que ainda estão tendo muitos erros, muitos erros pela comunicação. Acho que são muitas falas erradas, eu acho que ainda tem muito espaço para as pessoas que estavam anteriormente. Eu achei que muita coisa seria (e eu acho que talvez eles também erraram por isso) que muita coisa seria como era no governo anterior [primeiros mandatos de Lula]. Mas a gente já não está mais naquele momento histórico, as pessoas não estão mais naquele momento do que foi o primeiro governo Lula, então as coisas não podem ser iguais. Mas eu acho que por não poder ser igual,

as estratégias tinham que ser diferentes, mas não estão conseguindo agir diferente (**Karina**).

Outro docente, o Renato, expôs que se mantém crítico às questões que lhe são impostas por quaisquer governo, independentemente de sua identificação política:

Eu tenho percepções interessantes e sempre críticas acerca dos governos, de todos eles. Mesmo os governos de esquerda, pelos quais eu tenho um pouco de simpatia, normalmente, eu acabo tendo percepções críticas (**Renato**).

A criticidade explicitada pelo entrevistado e demonstrada no relato de Karina aproxima-se da dimensão política da competência em informação que se pauta pela formação de uma sociedade democrática e essencialmente crítica “[...] em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de determinar o curso de suas vidas” (Vitorino; Piantola, 2011, p. 108).

A competência em informação pressupõe reflexão crítica “[...] sobre os interesses que orientam a prática, as intenções que a movem, o destino que terão as ações, no contexto amplo da sociedade” (Vitorino; Piantola, 2020, p. 38). Acredita-se que o desenvolvimento da competência em informação contribui para a tomada de decisão no que se refere ao âmbito pessoal e coletivo, contribuindo para a adoção de uma postura ética e cidadã. A próxima subseção apresenta as influências de grupos sociais como família, instituições religiosas e universidades na construção da ideia sobre política dos docentes.

7.2.2 Influências na construção da ideia sobre política

Após discorrerem sobre as lembranças e percepções acerca dos governos passados e do atual (Lula 2023-2026), os docentes foram questionados sobre a possível influência de diversos grupos sociais como suas famílias, a universidade e os ambientes religiosos na construção de suas ideias sobre política.

Verificou-se que os docentes atribuem, majoritariamente, à formação acadêmica as influências que receberam acerca da política. As universidades foram apontadas como espaços de discussão, de leitura e de conversas com outros professores e membros da comunidade acadêmica, propiciando diversos debates e a problematização de questões sensíveis à sociedade. Compreende-se a

universidade como espaço democrático que impulsiona a participação de sujeitos com características distintas (Dias, 2000) que possibilita a construção de conhecimentos plurais e a realização de projetos que visam atender a diferentes comunidades.

Os ambientes familiares e religiosos também foram citados por alguns docentes a partir de diferentes níveis de influência. A Figura 4 apresenta a influência dos grupos citados conforme a percepção dos docentes.

Figura 4: Grupos sociais que influenciaram os docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação na construção das ideias sobre política

AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	CONTEXTO FAMILIAR	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
- Discussões em sala de aula; - Leitura de textos sugeridos por professores e outros discentes; - Debates informais em outros ambientes da universidade; - Conversas com colegas da universidade fora deste ambiente (em bares, lanchonetes, etc.).	- Ensinaamentos transmitidos entre familiares (conversas); - Exemplos fornecidos pelos responsáveis durante a infância/adolescência (em quem votar; questões sobre sindicatos, etc.).	- Contraposição aos dogmas e aos padrões incentivados por algumas instituições religiosas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O ambiente universitário foi mencionado por todos os docentes. Neste espaço, desdobram-se diversos movimentos, organizações e grupos sociopolíticos com vistas à discussão sobre os desafios sociais e as possíveis formas de intervenção em diferentes realidades sociopolíticas (como o movimento estudantil, por exemplo). Para além dos momentos em sala de aula, a atmosfera universitária foi abordada pelos entrevistados como fundamental para o desenvolvimento crítico. Já com relação à família e às instituições religiosas, poucos foram os relatos de influência significativa. Renato discorre sobre os níveis de influência de cada contexto em sua percepção sobre política:

A universidade, sim, sobretudo em função de uma presença no movimento estudantil. [...] Os alunos de história têm uma tradição de mais, digamos assim, militância, de uma análise mais crítica da realidade. Então, a universidade, sim. Nem tanto pela formação, mas pelo ambiente, pela conexão com a política estudantil. A formação de história, sim. E a formação em CI um pouco, mestrado e doutorado. Mas a gente acaba aprofundando em outras temáticas e não tem muito isso. [...] Acho que foi principalmente a

minha participação no movimento estudantil, e um pouquinho antes disso, uma participação em grupos da Igreja Católica. A gente era orientado por freiras muito conservadoras, a gente respirava os hábitos da teologia da libertação. Então, a gente vivia batendo de frente com a freira [risos] e isso acho que ajudou um pouco também (**Renato**).

O relato de Renato corrobora com as concepções de Dias (2000) que expõe que as instituições de ensino são espaços que propiciam a construção de valores, normas e comportamentos onde os sujeitos interiorizam esses elementos e fazem as suas escolhas pessoais e os seus juízos sobre o mundo. Conforme a autora, geralmente, os sujeitos passam mais tempo nos espaços de estudo e ensino do que em seus próprios lares, fazendo com que escolas e universidades se tornem ambientes de intensas trocas e aprendizados não somente sobre conteúdos técnicos, mas sobre diversos assuntos, incluindo a política.

Com relação às instituições religiosas, no caso do docente Renato, a igreja que ele frequentava serviu como elemento propulsor da reflexividade, visto que não concordava com as teorias apresentadas pelas freiras na juventude. Neste caso, o ambiente religioso serviu como um local de contraposição constante de ideias. O comportamento questionador observado na fala do entrevistado é apresentado por Giddens (2005) como uma característica da modernidade tardia.

Conforme o autor, o racionalismo, ou seja, a busca pelo conhecimento por meio da razão, passou a dominar em muitos aspectos da vida dos sujeitos, inclusive o religioso. Contudo, “[...] sempre haverá reações contrárias à ciência e ao pensamento racionalista diante de seu silêncio em relação a questões fundamentais, como o sentido e o propósito da vida” (Giddens, 2005, p. 426). Esses temas, na visão do autor, sempre estiveram no centro das questões propostas pela religião, alimentando a noção de fé que seria a “transição emocional para a crença”.

Outro entrevistado, o Maicon, acredita que sua família não tenha influenciado suas opiniões sobre política. Ele relata que, durante sua formação acadêmica, seus professores também não se manifestavam politicamente durante as aulas, mas falavam sobre política em outros ambientes como bares frequentados pela comunidade acadêmica:

Agora, na universidade, no período em que eu fiz a formação, os professores não... Eles eram mais ressabiados, talvez esse seja o termo, ou mais neutros na expressão, embora a gente saiba que ninguém é neutro. Mas na hora de se posicionar lá na frente, dando aula, você não tinha como aferir muita coisa. [...] Lendo, conversa de bar, que daí é o momento que os professores acabam falando um pouco mais, ou um café, algo assim, eles

se posicionavam mais fora da sala de aula. Era assim. Agora não. Eu acho que o contexto demanda que a gente se posicione mais claramente. Tanto que nessa disciplina [que ministra no PPGCI], no primeiro dia de aula eu apresento o plano de ensino, eu falo: 'olha gente, o meu posicionamento é esse. Nós temos posicionamentos diferenciados provavelmente nessa sala de aula e a gente vai ter que conduzir uma aula sadia até julho, respeitando as diversidades e, a partir disso, tendo diálogo'. E sempre funcionou super bem (**Maicon**).

Quando Maicon expõe a questão da “neutralidade” no ambiente universitário, emerge o debate sobre os limites com relação à exposição de opiniões políticas pelos docentes inseridos nas universidades públicas. Destaca-se que são diversos os posicionamentos sobre “ideologização no ensino” suscitando reflexões sobre qual deve ser a postura dos professores na sala de aula diante de assuntos políticos. Henriques (2021, p. 11) afirma que a concepção de neutralidade da educação se alicerça numa perspectiva acrítica que “[...] apresenta as verdades do mundo como questões naturais, inspirando o conformismo e a aceitação do *status quo* [...]”, gerando relações de dominação e múltiplas violências. Por outro lado, assumir determinadas pautas é atuar em prol da identificação de gargalos sociais e da construção de conhecimento, considerando-se as diversas facetas da realidade.

Ressalta-se que a ideia de “não neutralidade” no contexto de ensino-aprendizagem não se refere à imposição aos sujeitos sobre o que fazer ou em que candidatos votar, por exemplo, visto que esse tipo de atitude esbarra em princípios éticos instituídos pelas próprias instituições de ensino. Mas, relaciona-se ao entendimento de que todo sujeito é constituído por valores e concepções de mundo, atuando a partir de “[...] materializadas bases ideológicas que o atravessam e às quais responde, dialogicamente, em concordância e/ou em dissonância, mas nunca alheio a elas” (Henriques, 2021, p. 14).

Souza (2015) produziu uma dissertação sobre o posicionamento político de professores relacionando-o com a cidadania. A autora destaca o compromisso político da atuação docente que se refere à promoção da autonomia moral e intelectual, da formação de valores ético-profissionais e do estímulo ao pensamento crítico para que os sujeitos tenham consciência de sua responsabilidade com relação ao desenvolvimento da comunidade. Neste sentido, nota-se que a própria atuação docente é um ato político (Libâneo, 2013) e indissociável das ideologias que formam os sujeitos que compõem o ambiente de ensino.

A entrevistada Karina atribui a principal influência à família, sobretudo ao pai que era membro de um sindicato composto por trabalhadores da área da metalurgia. Já Carmen demonstra que suas ideias se formaram a partir de várias experiências, inclusive no convívio com familiares:

Eu acho que a gente é fruto do meio. Mas, a gente também se molda a partir de decisões internas, daquilo que a gente tem. Eu acho que é extremamente a partir daquilo que a gente faz, daquilo que a gente lê, mas acho que a família tem muita, muita, muita pressão nisso. Eu sou filha de um metalúrgico que vem de um sindicato. Apesar de meu pai não ser uma pessoa muito atuante, ele é uma pessoa que é influenciada pelo sindicato. Então, a única coisa que eu aprendi, uma das primeiras coisas que eu perguntei pro meu pai, é: 'pai, em quem você vai votar nessa eleição?'. 'Ah, eu só vou lá e escrevo 13' [*sorriso*]. Era isso que ele me explicava. Eu me lembro de ir com ele no sindicato quando eu era pequena e eu me lembro do Lula batendo na minha cabeça quando eu era pequenininha [*risos*]. Então, eu cresci nessa questão de sindicato do metalúrgico. Até hoje, qual é um dos passeios de fim de semana da minha família? É ir no sindicato. Uma das frustrações era onde a gente iria morar e a gente não conseguiu ter casa num condomínio de sindicato. Era o sonho ter a casa lá. Onde a gente iria passar as férias? Na colônia de férias do sindicato. Então, não tem como não ser diferente. O presente de fim de ano da firma era o presente do sindicato. O meu pai começou a trabalhar muito cedo, eu cresci e todos os amigos dele, os filhos dos amigos eram as crianças do sindicato. Então, pra mim, foi muito presente isso (**Karina**).

[...] Na família, em comentários do dia a dia, em conversas... Não necessariamente que a gente concordasse mas, enfim, essas discussões sempre ajudam na construção ou na reafirmação daquilo que a gente pensa positiva ou negativamente em relação às questões políticas (**Carmen**).

A família pode ser caracterizada como o grupo social que estimula a geração do *habitus* primário, fomentando a estruturação de inferências e a formação de valores individuais e grupais (Bourdieu, 1996). No relato de Karina, visualiza-se o acúmulo de experiências de vida e de aprendizagem relacionadas ao âmbito político por meio da participação de seu pai em um sindicato, contribuindo para que fizesse determinadas escolhas ideológicas e políticas ao longo da vida, pautando-se pelo exemplo do pai.

Os diálogos no ambiente familiar podem ter influência direta na construção do “*habitus* político”, ou seja, na formação de percepções e ações políticas no mundo social. Contudo, na falta ou na completa ausência de diálogo familiar sobre essas questões, os sujeitos são influenciados, majoritariamente, por outros grupos sociais:

Eu acho que, do ponto de vista de concepção política, de compreensão da realidade política, de compreensão do contexto político e do contexto histórico, acho que sempre estive um pouquinho à frente da minha família, sendo um pouco acompanhado por um ou dois membros da minha família.

Mas, no geral, acho que a família não influenciou tanto assim positivamente (Renato).

Depreende-se que a família pode influenciar a formação de percepções e ações políticas no mundo social quando há diálogo ou exemplos próximos. Ao contrário, quando não há reflexividade sobre assuntos políticos, outras instituições tendem a preencher a responsabilidade de fomentar a consciência crítica sobre o assunto.

Compreende-se que a promoção de debates sobre política no cotidiano pode contribuir para a construção de práticas reflexivas internalizadas desde as primeiras interações sociais (família), perpassando por contextos subsequentes (instituições religiosas, escolarização inicial etc.), até ambientes especializados (universidades, trabalho), ambos formadores de *habitus* primário e secundário. A próxima subseção apresenta a percepção dos docentes acerca do impacto das informações falsas na decisão política dos sujeitos.

7.2.3 Desinformação e política: relações e impactos

Os docentes foram convidados a discorrer sobre a relação entre as informações falsas e a decisão política das pessoas, como: em que candidatos votar, as preferências partidárias, o modo como percebem as narrativas de determinados políticos, entre outros aspectos do contexto político.

Para responderem ao questionamento, os docentes fizeram diversas contextualizações, abordando aspectos que, na visão deles, precisam ser aprofundados para que se tenha uma dimensão de como a desinformação interfere na decisão política. O Quadro 15 apresenta uma síntese do conteúdo abordado pelos docentes por meio de três elementos: **frentes de discussão**, que são os tópicos centrais nas respostas dos entrevistados; **aspectos intermediários**, que são os desdobramentos dos tópicos centrais; e **descrição**, em que são detalhados os outros dois elementos mencionados:

Quadro 15: Contextualização para a compreensão da desinformação como elemento de interferência na decisão política dos sujeitos

Frentes de discussão	Aspectos intermediários	Descrição
		Reafirmação de crenças pessoais, desprezando-se

Sujeitos consumidores de desinformação	Questões psicológicas	a confiabilidade da informação; Ingenuidade e inocência relacionadas ao consumo de informações falsas.
	Fundamentalismos	Ideias inflexíveis sobre determinados temas, propiciando a formação de concepções “rígidas” sobre determinados assuntos como política, religião etc.
	Habilidades tecnológicas	Dificuldades com o manuseio de equipamentos eletrônicos como <i>smartphones</i> e computadores, inviabilizando processos como a checagem da informação.
	Criticidade e reflexividade	Obstáculos quanto à reflexão sobre a veracidade das informações, desdobrando-se em determinadas escolhas e posicionamentos com base em informação falsa.
Veículos de desinformação	Mídias sociais	Meios em que ocorre a produção e compartilhamento desenfreado de desinformação, em que produtores de conteúdo falso adotam estratégias específicas para distorcer, manipular, falsear e disseminar informação em grandes escalas, por vezes impulsionada pelo financiamento e monetização de conteúdos.
	Algoritmização	Uso de <i>softwares</i> e comandos virtuais específicos que podem promover os discursos de ódio, polarização política e informações falsas, sobretudo nas redes sociais.
Desinformação e suas múltiplas características	Estratégias de produção e compartilhamento	Uso distorcido de falas de autoridades, imagens e <i>layouts</i> com cores vibrantes, manchetes chamativas, entre outras estratégias que buscam fazer com que os sujeitos credibilizem informações falsas ou distorcidas e compartilhem em grupos de redes sociais digitais

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os docentes abordaram aspectos relacionados às pessoas que consomem desinformação, ou seja, os sujeitos que se apropriam de informações descontextualizadas, distorcidas ou completamente falsas. Destacam-se quatro aspectos intermediários: as **questões psicológicas**, que estão relacionadas à ingenuidade e inocência dos sujeitos:

Eu gosto de pensar que a gente sempre precisa considerar um grau de ingenuidade combinada com inocência em consumidores de desinformação. Eu acho que isso é uma coisa que é possível considerar na análise da conduta e das escolhas de certas pessoas associadas a pouco estudo, um padrão baixo de leitura, um padrão baixo de informação correta. Mas, essa inocência desaparece conforme a gente se afasta do consumo e começa a pensar na produção desses conteúdos, onde não há inocência nenhuma, onde há má fé e há financiamento (**Renato**).

Além disso, as questões psicológicas relacionam-se à reafirmação de crenças pessoais, independente da verificabilidade do “corpus” de informação que compõe a estrutura da crença. Neste sentido, o consumo de informações falsas é impulsionado, em grande parte, pela busca e pela apropriação de informação restrita, alinhada com suas próprias opiniões políticas, desconsiderando-se informações verificáveis e fidedignas (Tucker *et al.*, 2018). Wardle (2017, sem paginação, tradução nossa) corrobora com essa percepção quando diz que “[...] é muito menos provável que critiquemos informações que apoiem nossas crenças existentes. E, à medida que a sobrecarga de informações esgota nossos cérebros, ficamos muito mais fáceis de influenciar”.

Além destes aspectos, os **fundamentalismos** também foram abordados como elementos de contextualização a respeito da influência das informações falsas na decisão política dos sujeitos. A partir de ideias rígidas e, por vezes, extremistas acerca de diversos assuntos (política, religião, família etc.) geram-se discursos de ódio e polarização política, sendo que a desinformação pode ser a causa e/ou o efeito.

Mas aí, quando ela [a desinformação] chega lá, ela vai sendo plantada em terrenos, às vezes, que não têm condição de fazer a crítica daquilo que está recebendo. E são terrenos, digamos assim, adubados às vezes por uma religiosidade meio fundamentalista. E aí eu acho que esse terreno, ao receber esta informação, que se utiliza desses elementos de crença, de fé, de religiosidade, que se constrói utilizando essas referências, ela tem muito êxito (**Renato**).

Compreende-se que o desenvolvimento da competência em informação, especialmente com relação à dimensão estética, pode atenuar os fundamentalismos, visto que considera a maneira única dos sujeitos de lidar com informação (experiência interior) e os modos de expressá-la e agir sobre ela em contexto coletivo, prezando-se pelo bem-estar social (Vitorino; Paintola, 2020).

As **habilidades tecnológicas** também foram mencionadas e, inclusive, correlacionadas com os fundamentalismos, destacando-se as pessoas que não têm acesso aos equipamentos eletrônicos ou que não nasceram na “era da internet”. Estes aspectos relacionam-se à dimensão técnica da competência em informação a qual está relacionada com as habilidades práticas como buscar e avaliar as informações, podendo ocorrer por meio do uso de *softwares* e outros equipamentos tecnológicos (Vitorino; Piantola, 2011). Não obstante, os docentes mencionaram

questões sobre **críticidade e reflexividade**, discorrendo sobre os desafios quanto à promoção da consciência crítica e reflexiva dos sujeitos.

Por exemplo, eu tô no grupo do *WhatsApp* das minhas tias. Todas '70 mais'. Você não tem ideia, é uma experiência antropológica. Dá para fazer uma etnografia dessa experiência, sério [risos]. [...] Não quero ser etarista e fazer somente esse recorte de idade porque não dá, mas sim... Acho que os '60 +' que passaram por esse processo de se inserir num ambiente digital tem uma lacuna de competências e de habilidades aí, um déficit nessas habilidades para lidar com esses recursos tecnológicos de checagem até o senso crítico mesmo (**Jordana**).

Jordana apresenta uma realidade complexa em que os sujeitos, neste caso os idosos, sentem-se pertencentes à sociedade ao utilizar as tecnologias no cotidiano através de grupos no aplicativo *WhatsApp*, por exemplo. Contudo, a aproximação com equipamentos e *softwares* pode conter diversos obstáculos de ordem técnica (habilidades de uso) e críticas (dificuldades de checagem e falta de criticidade no processo de apropriação das informações).

Além de discorrerem sobre o perfil dos sujeitos consumidores de desinformação, os docentes também mencionaram os veículos que intermediam a produção e propagação das informações falsas. As **mídias sociais** foram citadas como espaços propícios e “livres” para a produção, uso e compartilhamento da informação que, por vezes, são lotadas de ruídos e distorções da realidade. Já a **algoritmização** foi mencionada como elemento propulsor de discursos de ódio, polarização política e disseminação de *fake news* (algumas possuem mais engajamento do que notícias verdadeiras).

Porque a fonte das informações das pessoas são as redes sociais e tem muitos ruídos, muitas distorções. Então, essas informações fluindo muito livremente, sim, acho que têm grande influência nas decisões políticas das pessoas. Porque as pessoas não estão, querendo ou não, você percebe que as pessoas não checam e compartilham (**Bruna**).

Wardle (2017) afirma que a produção e divulgação coordenada de desinformação (por vezes engendrada pela algoritmização) enganam o cérebro que, por sua vez, exaure-se, fazendo com que os sujeitos procurem atalhos psicológicos a fim de promover a validação do grande volume de informações disponíveis na internet. “Quando vemos várias mensagens sobre o mesmo assunto, nossos cérebros usam isso como um atalho para a credibilidade. Deve ser verdade, dizemos

– já vi essa mesma afirmação várias vezes hoje” (Wardle, 2017, sem paginação, tradução nossa).

Além dos aspectos relacionados aos sujeitos e aos veículos de desinformação, os docentes abordaram questões sobre as múltiplas características das informações falsas de forma a contribuir com a visualização de um panorama sobre como elas afetam as decisões políticas. Eles mencionaram as **estratégias de produção e compartilhamento** utilizadas por disseminadores de desinformação para convencer e/ou influenciar opiniões sobre diversos assuntos, sobretudo a política. Ressaltam-se as estratégias linguísticas como uso de termos específicos e suficientemente chamativos e visuais, como a utilização de cores vibrantes. A intensidade com que os agentes propagadores se mobilizam para disseminar conteúdos falsos também foi mencionada:

A gente sabe que tem uma fábrica. Uma grande indústria de desinformação nos nossos bastidores agindo aí *full time*. A gente está aqui a passos de tartaruga pensando em formas de mitigar esses processos, só que nos bastidores os caras estão numa indústria trabalhando 24 horas por dia e em momento nenhum parou de produzir desinformação. E é assim o que eu penso. Nessa indústria de desinformação, a disseminação desse produto se dá por meio, principalmente, das redes sociais. Estão aí no *WhatsApp* coisas que são requeentadas, que eu acho que é tudo estratégia. Do nada saem umas coisas requeentadas. Tipo, agora tava rolando uma [notícia] de vacina de H1N1 requeentada de 2009. Então assim, do nada, brotam umas pérolas que você fala: “cara, a gente já não resolveu isso?”, mas vem do nada (**Jordana**).

A utilização de informações desatualizadas como se fossem fatos novos, como relatado por Jordana, exemplifica a ideia de “contexto falso”, discutida pela Unesco (2019). Conforme a organização, o contexto falso refere-se à utilização de conteúdos fidedignos fora do contexto original, numa espécie de “reciclagem da informação”. Esse e outros artifícios são amplamente utilizados para que a desinformação ganhe destaque e engajamento nas redes sociais.

A contextualização apresentada pelos docentes permitiu a compreensão de desdobramentos relacionados às **escolhas e aos posicionamentos políticos adotados a partir da apropriação de informações falsas**, propiciando a visualização de três níveis de influência da desinformação na decisão política dos sujeitos (micro, intermediário e macro) que se interrelacionam diretamente. A Figura 5 apresenta os níveis identificados.

Figura 5: Níveis de influência da desinformação na decisão política dos sujeitos



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O “nível micro” relaciona-se às escolhas relacionadas às decisões pessoais, bem como às questões que permeiam o ambiente familiar e/ou de relações sociais mais próximas e íntimas. A partir da apropriação de informações distorcidas, manipuladas ou totalmente falsas, os sujeitos podem construir, internalizar e reafirmar opiniões equivocadas ou crenças marcadas por preconceitos e extremismos, culminando em decisões pessoais prejudiciais como, por exemplo, optar por não se vacinar diante de uma pandemia.

Já o “nível intermediário” diz respeito aos posicionamentos e às escolhas no que se refere às relações sociais mais “alargadas”, como no ambiente profissional, universitário, social etc. As crenças e opiniões internalizadas por meio da apropriação de desinformação (no nível micro) contribuem para atitudes prejudiciais em outras esferas do convívio social (nível intermediário), sobressaindo-se a intolerância a grupos que pensam de maneira distinta e a construção de ideias coletivas equivocadas por terem sido criadas por meio da desinformação.

Por último, o “nível macro” diz respeito às decisões que afetam o coletivo mais abrangente, interferindo em questões políticas que permeiam toda a sociedade como: múltiplas violências, incluindo discursos de ódio e preconceito; reforço da polarização política; ações antidemocráticas por motivo de não aceitação de

processos democráticos; crises e/ou piora de situações de crise por meio do amplo compartilhamento de informações falsas sobre determinados acontecimentos políticos.

Cabe ressaltar que os níveis de influência da desinformação na decisão política mencionados pelos docentes estão amplamente interligados, visto que as escolhas de âmbito pessoal podem interferir em âmbito coletivo. Aranha e Martins (2009, p. 267) afirmam que a política se refere às relações de poder, sendo que o poder é “[...] a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos”. Dessa forma, as decisões pessoais podem ser compreendidas como políticas, uma vez que podem produzir efeitos sobre o próprio sujeito e o mundo social.

Quando um indivíduo, apropriando-se de informações falsas, escolhe determinados representantes políticos, dissemina determinados discursos desconexos da realidade ou quando realiza certas ações no campo social, impacta a si mesmo e à comunidade em que está inserido. Portanto, compreende-se que a desinformação influencia nas decisões, nas ações e nas percepções dos sujeitos em diferentes contextos e níveis contribuindo para a perpetuação de falsos consensos que, mesmo com a apresentação de provas e fatos opostos, são amplamente disseminados e apropriados.

Além dos níveis de influência mencionados, os docentes apresentaram ideias sobre como evitar os impactos negativos da apropriação de informações falsas. O Quadro 16 apresenta as formas de controle citadas.

Quadro 16: Indicações sobre como controlar a desinformação

Frente de discussão	Aspectos intermediários	Descrição
Controle da desinformação	Interesse pessoal	Desenvolvimento de interesse próprio em checar as informações, descartando-se conteúdos que não são verificáveis.
	Competência em informação	Construção de habilidades técnicas e críticas para a produção, apropriação, checagem e compartilhamento da informação, identificando-se vieses e perspectivas contidas nas informações disponíveis na internet.
	Regulamentação	Estudos e aprimoramentos contínuos para a implementação de uma regulamentação das plataformas/mídias, atribuindo responsabilidade pela produção e disseminação de informações falsas e seus impactos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O **interesse pessoal** em checar as informações foi mencionado como fator importante para que o indivíduo construa opiniões baseadas em informações verificáveis. Acredita-se que esse interesse pode ser o fator propulsor para uma postura crítica diante do grande volume de informações existentes:

Quem tem o interesse, vai conferir. Quem não tem, vai aceitar aquilo enquanto a sua verdade e vai só reafirmar aquele seu ponto de vista. (Karina).

Conforme Fagundes *et al.* (2021), a demonstração de que uma informação é falsa a partir de contestação por meio de evidências pode não ser suficiente, visto que os sujeitos podem ter “[...] dificuldades em atualizar sua opinião à luz dos fatos em um contexto de fortes convicções, de polarização, de diminuição da confiança nas instituições ou de conflitos políticos e embates morais atravessados por questões tecnocientíficas”. Portanto, a internalização do interesse e a busca constante por uma postura reflexiva foram apontadas como pontos de partida para minimizar o consumo e os efeitos da desinformação.

Acredita-se que o interesse pessoal se relaciona à motivação apresentada por Vitorino e Lucca (2020) como elemento constituinte da dimensão estética da competência em informação. Conforme as autoras, a dimensão estética não se restringe à “apreensão da realidade exterior e interior, mas diz respeito também à racionalidade e à força da reflexão, sem as quais o homem não adquire consciência do que se passa em si” (Vitorino; Lucca, p. 58).

Os docentes também se referiram ao desenvolvimento da **competência em informação** como elemento indispensável aos sujeitos. Tendo em vista que a informação falsa pode ter um impacto maior que a verdadeira, desenvolver habilidades críticas torna-se fundamental para o bem-estar social. Conforme Zattar (2017, p. 291), as práticas informacionais devem integrar-se a um contexto de aprendizado contínuo e requerem “[...] atitudes de competência em informação para o desenvolvimento de habilidades que possibilitem a compreensão dos critérios de avaliação de fontes de informação disponíveis na internet/web”.

Um dos docentes, Renato, compreende que a desinformação pode ser considerada como uma doença social e a competência em informação pode ser uma vacina eficaz:

Eu estou trabalhando com a ideia de que competência em informação tem essa potência, tem essa potencialidade. Competência em informação tem essa potencialidade de imunizar um pouco as pessoas, de modo que elas não sucumbam. E assim, um pouco como as vacinas mesmo, elas [as pessoas] podem até ser afetadas, mas esse afetamento não é fatal. A consequência não é tão grave (**Renato**).

Bezerra e Brisola (2018) também trazem uma analogia parecida em que a desinformação seria a “mãe fortalecida”, as *fakes news* seriam os “filhotes bem alimentados” e a competência em informação seria o “remédio contraceptivo”. Na concepção dos autores, o senso de dúvida despertado pelo pensamento crítico possibilita a geração de desconfiança quanto à veracidade das informações. “Essa simples desconfiança, mesmo que sem tempo hábil de analisar todo o volume de informação recebida, já pode frear substancialmente a proliferação das *fake news* e colocar em xeque o montante de desinformação a que estamos sujeitos” (Bezerra; Brisola, 2018, p. 3329).

Por último, os docentes apontaram a **regulamentação** das plataformas de mídia como um ponto a ser continuamente discutido e aprimorado para que se imponham limites quanto à produção de conteúdos na internet, responsabilizando-se os agentes propagadores de desinformação. Cabe salientar que ainda não há um consenso jurídico entre as sociedades democráticas quanto a esse tipo de regulamentação e os países adotam formas de responsabilização distintas. Além disso, há que se considerar as dificuldades teórico-conceituais acerca dos limites entre liberdade de expressão, opinião e desinformação.

Diante destes fatores, a Unesco (2019) adverte sobre a censura e o autoritarismo que podem ocorrer por meio de uma regulamentação realizada sem o devido amparo de estudos aprofundados. Neste caso, líderes autoritários poderiam utilizar aspectos da regulamentação para determinar o que é verdadeiro ou falso, utilizando-se da informação e da desinformação como elementos propulsores do seu próprio governo, sem prestar cobertura crítica de seu desempenho. Por outro lado, a ausência de regulamentação fornece a estrutura ideal para a produção de desinformação em grandes escalas, sem que os sujeitos sejam responsabilizados pelos conteúdos ou por seus efeitos negativos.

Acredita-se que os três elementos (interesse pessoal, desenvolvimento da competência em informação e regulamentação) podem contribuir significativamente para a construção de uma sociedade pautada por princípios éticos e morais,

fortalecendo a democracia e permitindo a construção de debates saudáveis acerca dos aspectos políticos.

A próxima subseção apresenta a análise sobre o uso e a disseminação da informação sobre política, a partir de aspectos referentes à atuação dos docentes com relação às informações falsas disponíveis na internet.

7.2.4 Uso e disseminação da informação sobre política

Primeiramente, buscou-se identificar para quais finalidades os docentes utilizam informações sobre política no cotidiano. De acordo com Araújo (2017), a análise do uso da informação nos estudos de práticas informacionais ultrapassa uma abordagem meramente mecânica. Nessa perspectiva, os processos informacionais (busca, apropriação, avaliação, compartilhamento etc.) não são elementos estritamente influenciados por elementos estruturantes da realidade social, mas são dialogicamente constituintes dessas estruturas (Araújo, 2017).

As respostas dos docentes revelaram que existem dois motivos principais para utilizarem informação sobre política: para se manterem informados/atualizados sobre acontecimentos políticos; e para utilizarem como recursos didáticos em aulas sobre competência em informação e/ou desinformação. A Figura 6 apresenta o uso da informação sobre política.

Figura 6: Uso da informação sobre política pelos docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

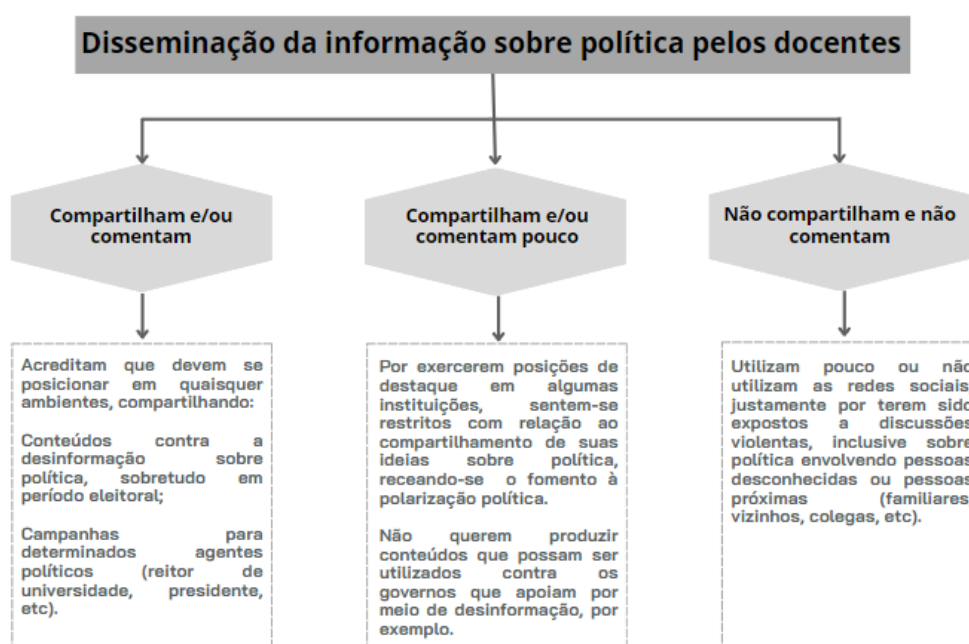
Observou-se que os docentes demonstram interesse em informações sobre políticas públicas especialmente relacionadas à educação, visto que elas delineiam, em grande parte, os aspectos profissionais dos entrevistados. Este tipo de informação está amplamente relacionado ao fazer docente:

A gente procura acompanhar, por exemplo, informações políticas na área de educação. Enfim, outros acontecimentos políticos nacionais para acompanhar os acontecimentos do país e, às vezes, fora do país também. Mas, pensando mais no lado profissional e no lado da universidade, mais informações sobre políticas públicas voltadas para a questão do ensino e sobre tecnologias, particularmente (**Carmen**).

Compreende-se que as informações sobre as políticas educacionais contribuem para a manutenção e formação do capital social e cultural dos entrevistados, juntamente com a educação formal e informal, as experiências profissionais pelas quais passaram, os recursos culturais aos quais tiveram acesso, entre outros elementos da trajetória de vida.

Os docentes também foram indagados sobre a disseminação da informação sobre política por meio de postagens e/ou comentários em publicações em redes sociais. Verificaram-se diferentes posicionamentos. Alguns relataram que compartilham e comentam (em graus distintos de habitualidade) e outros não. A Figura 7 explicita essas relações.

Figura 7: Disseminação da informação sobre política por meio de publicações e/ou comentários nas redes sociais dos docentes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os docentes que compartilham e/ou comentam em publicações sobre política disseram que o fazem por acreditarem que precisam se posicionar politicamente, seja com relação aos representantes das instituições públicas em que atuam ou aos agentes políticos do contexto governamental.

Alguns docentes relataram que compartilham e/ou comentam pouco, uma vez que ocupam posições de destaque em entidades acadêmicas ou profissionais. Eles demonstraram que se preocupam com o teor dos conteúdos a serem compartilhados, já que têm consciência de que podem exercer influência significativa sobre outras pessoas. Além disso, sentem-se restritos em exporem suas opiniões políticas por receio de fomentar a polarização, mesmo que de forma não proposital.

Compreende-se que a polarização pode ter um viés afetivo. A polarização política afetiva refere-se a uma dualidade em que os sujeitos se relacionam de maneira hostil com grupos políticos que possuem ideologias diferentes. Gloria Filho e Modesto (2023) afirmam que o posicionamento político está intimamente atrelado à construção das identidades, fomentando a sensação de pertença ou aversão a determinados grupos sociais. Os autores afirmam que a crença no pertencimento a um grupo pode ser suficiente para acionar a hostilidade em relação ao grupo a que não se pertence. Essa hostilidade pode gerar comparações como “melhor/pior”, sendo que o “oponente” é visto como pior, mantendo-se a ideia de que o grupo do qual se faz parte é superior.

Os docentes que não compartilham e não comentam questões relacionadas à política nas redes sociais disseram que não o fazem por terem sido expostos à hostilidade causada pela polarização política afetiva. Alguns deles excluíram suas contas nas redes sociais e deixaram de se comunicar com familiares próximos e com colegas de trabalho ou estudo por causa de opiniões divergentes/desrespeitosas sobre política.

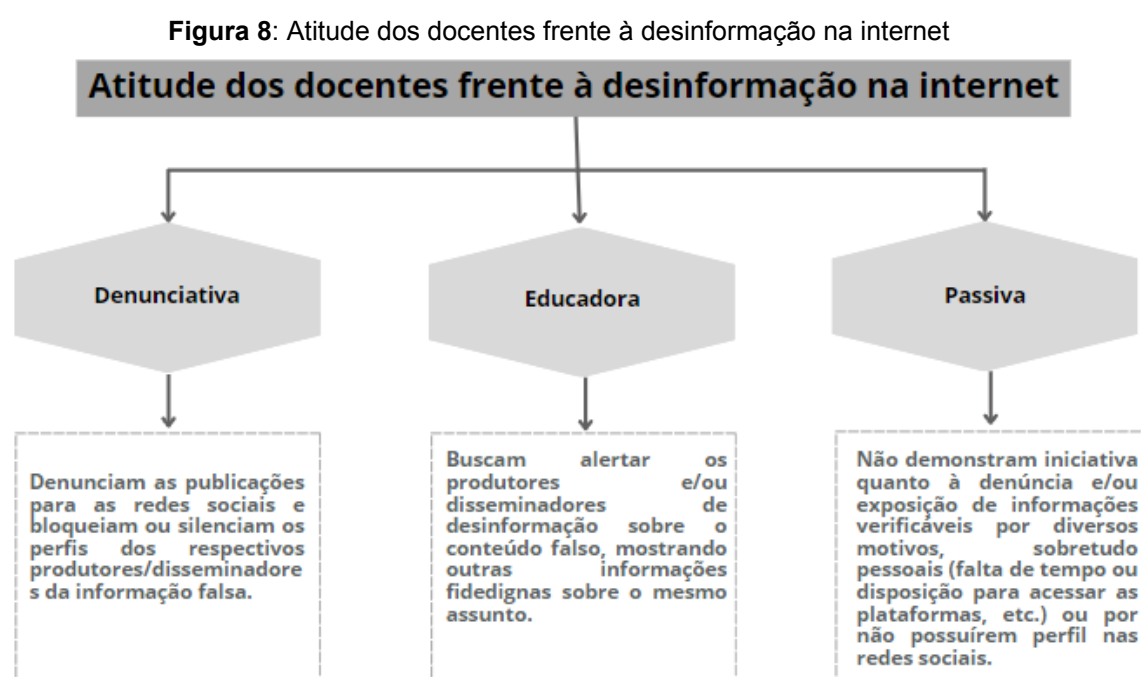
A docente Jordana, por exemplo, relata que seu irmão era favorável às concepções do ex-presidente Jair Bolsonaro. Durante a pandemia de Covid-19, o irmão de Jordana replicou as ações do referido presidente e não quis se vacinar, incentivando os pais idosos a não se vacinarem. Por outro lado, Jordana (como defensora da vacinação e crítica às atitudes de Bolsonaro), não aceitava o posicionamento do irmão. Este contexto fez com que os irmãos parassem de se comunicar, criando um período de distanciamento familiar. A docente relata que:

[...] em 2018, a gente quebrou muito o pau. 2018, 2019, era muita briga. Não queria conversar, não queria olhar na cara dele, ele me ofendeu... Eu não queria contato com ele. Aí ele me tirou os meus sobrinhos, eu não tinha acesso às crianças, e aí pegou o meu ponto fraco, né? E aí voltei a me relacionar com ele por conta das crianças e por conta dos meus pais... Enfim, hoje em dia, eu tiro mais sarro dele. Hoje a gente é oposição (Jordana).

Acredita-se que o estímulo à competitividade impulsionada pela polarização pode culminar em xingamentos e difamações, sobressai a exposição dos sujeitos a discursos políticos agressivos, motivando o radicalismo em relação a grupos “oponentes” (Gloria Filho; Modesto, 2023). A próxima subseção discorre sobre a atuação dos docentes com relação à desinformação em ambiente virtual.

7.2.5 Atuação dos docentes contra a desinformação em ambiente virtual

Além do uso e da disseminação da informação sobre política, os docentes foram questionados sobre como agem quando percebem que um indivíduo ou página na internet estão propagando informações falsas sobre política. Identificou-se que eles adotam três atitudes distintas, a saber: denunciativa, educadora e “passiva”. A Figura 8 apresenta alguns aspectos dessas atitudes.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com relação à **atitude denunciativa**, dois docentes afirmaram, categoricamente, que denunciam as informações falsas às plataformas que veiculam o conteúdo:

Eu acho que todo dia eu utilizo esse recurso: denunciar, denunciar. Esse é o primeiro, mas é todo dia porque eu acho que isso ajuda o algoritmo. Porque quando a gente entende como que funciona isso e que os *posts* com maior discurso de ódio engajam melhor e a gente vai lá e denuncia, e a gente vai tentando alimentar e fazer com que o algoritmo entenda que muitas denúncias estão sendo prejudiciais para a plataforma, isso ajuda a quebrar um pouco esse elo dessa corrente. Então, denúncia! Agora, se as contas com esses mesmos conteúdos vão me aparecendo muito, por saúde mental, eu silencio a conta. Esse é o segundo passo. Às vezes, fura essa bolha da saúde mental e escapa. É aquela coisa, o algoritmo funciona até entregar o ódio. Então acaba vindo outro conteúdo, aí eu bloqueio. Eu sigo isso, eu falo isso para os meus alunos, eu falo isso para a minha família porque eu me preocupo muito com a minha família que não teve formação. E eles se inseriram digitalmente muito rápido. E isso é bastante perigoso porque eles não têm conhecimento do que é um *link* confiável e o que não é (**Maicon**).

Antes de denunciar eu copio o *link* e eu mando pra todo mundo, pras pessoas denunciarem. E aí eu denuncio. É isso. Porque não adianta ficar batendo boca. Tem que agir. [...] A gente tem um grupo, um grupo no *WhatsApp* do grupo de pesquisa em que estão os meus alunos que participam do grupo, aí eu mando no grupo de pesquisa, mando para os meus amigos e falo: 'gente, bora denunciar!' Todo mundo denuncia, daí eu vou lá e denuncio também. Mas, primeiro, eu compartilho o *link* porque eu denunciar sozinha não adianta (**Jordana**).

A postura denunciativa em relação às informações falsas disponíveis na internet pode estar alinhada à noção de política-vida em que há a internalização de valores éticos, sociais e políticos que contribuem para a construção da autoidentidade, utilizando-se de conhecimentos para transformar as práticas sociais (Giddens, 2003).

Os docentes com este tipo de postura demonstram proatividade ao tomarem iniciativas concretas na tentativa de evitar que outros indivíduos se prejudiquem ao se apropriarem de informações falsas. Denunciar a desinformação não consiste somente na busca pela responsabilização dos agentes produtores e propagadores, mas também se relaciona à transformação do campo social em um espaço abastecido por responsabilidade e cidadania.

No que se refere à **atitude educadora**, quatro docentes relataram que procuram contrapor os conteúdos falsos, desmentindo-os a partir de informações corretas:

Normalmente, eu costumo até levar para a sala de aula e problematizar aquela questão. Se é com a minha família, às vezes, eu faço um *print*,

depois repasso pra eles falando que não é verdadeiro. Tenho o costume de ir na minha família, meu pai, às vezes... Já combinei com ele: 'ah, manda alguma coisa pra mim e depois eu falo se não é verdade, se não é mentira'. Então, normalmente, eles fazem isso comigo. E dependendo, se é alguma coisa que chama muita atenção, muito gritante, eu até posso fazer alguma coisa e falar assim: 'ah, não é verdade'. Normalmente, na rede social, eu não costumo ficar me manifestando (**Karina**).

A postura educadora está relacionada à ação de buscar evidências para que se comprove ou não a veracidade da informação veiculada na internet. Neste caso, os docentes tornam-se uma espécie de “agência de checagem” que auxilia familiares, amigos, colegas de trabalho etc. a verificarem a confiabilidade de determinados conteúdos. De forma geral, observou-se que a família motiva os docentes que têm uma postura denunciativa e/ou educadora quanto aos conteúdos, visto que se preocupam com a nocividade das consequências da desinformação em relação aos entes mais próximos. Grupos familiares em redes sociais, como o *Whatsapp*, foram um dos principais pontos levantados pelos docentes, uma vez que nesta plataforma circula um grande volume de informações distorcidas que podem afetar diretamente o núcleo de convivência dos entrevistados.

Para que as atitudes denunciativa e educadora sejam efetivadas é necessária a interiorização de valores e de consciência social. Logo, torna-se imprescindível que os sujeitos desenvolvam habilidades técnicas e críticas para lidar com as informações. A competência em informação é fundamental para que os sujeitos identifiquem conteúdos manipulados, distorcidos ou completamente falsos, contribuindo para a promoção de conteúdos verdadeiros que possam colaborar com o bem-estar individual e social. Compreende-se que o desenvolvimento da dimensão política da competência em informação possibilita ao sujeito “[...] compartilhar informações e experiências com pessoas da rede de convívio, além de ajudar o próximo em diferentes contextos e, assim, enriquecer sua bagagem de conhecimentos e incorporar novas experiências de vida” (Lucca; Vitorino, 2020). Dessa forma, tanto a postura denunciativa quanto a educadora exigem o desenvolvimento da competência em informação.

No que tange à **atitude passiva**, esta se refere à ausência parcial ou total de ações contra a desinformação na internet. Acredita-se que tanto a atitude educadora quanto a denunciativa refletem posicionamentos mais proativos quando comparados à atitude passiva. Uma docente informou que não se lembra de já ter realizado

alguma ação contra informações falsas na internet e acredita que informações falsas aparecem com pouca frequência em suas redes sociais:

Acho que não chega tanto até mim esse tipo de coisa, porque acho que a gente acaba sempre tendo acesso àquelas coisas que já curtimos ou já comentamos ou coisas assim. Então, dificilmente chega. Mas, eu não lembro de ter feito nada a respeito. Ou às vezes eu uso como exemplo, às vezes eu salvo e guardo e uso em alguma aula, em algum exemplo, mas não de fazer denúncia, por exemplo, não lembro de ter feito (**Carmen**).

Ressalta-se que este tipo de atitude foi denominado como “passivo” com o objetivo de explicitar a ausência de ação contra a desinformação no contexto da internet. Compreende-se que os docentes, por exercerem a função de educadores e por ministrarem disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação, estão distantes da passividade.

Mas, em ambiente *Web*, observou-se que essa postura pode ocorrer por diversos fatores como falta de tempo para acessar as plataformas ou por ausência de perfil em determinadas redes sociais. No relato de Carmen supracitado, por exemplo, é possível observar que, mesmo que não denuncie ou refute as informações falsas na internet, já utilizou informações falsas como recurso didático em sala de aula.

A próxima subseção trata das formas como os docentes abordam a desinformação e a competência em informação correlacionadas às questões políticas no contexto de suas atuações profissionais.

7.2.6 Política, desinformação e competência em informação em sala de aula

Ao final da entrevista, indagou-se aos docentes sobre o modo como eles abordam questões sobre produção, apropriação, checagem e compartilhamento de informações com os discentes, correlacionando esses processos informacionais com a política. Compreende-se que as vivências e percepções apresentadas anteriormente influenciam continuamente na construção de valores e de crenças que se desdobram em determinadas ações que repercutem no mundo social, inclusive no fazer docente.

Salienta-se que as disciplinas ministradas pelos docentes entrevistados abordam tanto a competência em informação quanto a desinformação, ainda que esta última não seja o foco da maioria das disciplinas e não esteja explicitada no

ementário disponibilizado pelos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na área de Ciência da Informação.

Notou-se que os entrevistados usam estratégias similares, pois utilizam recursos didáticos com determinados conteúdos a fim de promover a consolidação da aprendizagem dos alunos e o desenvolvimento da competência em informação deles. O Quadro 17 apresenta os recursos, os conteúdos, os objetivos de aprendizagem e as metodologias aplicadas pelos docentes.

Quadro 17: Elementos didáticos utilizados pelos docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação nos PPGCIs

Elementos didáticos	Descrição
Recursos	• Documentos norteadores (DigComp, Padrões da ACRL, etc.); • Textos sobre acontecimentos políticos, incluindo notícias verdadeiras e fake news; • Vídeos educativos; • Projetor de slides; • Quadro e pincel.
Conteúdos	• Aspectos teóricos, conceituais, metodológicos e práticos da competência em informação; • Contextualização e conceituação da desinformação; • Desenvolvimento de habilidades informacionais para prevenção da desinformação; • Bases para a aplicação da competência em informação em diversos contextos; • Modelos e padrões de competência em informação; • Competência em informação, inclusão social e cidadania; • Leitura e letramento informacional.
Objetivos de aprendizagem	• Compreender os conceitos, as estratégias e as aplicações relacionadas à competência em informação em contextos de desinformação; • Identificar informações verdadeiras, evitando-se a apropriação de conteúdos falsos ou parcialmente distorcidos; • Interpretar os múltiplos discursos sobre política, buscando a contraposição de fatos e ideias com características distintas;
Metodologias e técnicas	• Aula expositiva dialogada, fomentado-se debates e discussões sobre acontecimentos políticos e a desinformação; • Convite a alunos egressos dos cursos para conduzirem aulas em datas específicas, estimulando o protagonismo destes sujeitos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ressalta-se que o conteúdo do Quadro 17 foi elaborado com base nas falas dos docentes e no ementário das disciplinas ofertadas pelos PPGCIs. Notou-se que os principais recursos utilizados nas aulas de competência em informação são os documentos norteadores do desenvolvimento de competências como o *DigComp 2.2: The Digital Competence Framework for Citizens* voltado para a competência

digital e os padrões elaborados pela Association of College and Research Libraries (ACRL) no contexto da competência em informação. Além disso, os docentes incentivam a leitura de textos com conteúdos teóricos sobre competência em informação e desinformação, além de propor a identificação de informações falsas em publicações de redes sociais ou páginas da internet cujos conteúdos estão voltados para acontecimentos políticos recentes.

Eu costumo abordar questões que tratam sobre informação na atualidade, pedindo para que eles [os alunos] reflitam sobre informação em diferentes contextos da atualidade. Então, normalmente acabam surgindo as questões da desinformação e da política no contexto atual, e depois a gente acaba fazendo algumas interações com os alunos e trazendo até alguns colegas para discutirem com a gente em sala de aula (**Karina**).

Assim como Karina, todos os docentes entrevistados informaram que promovem ou já promoveram discussões em sala de aula a respeito de questões atuais, acontecimentos políticos ou desinformação sobre política, relatando que costumam expor *fake news* aos alunos, propondo a identificação de distorções implícitas ou explícitas nos conteúdos. Tais debates propiciam questionamentos e suscitam a reflexividade:

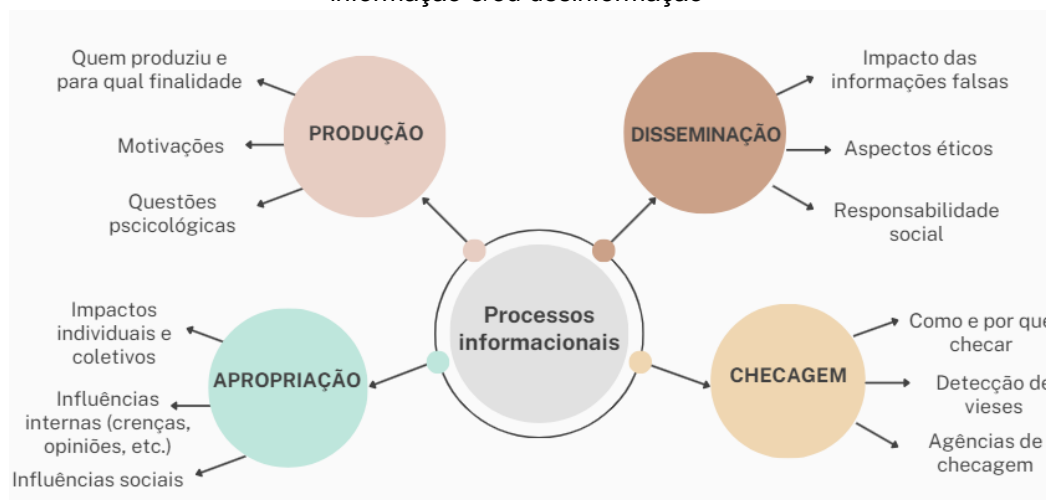
O que motiva os discursos de ódio? E aí é uma coisa bem gostosa. Eu brinco com a turma, é muito saudável discutir [risos]. A gente sai cansado [da aula], porque os textos são densos e a disciplina dura a manhã toda e ela passa voando porque é muito exemplo que a gente traz que aconteceu, às vezes, semana passada (**Maicon**).

Maicon afirma que a apresentação de exemplos cotidianos, por vezes relacionados à política, contribuem para um ambiente dinâmico de discussões durante as aulas sobre desinformação, fomentando aspectos críticos e éticos diante de situações vivenciadas no campo social. Libâneo (2013) expõe que o processo de ensino-aprendizagem na sala de aula deve ser ativo e conjunto entre alunos e professor. Assim, os debates em ambiente universitário podem ser promissores quando aliados às concepções teóricas sobre desinformação e competência em informação, visto que dão sentido prático aos conceitos abordados pelos docentes, facilitando a aprendizagem dos alunos.

Quanto ao conteúdo das disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação, alguns docentes mencionaram de forma detalhada como ocorre a apresentação teórica e prática sobre os processos informacionais (busca, uso,

disseminação da informação etc.). Outros entrevistados fizeram uma análise geral acerca dos conteúdos. A Figura 10 apresenta os processos informacionais abordados nas disciplinas, conforme relato dos docentes.

Figura 10: Processos informacionais abordados nas disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quando indagados sobre como discutem temáticas como produção, apropriação, checagem e disseminação da informação, os docentes relataram que trabalham estes conteúdos em uma perspectiva crítica, fomentando a capacidade reflexiva dos alunos. Com relação à **produção da informação**, visualizou-se que alguns docentes estimulam o pensamento crítico dos discentes em duas situações: 1) quando elaboram perguntas relacionadas ao contexto de produção de uma informação já produzida e disseminada, como: quem produziu essa informação? Qual a intencionalidade dessa informação? Qual o seu contexto de produção? O que motivou o(s) produtor(es) de determinado conteúdo? Tais questionamentos permitem a realização de debates e a construção individual e coletiva de opiniões diversas, bem como a constatação de fatos sobre diversos assuntos; 2) quando solicitam que os alunos produzam informações/opiniões sobre determinadas questões políticas, sociais, educacionais etc.

No que se refere à **apropriação da informação**, os docentes relataram que discutem alguns aspectos das influências internas e externas, além dos impactos da apropriação em âmbito pessoal e coletivo. Compreende-se que esse processo informacional está amplamente relacionado à (re)construção de perspectivas a partir de informações novas e consensos internos já existentes. Conforme Maria Júlia:

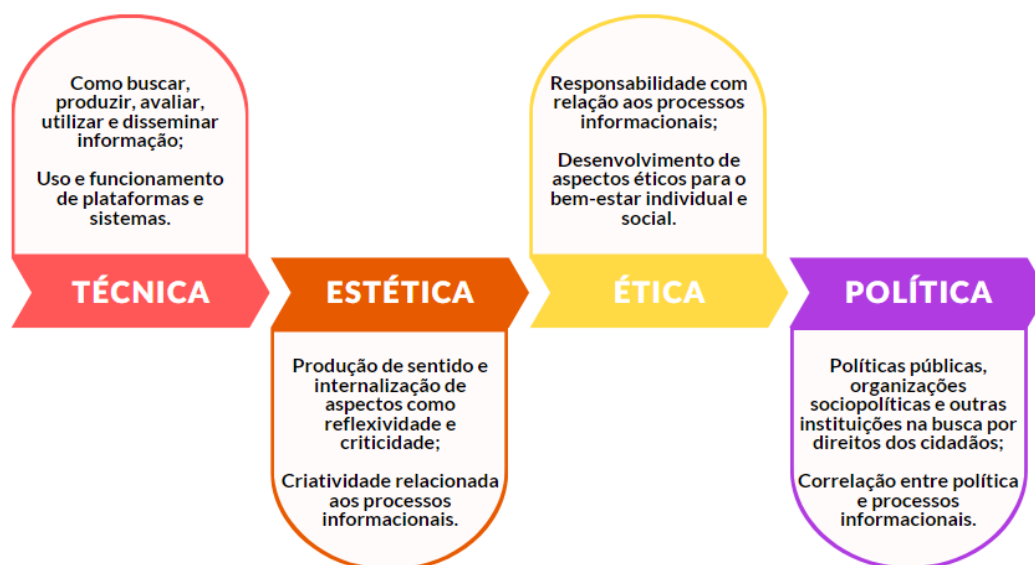
Apropriação é um conceito importante para a Ciência da Informação. Apropriação é você compreender a tal ponto que você, a partir dos seus referenciais pessoais, consegue criar algo novo. Tem muito a ver com produção, então. Mas apropriação é muito mais que compreensão, então a gente trabalha bastante isso também. Então, como é que eu interpreto [a informação]? Como é que eu uso isso a partir dos meus referenciais de vida? (**Maria Júlia**).

Já com relação à **checagem da informação**, visualizou-se que os docentes atuam numa perspectiva crítica ao proporem discussões sobre a detecção de vieses nos discursos, principalmente os veiculados em redes sociais, os quais podem culminar em desinformação. Além de abordarem questões práticas sobre checagem de informação (como checar, onde encontrar informações fidedignas etc.), alguns também apresentam as agências de checagem de fatos como ferramentas úteis na identificação de informações falsas.

Por fim, os entrevistados relataram que a **disseminação da informação** é abordada em sala de aula a partir do viés da responsabilidade social e da ética. Alguns docentes mencionaram que buscam demonstrar aos alunos como a desinformação impacta a vida dos sujeitos gerando repercussões negativas em âmbito pessoal e coletivo. Tais desdobramentos são correlacionados ao processo de disseminação da informação, promovendo reflexões sobre a importância da dimensão ética dos outros processos (produzir, apropriar e checar etc.), antes de compartilhar informação.

Ressalta-se que os processos informacionais mencionados possuem uma dimensão técnica, relacionada ao saber-fazer (saber buscar, avaliar, disseminar etc.). Contudo, os docentes discutem a competência em informação de forma holística, focando na inserção de aspectos relacionados às dimensões técnica, ética, estética e política. A Figura 11 explicita a relação entre as dimensões da competência em informação em consonância com os conteúdos abordados pelos docentes.

Figura 11: Dimensões da competência em informação em consonância com os conteúdos das disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A dimensão técnica está relacionada à ação dos sujeitos. Ela consiste em “habilidades desenvolvidas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos e está ligada à ideia de que a pessoa competente em informação é aquela capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias” (Vitorino; Lucca, 2020, p. 7). Observou-se que os docentes discutem essa dimensão com os alunos, propondo atividades práticas relacionadas aos processos informacionais:

Normalmente, nas aulas, a gente tem algum roteiro no qual a gente trabalha com isso [processos informacionais]. Normalmente, chamo algum aluno que já tenha bastante experiência para fazer alguma aula especial. Mas, a gente faz discussão a partir de algum texto específico, falando sobre como são cada um desses itens, e aí a gente fala um pouco mais sobre como tem que ser feito (**Karina**).

Já a dimensão estética está ligada à sensibilidade, à criatividade, à “capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação” (Vitorino; Lucca, 2020, p. 7). Verificou-se que os docentes fomentam o desenvolvimento da dimensão estética da competência em informação por meio da produção de sentido e da internalização da criticidade.

Ao utilizarem acontecimentos políticos cotidianos como exemplos em sala de aula, os docentes contribuem para o processo de construção de sentido que está ancorado em uma perspectiva sócio-histórica-cultural (Souza, 2019). Por meio desta dimensão, também se desenvolve a criatividade relacionada à produção e

apropriação da informação. Por meio da oportunização de discussões sobre problemas contemporâneos, compreende-se que os alunos desenvolvem a capacidade de questionar e expor opiniões sobre acontecimentos reais:

Eu lembro de uma situação de um aluno que trabalhava numa indústria e ele tava questionando uma lei trabalhista lá. Eu falei assim: “mas isso é o teu discurso ou é o discurso do teu empregador? Porque essa lei existe pra te proteger, pra que tu não tenha acidentes de trabalho. Então é importante, sim, usar os equipamentos de segurança, os EPIs e tal, sabe?” Então a gente aproveita coisas do dia a dia e coisas que surgem em sala de aula para questionar também, né? (**Maria Júlia**).

No que tange à dimensão ética da competência em informação, Vitorino e Lucca (2020, p. 7) compreendem que ela é a “base fundante da competência em informação, representa o uso responsável da informação e visa à realização do bem comum; relaciona-se, ainda, com as questões de apropriação e uso da informação”.

Então, eu acho que trabalhar com essas temáticas coloca a nossa profissão num outro patamar do ponto de vista de responsabilidade social, de responsabilidade quanto à construção da história (**Renato**).

Os docentes relataram que abordam aspectos da ética na produção, apropriação, checagem e compartilhamento da informação, demonstrando que ações opostas (antiéticas) repercutem de forma negativa em vários âmbitos da vida dos sujeitos. A desinformação é especialmente discutida quando os docentes tratam de aspectos éticos.

No que se refere à dimensão política, verificou-se que os entrevistados abordam questões relacionadas às políticas públicas e à busca por direitos individuais e coletivos:

E aí a disciplina finaliza com políticas públicas para ver o que a gente pode fazer e o que tem dentro da legislação para minimizar um pouco desse contexto. E finaliza depois com competência em informação e a proposta de algo prático também para minimizar esse contexto [de desinformação] (**Maicon**).

Vitorino e Lucca (2020, p. 07-08) afirmam que a dimensão política se relaciona à cidadania, à participação dos sujeitos “nas decisões e nas transformações referentes à vida social, e a capacidade em ver além da superfície do discurso; nesta dimensão se considera que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico”.

Acredita-se que as dimensões da competência em informação não podem ser trabalhadas de forma isolada, sendo necessário um processo holístico de interiorização, compreensão, apropriação e externalização destes elementos. Compreende-se que as dimensões da competência em informação estão intimamente relacionadas à concepção de política-vida de Giddens (2003). A política-vida aflora-se no contexto da modernidade tardia em que questões sociais:

[...] recolocam dilemas fundamentais na agenda política. Tais questões são diretamente vinculadas com decisões de vida individual e com impacto profundo nas esferas coletivas. Nunca as decisões individuais tiveram um peso tão grande nas esferas institucionais quanto agora que está ameaçada a vida da espécie. Ao mesmo tempo, só se tornarão possíveis devido à capacidade reflexiva do eu (Silva, 2013, p. 226).

Desse modo, o desenvolvimento da competência em informação pode contribuir para a internalização de valores, a capacidade técnica e crítica de discernir conteúdos falsos e verdadeiros, a identificação de discursos mal-intencionados e a compreensão dos impactos ocasionados pela desinformação. Além disso, pode auxiliar na construção de um posicionamento político ético e crítico, tanto no que se refere ao âmbito governamental quanto ao contexto cotidiano de ações realizadas pelos sujeitos.

De forma geral, os conteúdos ministrados durante as aulas de competência em informação e/ou desinformação estão amplamente relacionados à política (tanto governamental quanto no sentido de ação dos sujeitos no mundo), sendo que os docentes utilizam exemplos cotidianos e acontecimentos políticos como recursos didáticos e instrumentos de problematização da realidade a serem discutidos em conjunto com os alunos.

Acredita-se que seja necessário apresentar um panorama dos resultados obtidos na segunda macrocategoria sobre “Percepção e atuação docente no contexto de desinformação”, trazendo elementos da discussão com a literatura utilizada, conforme o Quadro 18.

Quadro 18: Síntese dos resultados obtidos na macrocategoria de percepção e atuação docente no contexto da desinformação em consonância com a literatura

Macrocategoria: Percepção e atuação docente no contexto de desinformação		
Subcategorias	Síntese dos resultados	Síntese das discussões com a literatura
	O investimento governamental	Os investimentos na área da educação podem

Percepções sobre o contexto sociopolítico	na área da educação é um fator primordial para a avaliação do desempenho dos governos. A polarização política foi apontada como um dos desafios atuais, sendo responsável por uma parte significativa da desinformação disseminada sobre política. O espaço universitário foi considerado como o que mais influenciou os docentes com relação às suas percepções políticas.	propiciar o desenvolvimento científico, social, econômico etc., contribuindo para a formação crítica dos sujeitos. A polarização política pode contribuir para a disseminação de desinformação na sociedade, fazendo com que os sujeitos atuem numa perspectiva “contra/a favor”, tornando-se inimigos a serem combatidos/eliminados (Araújo, 2020; Maar; Bachur, 2021). A competência em informação é fundamental para a construção de uma sociedade democrática (Vitorino; Piantola, 2011).
Desinformação e política	Os docentes apresentaram contextualização sobre elementos que devem ser compreendidos para que se tenha noção dos impactos da desinformação no contexto político. As frentes de discussão foram: sujeitos consumidores de desinformação, veículos de desinformação; desinformação e suas múltiplas características. Identificaram-se três níveis de impacto: micro, intermediário e macro. Três formas de controle da desinformação foram citadas: interesse pessoal; competência em informação; regulamentação das mídias sociais.	As informações falsas podem ter impacto maior do que as verdadeiras, gerando diversos problemas sociais como ações antidemocráticas, escolhas pessoais e coletivas prejudiciais, intolerância a grupos divergentes etc (Wardle, 2017; Tucker, <i>et al.</i> , 2018). Por isso, a competência em informação é fundamental para que os sujeitos adquiram habilidades técnicas e críticas de busca, avaliação, apropriação e compartilhamento de informações fidedignas sobre diversos assuntos, incluindo a política (Vitorino; Lucca, 2020).
Produção, apropriação, checagem e compartilhamento de informações sobre política	Os docentes utilizam informações sobre política para se manterem atualizados e para utilizarem como recurso didático em seus ambientes profissionais. A disseminação de informação sobre política ocorre em diferentes níveis, sendo que existem docentes mais ativos e menos ativos com relação ao compartilhamento de informações políticas. A ausência de compartilhamento de questões políticas ocorre devido à polarização política.	A polarização foi apontada como elemento motivador para que alguns docentes não compartilhem informações sobre política. A polarização política pode impedir que os sujeitos disseminem suas próprias ideias nas redes sociais. Ao contrário, quando as opiniões são expostas, os sujeitos que recebem a informação podem tornar-se mais agressivos, causando distanciamento familiar e outros problemas sociais (Glória Filho; Modesto, 2023).
Política, desinformação e competência em	Os docentes utilizam diversos recursos didáticos para ministrarem aulas sobre competência em informação e/ou desinformação. As	Incluir informações sobre política nas aulas de competência em informação e/ou desinformação pode favorecer a aprendizagem. A problematização social no contexto universitário pode propiciar reflexões,

informação em sala de aula	informações sobre política são recursos amplamente utilizados, gerando debates e reflexões em sala de aula.	gerando a participação ativa dos discentes em conjunto com os docentes (Libâneo, 2013).
----------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Acredita-se que a segunda macrocategoria, sobre “Percepção e atuação docente no contexto de desinformação”, possibilitou a identificação de diversos elementos relacionados às práticas informacionais dos docentes, incluindo aspectos objetivos (uso e compartilhamento da informação, atuação em contexto universitário etc.), bem como aspectos subjetivos (percepções e opiniões sobre o contexto político, influências externas que contribuíram para a construção de vieses políticos etc.). Entende-se que os sujeitos criam sentidos, significados e atuam como protagonistas dos acontecimentos informacionais, apropriando-se de determinadas informações em situações específicas. Esta apropriação influi na construção de cotidianos, crenças e ações no meio social (Savolainen, 2010; Berti, 2018).

Por meio de ambas as macrocategorias criadas, bem como das subcategorias, verificou-se que os docentes apresentam, majoritariamente, boas práticas com relação ao uso e compartilhamento da informação sobre política. O grupo pesquisado inclui aspectos críticos nas aulas sobre competência em informação e/ou desinformação ofertadas pelos PPGCIs, fomentando debates sobre o cenário político e os processos informacionais pautados pela ética. Depreende-se que o envolvimento político (para além do sentido governamental/partidário), a utilização de informação sobre política nas disciplinas e a inserção de conteúdos que propiciam a reflexão dos sujeitos acerca dos processos informacionais são fundamentais para a plena formação dos discentes.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação investigou as práticas informacionais de sete docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e desinformação nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil. Buscou-se evidenciar aspectos da desinformação sobre política. O foco se deu nas relações entre as práticas informacionais, as percepções sobre o cenário sociopolítico e os impactos das informações falsas no cotidiano destes sujeitos.

Tendo em vista a crescente utilização de desinformação para fins de manipulação ideológica, obtenção de recursos financeiros e fragilização de princípios democráticos, propôs-se a seguinte indagação: quais são e em que contextos se dão as práticas informacionais dos docentes de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil que ministram disciplinas relativas à desinformação e/ou à competência em informação? A escolha pela realização de um estudo de práticas informacionais com o referido grupo — os docentes inseridos nos PPGCIs — ocorreu por três motivos principais: a) por terem vivenciado diversos contextos políticos; b) por contribuírem para a formação de outros sujeitos. c) pela possibilidade de fornecerem contribuições sobre boas práticas informacionais no que se refere ao uso, apropriação e compartilhamento da informação sobre política, evitando-se a desinformação.

Para responder ao problema, elaborou-se o seguinte objetivo geral: investigar as práticas informacionais de docentes de pós-graduação em Ciência da Informação em nível de mestrado e doutorado, especialmente no que se refere à forma como lidam com a desinformação sobre política. Para alcançar o objetivo proposto, delinearam-se três objetivos específicos, sendo: a) identificar como os docentes utilizam e compartilham informações sobre política no cotidiano; b) analisar como o contexto acadêmico, profissional e social dos docentes interfere em suas percepções acerca do cenário político brasileiro; c) verificar de que forma a desinformação impacta nas práticas informacionais dos docentes no que se refere às questões políticas.

Quanto ao primeiro objetivo específico, identificou-se que os docentes utilizam informação sobre política para se manterem atualizados ou para utilizarem os conteúdos como recursos didáticos durante as aulas sobre competência em informação e/ou desinformação. As informações sobre políticas funcionam como

elementos de problematização da realidade e subsidiam reflexões sobre os diversos contextos (social, político, cultural etc.), além de propiciar a identificação de determinados vieses e de possíveis casos de desinformação sobre política.

No que tange ao segundo objetivo específico, verificou-se a predominância das universidades como agentes influenciadores/construtores da opinião sobre política dos docentes. O desenvolvimento educacional (por meio de políticas públicas e ações governamentais) insere-se como atributo essencial para a valorização ou desvalorização dos governos federais, gerando percepções negativas acerca de governos/governantes que não priorizam a destinação de verbas e a criação de políticas públicas para esta área.

Com relação ao terceiro objetivo específico, verificou-se que a desinformação é percebida pelos docentes como um elemento de manipulação ideológica e enfraquecimento da democracia, sendo necessário o desenvolvimento da competência em informação e suas dimensões de forma holística. O enfrentamento às informações falsas ocorre em âmbito pessoal, social e profissional, visto que os docentes: denunciam os perfis propagadores de desinformação às plataformas (redes sociais virtuais); educam seus familiares, amigos e/ou alunos sobre o conteúdo falso, confrontando-os com informações verdadeiras; ministram aulas sobre competência em informação e/ou desinformação, e abordam questões políticas com intuito de suscitar reflexões e pensamento crítico dos discentes.

Durante as aulas sobre competência em informação e/ou desinformação, os docentes abordam questões políticas como forma de incentivar a reflexão dos discentes. Nestes contextos, utilizam-se notícias ou *fake news*, textos acadêmicos/científicos, documentos norteadores (como DigComp e os padrões da *Association of College and Research Libraries*) entre outras fontes de informação como recursos didáticos para fomentar debates.

Considera-se que os objetivos geral e específicos foram alcançados, visto ser possível visualizar os aspectos objetivos e subjetivos circunscritos nas práticas informacionais dos docentes, ao se verificar como lidam com informação e desinformação sobre política em diversos contextos. Acredita-se que a escolha destes participantes possibilitou a visualização sobre práticas informacionais que são essenciais aos demais grupos, incluindo-se a criticidade e a reflexão sobre as informações sobre diversos assuntos, incluindo a política.

A visualização das trajetórias profissionais e acadêmicas tangenciou a condução das análises posteriores, pois contribuiu para a compreensão sobre como essas jornadas influenciaram/influenciam na construção das práticas informacionais (que também se constituem como práticas sociais) em diversos âmbitos. Compreende-se que as práticas refletem certas percepções da realidade, condicionando e sendo condicionadas pelos contextos nos quais os sujeitos estão inseridos.

Compreende-se que esta dissertação explicitou as correlações entre três elementos importantes para compreensão de aspectos do mundo social, a saber: as práticas informacionais, a desinformação e a política. A inclusão da desinformação no contexto das práticas informacionais permitiu a visualização de questões éticas, críticas e reflexivas dos sujeitos pesquisados. Ainda, a inserção de aspectos políticos permitiu identificar preferências e crenças que se desdobram em determinadas ações no mundo social.

Esta pesquisa pretendeu contribuir para a Ciência da Informação, mais especificamente para os estudos de práticas informacionais, de competência em informação e de desinformação, levando-se em conta as percepções e vivências dos próprios sujeitos informacionais. Sugere-se, para os próximos estudos, um aprofundamento teórico, metodológico e prático para construção de possíveis modelos de práticas informacionais que abranjam a desinformação.

REFERÊNCIAS

ACQUOLINI, Nicolle Tirello; SOUSA, Rodrigo Silva Caxias de. Apontamentos sobre potenciais relações entre desinformação, comportamento e práticas informacionais. **Revista Bibliomar**, v. 20, n. 2, p. 240-249, 2021. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/169192>. Acesso em: 10 maio 2023.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, American Economic Association, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.

ALMEIDA, Alex Fernandes Silva de. **Do golpe de 2016 ao Bolsonaroismo: o neofascismo no Brasil**. 2021. 84 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021. Disponível em:

<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4651/2/Alex%20Fernandes%20Silva%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários conforme o paradigma social da Ciência da Informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43724>. Acesso em: 24 fev. 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Humanas e Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ENANCIB, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/184435>. Acesso em: 09 mar. 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são “práticas informacionais”? **Informação em Pauta**, Fortaleza, [s. n.] v. 2, número especial, out. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655/31068>. Acesso em: 26 dez. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Pós-verdade: novo objeto de estudo para a ciência da informação. **Informação & Informação**, v. 26, n. 1, p. 94-111, 2021a. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/158349>. Acesso em: 26 fev. 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Novos desafios epistemológicos para a Ciência da Informação. **Palavra Chave**, Argentina, v. 10, n. 2, 2021b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/159598>. Acesso em: 28 fev. 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A pós-verdade como desafio central para a Ciência da Informação contemporânea. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 13-29, jan/abr. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/101666/59067>. Acesso em: 04 jan. 2024

ARAÚJO, Cletiane Medeiros; COSTA, Saulo Felipe; FITTIPALDI, Ítalo. Boa noite, e boa sorte: determinantes da demissão de ministros envolvidos em escândalos de

corrupção no primeiro governo Dilma Rousseff. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/opinio_publica/artigo/343. Acesso em: 06 jan. 2023.

ARANTES, Waldir Thiago Ribeiro. **Impeachment ou golpe**: a recepção da cassação da presidente Dilma Rousseff pelos discentes da universidade estadual do ceará (UECE - FORTALEZA). 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=94690>. Acesso em: 2 jan. 2023.

ARBOLEYA, Arilda. Agência e estrutura em Bourdieu e Giddens pela superação da antinomia “objetivismo-subjetivismo”. **Sociologias Plurais**, Paraná, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/view/64705>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BACHUR, João Paulo. Desinformação política, mídias digitais e democracia: como e por que as fake news funcionam? *Revista Direito Público*, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5939/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGER, Guy. Fake news and the future of professional and ethical journalism. In: CONFERENCE OF THE EUROPEAN PARLIAMENT, 2017. Apresentação. Joint Extremism/Digital Europe Working Group, 2017. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/fake_news_berger.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey. **Práticas e regime de informação**: os acontecimentos “Carta de Temer a Dilma” e “Marcela Temer: bela recatada e do ‘lar’”. 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-BCDKNZ/1/20190405_tese_berti_ilemarchristinalansoniwey.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/329/32958319003/html/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O esboço de uma teoria da prática. *In*: Ortiz, Renato (org). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. São Paulo: Papirus, 1996.

BRAGA, Felipe Alves de Lima; COSTA, Maria de Fátima Oliveira; NUNES, Jefferson Veras. Contribuições dos estudos de usuário para a mediação da informação: um olhar sobre os modelos teóricos de Dervin, Savolainen e Wilson. **Informação & Informação**, v. 23, n. 3, p. 287-313, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/108410>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102819>. Acesso em: 26 fev. 2023.

CABRAL, Francine Conde. **Práticas informacionais em bibliotecas comunitárias**: o discurso do sujeito coletivo sobre desinformação e empoderamento. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 63 f. 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/252778>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, n. 18, v. 3, 2020. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/754/99>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.html. Acesso em: 13 fev. 2023.

CARVALHO, Rafaela Pereira de; NUNES, Jefferson Veras. Modelo de práticas informacionais em comunidades digitais por Mary Ann Harlan. *In*: TANUS, Gabrielle Francinne; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; BERTI, Ilomar Christina Lanson Wey. **Práticas informacionais em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021. Disponível em: https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_e73ca42d9ca141ffa4298e33400abffc.pdf. Acesso em: 09 mar. 2023.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: construções da realidade social. São Paulo: EDUSC, 2001.

COSTA, André Bello Sá Rosas. **Origem, causas e consequências da polarização política**. 2019. 217 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade de

Brasília, Brasília, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/37008>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angélica do; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

DARNTON, R. A verdadeira história das notícias falsas: séculos antes das redes sociais, os boatos e as mentiras alimentavam pasquins e gazetas na Europa. **El País Brasil**, [s. l.], 30 abril 2017. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html. Acesso em: 22 mar. 2023.

DATAFOLHA. Avaliação da Presidente Dilma Rousseff: 1 ano de governo. São Paulo, 20 jan. 2012. Disponível em:
http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20012012.pdf. Acesso em: 06 jan. 2023.

DATAFOLHA. Avaliação da presidente Dilma Rousseff. São Paulo, 04 dez. 2014. Disponível em:
<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/12/08/avaliacao-dilma.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

DEEPFAKE. *In*: CAMBRIDGE dictionary. [S. l.]: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/deepfake>. Acesso em: 11 dez. 2022.

DIAS, Maria Olívia. A família numa sociedade em mudança: problemas e influências recíprocas. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 9, p. 81-102. jan. 2000. Disponível em:
<https://journals.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/8>. Acesso em: 18 maio 2024.

DIAS, Vanessa Tavares; MORAIS, Paulo; Iris Carmen Pinheiro. Neoliberalismo, ideologia neoliberal e regressão de direitos. **Revista Ambivalências**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 331-371. Disponível em:
<https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/17400>. Acesso em: 16 jan. 2023.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2001. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>. Acesso em: 02 abr. 2023.

DURANTE, Marcelo Ottoni. **História das ideias sociológicas**. Viçosa: UFV/CEAD, 2012. Disponível em:
<https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Historia%20das%20ideias%20sociologicas.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

FALCÃO, Paula; SOUZA, Aline Batista de. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 55-71, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/04/1177098/2219-9461-1-pb.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir; COIMBRA, Mayra Regina; CAMPOS, Mariane Motta de. A pós-verdade em tempos de Covid-19: o negacionismo no discurso do governo no Instagram. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5317/5103>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOULART, Andrea Heloiza. **Adolescência, internet e práticas informacionais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 204 f., 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32018>. Acesso em: 28 dez. 2022.

HELLER, Bruna; JACOBI, Greison; BORGES, Jussara. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 189-204, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5196/5254>. Acesso em: 26 fev. 2023.

IBICT. Pós-Graduação em Ciência da Informação. 2024. Disponível em: <https://ibict.br/pesquisa-e-pos-graduacao/pos-graduacao-em-ciencia-da-informacao>. Acesso em: 04 jan. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da educação superior. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 09 ago. 2023.

KESTERING, Virgínia Therezinha. Consumo vegetariano na contemporaneidade: uma reflexão a partir do conceito de política-vida de Giddens. **Sociologias Plurais**, Paraná, v. 6, n. 2, p. 138-157, jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/74916/41047>. Acesso em: 06 mar. 2023.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

MAGRI, Mariano. **Retórica e política**: o impeachment de Dilma Rousseff. 2018. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) — Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21943/2/Mariano%20Magri.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet Lemos, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, [S.], v. 16, n. 29, p. 490-521, 2020. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12502/pdf_1. Acesso em: 15 fev. 2023.

MENDES, Tássia Nogueira Eid. **Lévi-Strauss e a tríade da estrutura**: a linguagem, o simbólico e o inconsciente. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos, 120 f., 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4882/5889.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 dez. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Teoria, Método e Criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: síntese e perspectiva. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 277–292, 2000. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46562>. Acesso em: 04 jan. 2024.

MONARI, Ana Carolina Pontalti; ARAÚJO, Kizi Mendonça de; SOUZA, Mateus Ramos de; SACRAMENTO, Igor. Legitimando um populismo anticiência: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre a vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5707/5268>. Acesso em: 15 fev. 2023.

NASCIMENTO, Marcela Aguiar da Silva. **Práticas informacionais de travestis da Grande Vitória (ES)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 121 f., 2021. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_15234_Disserta%E7%E3o%20Finalizada%20Marcela%20Aguiar%20%281%29.pdf. Acesso em: 26 dez. 2022.

NORONHA, Dayse Pires; ASSIS, Leonardo da Silva de; HYODO, Tatiana; AGUIAR-POBLACIÓN, Dinah. Egressos dos programas de pós-graduação em ciência da informação: por onde andam os doutores? **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/32117>. Acesso em: 04 jan. 2024.

NOTA das diretorias do ANDES-SN e do Sinasefe em apoio à greve da Fasubra. **Andes**, Brasília, 25 mar 2024. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/nota-das-diretorias-do-andes-sn-e-do-sinasefe-em-audio-a-greve-das-tecnicas-e-dos-tecnicos-administrativos-das-instituicoes-de-ensino-superior-publicas1>. Acesso em: 30 set. 2024.

NOTÍCIA. *In*: CAMBRIDGE dictionary. [S. l.]: Cambridge University Press, 2023. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/portuguese-english/noticia?q=not%C3%ADcia>. Acesso em: 07 mar. 2023.

NUNES, Jefferson Veras; CARNEIRO, Bárbara Luisa Ferreira. Dos estudos de usuários à noção de práticas informacionais: contribuições da Teoria da Prática. **Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 2, p. 150-168, set. 2018/fev. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/134406>. Acesso em: 07 mar. 2023.

OLIVEIRA, Isabella Amaral de; SILVA, Robert Bonifácio da. O impedimento de Dilma Rousseff e as suas consequências para as atitudes políticas dos brasileiros. *In*: SIMPÓSIO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 5., 2019, Goiânia. **Anais [...]** Goiânia, UFG, 2019, p. 01-21. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/106/o/Isabella_Amaral_completo.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.

OLIVEIRA FILHO, Pedro de; FEITOSA, Giulliany Gonçalves; SILVA, Caio Cesar Winker e. Petismo e antipetismo em relatos de simpatizantes da direita na internet. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 14, n. 2, 2019. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3131/2128. Acesso em: 24 jan. 2023.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PASSOS, Mariana Rezende dos; BAPTISTA, Érica Anita. Impeachment versus golpe: a disputa de narrativas no contexto político brasileiro de 2016. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação**

e da Cultura, [S.l.], v. 20, n. 2, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epctic/article/view/9619>. Acesso em: 02 jan. 2023.

PEREIRA, Sandra de Oliveira Gomes; NUNES, Juraildes Barreira. A presença das mulheres no ensino superior e o papel das políticas de permanência das universidades federais brasileiras. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 16., 2018. **Anais [...]**. Vitória: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23378>. Acesso em: 22 mar. 2023.

PINI, André Mendes. **Desinformação e populismo radical de direita: o caso da eleição de Donald Trump em 2016**. 2021. 302 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43448/1/2021_Andr%c3%a9MendesPini.pdf. Acesso em: 02 jan. 2023.

PINTO, Flávia Virgínia Melo; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila Araújo. Estudos de usuários: quais as diferenças entre os conceitos comportamento informacional e práticas informacionais? **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 3, p. 15-33, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/141553>. Acesso em: 26 dez. 2022.

PROGRAMA de combate à desinformação: sociedade informada, democracia forte. Supremo Tribunal Federal, 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/desinformacao>. Acesso em: 30 out. 2024.

RAMBOURG JÚNIOR, Ribamar Cezar. **A crise na coalizão e o impeachment de Dilma Rousseff**. 2019. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-20112020-212122/publico/2019_RibamarCezarRambourgJunior_VOrig.pdf. Acesso em: 02 jan. 2023.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 32, n. 87, p. 641–657, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/23749>. Acesso em: 20 dez. 2022.

RIBEIRO, Osmar José de Barros. Desinformação: instrumento de ação política? **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 774, p. 86-115, jul./ago. 1989. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/ADN/article/view/5509>. Acesso em: 22 mar. 2023.

RIPOLL, Leonardo; MATOS, José Cláudio. O contexto informacional contemporâneo: o crescimento da desinformação e suas manifestações no ambiente digital. **Informação@Profissões**, v. 9, n. 1, p. 87-107, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/140540>. Acesso em: 13 dez. 2022.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; PAULA, Cláudio Paixão Anastácio. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, Porto

Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-61, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/88458>. Acesso em: 20 dez. 2022.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado; BONONE, Luana Meneguelli; MIELLI, Renata. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular fake news? **Confluências**, Niterói, v. 22, n.3, p. 30-52, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/45470>. Acesso em: 24 jan. 2022.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto Rosa; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RUFFO, Giancarlo; SEMERARO, Afonso; GIACHANOU, Anastasia; ROSSO, Paolo. Studying fake news spreading, polarization dynamics, and manipulation by bots: A tale of networks and language. **Computer Science Review**, [S.l.], [s. n.], v. 47. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S157401372200065X?via%3Dihub>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SANTIAGO, Leilah. Ciência da Informação e história: o caso do IBICT. **Transinformação**, v. 9, n. 1, p. 58-79, jan./abr. 1997. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/22744>. Acesso em: 02 jan. 2024.

SANTOS, Júlia Schettino Jacob dos; GERLIN, Meri Nadia Marques; MATA, Marta Leandro da. Desinformação e competência em informação: uma revisão de literatura a partir das bases de dados Brapci e BDTD. **Revista EDICIC**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2022. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/154>. Acesso em: 2 abr. 2023.

SANTOS, Júlia Schettino Jacob dos Santos; MATA, Marta Leandro da. Desinformação e competência em informação: uma revisão de literatura a partir da base de dados Scopus. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., **Anais [...]**. Porto Alegre, RS, 2022. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/benancib/v/200708>. Acesso em: 2 abr. 2023.

SANTOS, Mateus José da Silva. O Brasil que sai das urnas em direção ao mundo: considerações sobre o futuro da política externa no governo Lula. **Boletim de Conjuntura** (BOCA), Boa Vista, v. 13, n. 37, p. 130–137, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/838>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspec. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/37415>. Acesso em: 02 jan. 2024.

SAUL, Renato. Giddens: da ontologia social ao programa político, sem retorno. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003, p. 142-173. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/bGw4rfDwzJYFy7js6GnHfHv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SAVOLAINEN, Reijo. Everyday life information seeking: approaching information seeking in the context of “way of life”. **Library & Information Science Research**, Amsterdam, v. 17, n. 3, p. 259-294, 1995.

SCANTIMBURGO, André. O desmonte da agenda liberal no governo Bolsonaro. **Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 103-117, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13235/8721>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 27, n. 71, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19696>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SIEBERT, Silvana; PEREIRA, Israel Vieira. A pós-verdade como acontecimento discursivo. **Linguagem em (Dis)curso**, Santa Catarina, v. 20, n. 2, p. 239-249. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/9579/5246. Acesso em: 26 fev. 2023.

SILVA, Gregório Unbehaun Leal da. Partidarismo como ordenação social: a contribuição de Lilliana Mason. **Almanaque de Ciência Política**, Vitória, v. 5, n. 2, p. 01-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/almanaque/article/view/35970>. Acesso em: 19 jan. 2023.

SILVA, Antônio Wagner Chacon; NUNES, Jefferson Veras. Práticas informacionais como paradigma: por uma teoria social da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, **Anais [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2014.

SILVA, Fernando Santos da; NUNES, Jefferson Veras; CAVACANTE, Lídia Eugênia. O conceito de mediação na Ciência da Informação brasileira: uma análise a partir da Brapci. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.33-42, 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7779>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SMIT, Johana. A política governamental para a pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Informação & Sociedade: estudos**, [S. l.], v. 9, n. 2, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/398>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SOBRE o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. **Organização das Nações Unidas**, Brasília, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 set. 2024.

SOELLA, Gabriel Meneguelli; MAIMONE, Giovana Deriberali. Mapeamento da detecção de deepfakes: um trabalho terminológico. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 16, 2022. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/13230>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SOUZA, Andréa Pereira de. **Posicionamento político do professor: um querer-fazer para a formação cidadã**. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade de Mogi das Cruzes, São Paulo, 105 f., 2021. Disponível em: <http://pergamumweb.umc.br/pergamumweb/vinculos/000000/0000007f.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.], n. 11, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/3MJh66qb4LrfjwrFLdyttrQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SOUZA, Ronivaldo Moreira de. O processo de produção de sentidos no universo do consumo: uma abordagem discursiva. **Galáxia**, São Paulo, n. 42, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/QDPS9JLv4QzvhCJfCZQGvPc/?lang=pt#>. Acesso em: 04 jun. 2024.

TALJA, Sanna; NYCE, James. The problem with problematic situations: differences between practices, tasks and situations as units of analysis. **Library & Information Science Research**, Amsterdã, v. 37, n. 1, p. 61-67, 2015. Disponível em: Acesso em: 02 maio 2023.

TANUS, Gabrielle Francine; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; BERTI, Ilemar Christina Lanson Wey (orgs.). **Práticas informacionais em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021. Disponível em: https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_e73ca42d9ca141ffa4298e33400abffc.pdf Acesso em: 27 dez. 2022.

TEIXEIRA, Flávio Silva; SCHETTINO, Júlia Schettino Jacob dos; MATA, Marta Leandro da. Desenvolvimento da competência em informação e combate à desinformação nos currículos de Biblioteconomia das universidades federais do Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 19, p. 1–28, 2023. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1791>. Acesso em: 2 abr. 2023.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-56, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6803>. Acesso em: 26 dez. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/votacao-e-resultados>. Acesso em: 12 fev. 2022.

TSE soma mais de 21 mil denúncias de fake news em pouco mais de três meses. **CNN**, Brasília, 10 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tse-soma-mais-de-21-mil-denuncias-de-fake-news-em-pouco-mais-de-tres-meses/>. Acesso em: 30 set. 2024.

VALENTE, Jonas. Regulando desinformação e fake news: um panorama internacional das respostas ao problema. **Comunicação Pública**, Lisboa, v. 14, n. 27, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cp/5262>. Acesso em: 27 fev. 2023.

VALERIM, Patricia. **Entre a efemeridade e a permanência**: práticas informacionais em perfil do Instagram com a temática de ciência e maternidade. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 163 f. 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/249823>. Acesso em: 14 mar. 2023.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional (2)*. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p.99-110, jan./abr., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 25. ago. 2019.

WARDLE, Claire. Fake news: it's complicated. **First Draft News**, 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>. Acesso em: 29 maio 2024.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZATTAR, Mariana; MARTELETO, Regina; VARANDA, Marta Pedro. Produção do conhecimento e prática informacional em campos e domínios inter e transdisciplinares: um recorte conceitual. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, 2016. Bahia. **Anais [...]** Bahia, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/189734>. Acesso em: 14 mar. 2023.

APÊNDICE A

Cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado na área de
Ciência da Informação no Brasil

Região	Unidade Federativa	Instituição de Ensino	Sigla	Mestrado acadêmico	Mestrado profissional	Doutorado acadêmico
Centro-oeste	Distrito Federal	Universidade de Brasília	UnB	1	0	1
Nordeste	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	1	0	0
	Ceará	Universidade Federal do Ceará	UFC	1	0	0
		Universidade Federal do Cariri	UFCA	0	1	0
	Bahia	Universidade Federal da Bahia	UFBA	1	0	1
	Paraíba	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	1	0	1
	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	1	0	1
	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	0	1	0
	Sergipe	Universidade Federal de Sergipe	UFS	0	1	0
Norte	Pará	Universidade Federal do Pará	UFPA	1	0	0
	Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	1	0	0
	Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	2	0	2
		Universidade FUMEC	FUMEC	1	0	1

Sudeste	Rio de Janeiro	Fundação Casa de Rui Barbosa	FCRB	0	1	0
		Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	0	2	0
		Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	1	0	1
		Universidade Federal Fluminense	UFF	1	0	1
	São Paulo	Universidade de São Paulo	USP	1	1	1
		Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	UNESP	1	0	1
		Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	1	0	0
Sul	Paraná	Universidade Estadual de Londrina	UEL	1	0	1
	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	1	0	0
	Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	1	0	1
		Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	0	1	0
	Total		24		19	8

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados divulgados pela Plataforma Sucupira (2023).

APÊNDICE B

Informações complementares sobre os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil

Região	IES	Nome do Programa	Área de concentração
Norte	UFPA	Ciência da Informação	Gestão da Informação e Organização do Conhecimento
Nordeste	UFAL	Ciência da Informação	Informação, Tecnologia e Inovação
	UFC	Ciência da Informação	Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento
	UFCA	Biblioteconomia	Biblioteconomia na Sociedade Contemporânea
	UFBA	Ciência da Informação	Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea
	UFPB	Ciência da Informação	Informação, Conhecimento e Sociedade
	UFPE	Ciência da Informação	Informação, Memória e Tecnologia
	UFRN	Ciência da Informação	Informação e conhecimento na sociedade contemporânea
	UFS	Ciência da Informação	Gestão da Informação e do Conhecimento e Sociedade
Centro-Oeste	UnB	Ciências da Informação	Gestão, Organização e Comunicação da Informação e do Conhecimento; Gestão da Informação
Sudeste	UFES	Ciência da Informação	Informação, Sociedade e Cultura
	UFMG	Ciências da Informação	Informação, Mediações e Cultura
		Gestão & Organização do Conhecimento	Ciência da Informação
	FCRB	Memória e Acervos	Acervos Públicos e Privados: Gerenciamento, Preservação, Acesso e Usos
	UNIRIO	Gestão de Documentos e Arquivos	Gestão de Arquivos na Arquivologia contemporânea
		Biblioteconomia	Biblioteconomia e Sociedade
	UFRJ	Ciência da Informação - UFRJ - IBICT	Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento
	UFF	Ciência da Informação	Dimensões contemporâneas da informação e do conhecimento

Região	IES	Nome do Programa	Área de concentração
	USP	Ciência da Informação	Cultura e Informação
		Gestão da Informação	Organização, Mediação e Circulação da Informação
	UNESP	Ciência da Informação	Informação, Tecnologia e Conhecimento
	UFSCAR	Ciência da Informação	Conhecimento, Tecnologia e Inovação
Sul	UEL	Ciência da Informação	Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento
	UFRGS	Ciência da Informação	Informação, Ciência e Sociedade
	UFSC	Ciência da Informação	Informação e Sociedade
	UDESC	Gestão da Informação	Gestão da Informação

*Não foi possível analisar os dados relacionados ao doutorado em Ciência da Informação da UFPA, visto que foi aprovado em junho de 2023.

APÊNDICE C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os docentes dos PPGCIs

Caro(a) professor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Práticas informacionais, desinformação e política: uma análise voltada aos docentes de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil” que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES) pela mestranda Júlia Schettino Jacob dos Santos sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marta Leandro da Mata.

O objetivo deste estudo é analisar as práticas informacionais de docentes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil que ministram disciplinas voltadas à desinformação e/ou à competência em informação, correlacionando as práticas com o contexto sociopolítico brasileiro e aspectos da desinformação sobre política. Este estudo pretende contribuir para o fortalecimento teórico dos estudos de práticas informacionais, levando em consideração a relação das práticas com a desinformação.

Sua estimada colaboração neste estudo poderá ocorrer por meio de entrevista sobre aspectos do seu cotidiano e de suas vivências relacionadas tanto com o contexto político brasileiro quanto com as informações falsas sobre política. A entrevista será realizada via *Google Meet*. Caso queira participar da pesquisa, é importante saber que:

- Sua participação não é obrigatória e você pode desistir a qualquer momento sem prejuízos ou necessidade de justificativa;
- Você não será identificado e seus dados não serão disponibilizados a terceiros, assegurando-se a confidencialidade das informações;
- Não existem respostas certas ou erradas.

Pedimos que responda a este e-mail caso queira participar. Agradecemos desde já por sua estimada colaboração. Caso haja alguma dúvida, entre em contato com:

Júlia Schettino Jacob dos Santos (Mestranda)
E-mail: juliasjs@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6328151183912484>

Marta Leandro da Mata (Orientadora)
E-mail: marta.mata@ufes.br
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8808213730426235>

APÊNDICE D

Roteiro da entrevista aplicada com os docentes inseridos nos Programas de Pós-graduação stricto sensu em Ciência da Informação do Brasil que ministram disciplinas relacionadas à competência em informação e/ou desinformação

PARTE I - CONTEXTUALIZAÇÃO INICIAL

DADOS DE PERFIL

1. Qual o seu gênero?
2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua raça/etnia?
4. Em que áreas você realizou seu mestrado e/ou doutorado?
5. Há quanto tempo você atua como professor(a) da Pós-graduação?
6. Você participa ou participou de ONGs, partidos políticos e/ou movimentos sociais? Se sim, quais? Poderia discorrer sobre essa participação, por favor?
7. Poderia discorrer sobre sua trajetória acadêmica e profissional, pensando mais especificamente, no que levou você a ministrar disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação, por favor?

PARTE II - PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA DESINFORMAÇÃO

PERCEPÇÕES SOBRE O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

1. Quais as suas lembranças a respeito dos governos federais em exercício durante sua formação acadêmica?
2. Como você enxerga o atual cenário político brasileiro?
3. Você considera que a sua família, a universidade em que você estudou e outros grupos sociais influenciaram em sua opinião sobre o contexto político? Se sim, poderia discorrer sobre como esses grupos auxiliaram na construção de sua ideia sobre política?

DESINFORMAÇÃO E POLÍTICA

4. Como você considera que as informações falsas podem interferir na decisão política das pessoas (em que candidatos votar, as preferências partidárias, o modo como percebem as narrativas de determinados políticos)? Pode discorrer sobre isso, por favor?
5. Durante as aulas sobre competência em informação e/ou desinformação, de que forma você costuma abordar a desinformação no que se refere às questões políticas? Poderia discorrer sobre isso, por favor?

PRODUÇÃO, APROPRIAÇÃO, CHECAGEM E COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE POLÍTICA

6. Em seu cotidiano, você utiliza informações sobre política? Se sim, para qual finalidade?
7. Você costuma publicar conteúdos nas suas redes sociais a respeito de política e/ou fazer comentários em outras publicações que tratam desse assunto? Se sim, poderia discorrer sobre o conteúdo destas postagens ou comentários, por favor? Se não, por quê?
8. Quando você percebe que um indivíduo ou página na internet estão propagando informações falsas sobre política, como você age?
9. Como você aborda questões sobre produção, apropriação, checagem e compartilhamento de informações com os discentes?